



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DANIEL BORGES SANTANA

AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO
ATIVO: o caso dos espaços exteriores e edifícios públicos amigos dos idosos
na cidade de Paulo Afonso-BA

JUAZEIRO

2018

DANIEL BORGES SANTANA

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO
ATIVO: o caso dos espaços exteriores e edifícios públicos amigos dos idosos
na cidade de Paulo Afonso-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal do Vale do São Francisco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Alves Pinheiro
(Univasf)

JUAZEIRO

2018

	Santana, Daniel Borges.
S232p	As políticas públicas na promoção do envelhecimento ativo: o caso dos espaços exteriores e edifícios públicos amigos dos idosos na cidade de Paulo Afonso-BA / Daniel Borges Santana. – Juazeiro, 2018.
	xi, 137 f. : il. ; 29 cm.
	Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Juazeiro, Juazeiro-BA, 2018.
	Orientador: Prof. Dr. Francisco Alves Pinheiro.
	1. Idosos - Aspectos sociais. 2. Envelhecimento. 3. Políticas públicas. 4. Espaços públicos - Adaptação. 5. Paulo Afonso (BA). I. Pinheiro, Francisco Alves. II. Título. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.
	CDD 305.26

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/UNIVASF
Bibliotecária: Ana Paula Lopes da Silva CRB/3: 1269

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

FOLHA DE APROVAÇÃO
DANIEL BORGES SANTANA

AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO ATIVO: o caso
dos espaços exteriores e edifícios públicos amigos dos idosos na cidade de
Paulo Afonso-BA

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em
Administração Pública, pela Universidade
Federal do Vale do São Francisco.

Aprovado em: 26 de setembro de 2018.

Banca Examinadora



Dr. Francisco Alves Pinheiro – Univasf



Dr. Antônio Pires Crisóstomo – Univasf



Dr. Ângelo Antonio Macedo Leite, Dr – Univasf

SANTANA, D. B. AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO ATIVO: o caso dos espaços exteriores e edifícios públicos amigos dos idosos na cidade de Paulo Afonso-BA. Dissertação de Mestrado - TCF. Programa de Pós-Graduação em Administração Pública (Profiap). Universidade Federal do Vale do São Francisco. Juazeiro/BA, 2018.

RESUMO

Tendo a urbanização e o envelhecimento emergido como fenômenos prementes nas últimas sete décadas, fica evidente a necessidade de adaptar as estruturas urbanas para favorecerem o envelhecimento das pessoas. Nesse contexto, as cidades devem estar cada vez mais preparadas para lidar com as pessoas mais velhas. Pesquisa qualitativa que busca identificar se os espaços exteriores públicos e os prédios públicos do Centro da cidade de Paulo Afonso/BA possuem características amigáveis aos idosos. Para tanto, foram realizadas observação assistemática e não participante dos prédios públicos e espaços exteriores do centro da cidade, e seção da técnica de grupo focal com oito idosos utentes desse espaço público, selecionados a partir de critérios como: pessoas com mais de 60 anos que não possuíssem elevado nível de incapacidade e que não possuíssem estado socioeconomicamente elevado. Os dados foram interpretados através da técnica de análise de conteúdo, de Bardin (2011). Os resultados apontam ser Paulo Afonso uma cidade que age na direção para se tornar amiga dos idosos, no que se refere aos edifícios públicos e espaços exteriores urbanos, mas que, no entanto, necessita de avanços. Ao final, propõe-se uma intervenção através de modificação legislativa e de conscientização através de cartilhas.

Palavras-chave: Envelhecimento Ativo. Cidades Amigas dos Idosos. Espaços Públicos Urbanos. Edifícios Públicos.

ABSTRACT

With urbanization and aging emerging as pressing phenomena in the last seven decades, there is a clear need to adapt urban structures to favor the aging of people. In this context, cities must be more and more prepared to deal with older people. Qualitative research that seeks to identify whether public outdoor spaces and public buildings in the city center of Paulo Afonso / BA have characteristics that are friendly to the elderly. Therefore, there were systematic observation and non-participant of public buildings and outdoor spaces of the city center, and section of the focus group technique with eight users elderly this public space, selected based on criteria such as people over 60 years did not have a high level of disability and did not have socioeconomically elevated status. The data were interpreted through the technique of content analysis, by Bardin (2011). The results indicate that Paulo Afonso is a city that acts in the direction to become friend of the elderly, in what refers to the public buildings and urban outer spaces, but that, nevertheless, it needs advances. At the end, it proposes an intervention through legislative modification and awareness through booklets.

Keywords: Active Aging. Friendly Cities of the Elderly. Urban Public Spaces. Public Buildings

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Pirâmides etárias da população brasileira em 2000 (à esq) e 2030 (à dir).....	17
Figura 2 – Pirâmides etárias da população brasileira em 1950 e em 2017 e projeções para 2050 e para 2100	18
Figura 3 - Fatores determinantes do envelhecimento ativo.....	29
Figura 4 – Os três pilares da estrutura política para o envelhecimento ativo.....	31
Figura 5 – Modelo de Pressão-Competência de Lawton.....	35
Figura 6 – Áreas a se considerar numa cidade amiga dos idosos.....	41
Figura 7 - Mapa do Centro de Paulo Afonso com as avenidas e praças pesquisadas destacadas em cinza e verde respectivamente	47
Figura 8 – Desenvolvimento de uma análise de conteúdo	50
Figura 9 - Idosos reunidos na Praça Nossa Senhora de Fátima.....	55
Figura 10 - Arborização e lago na Praça das Mangueiras	56
Figura 11 - Desnível entre calçadas na Av. Getúlio Vargas (esq.) e na Av. da Maçonaria (dir.).	65
Figura 12 - Desnível entre calçadas na Rua São João	66
Figura 13 - – Passeio esburacado (esq) e sem pavimentação (dir) na Av. Apolônio Sales.....	69
Figura 14 - Obstáculos e desnível entre calçadas na Rua Manoel Novaes.....	70
Figura 15 - Grade invadindo o passeio na Av. Getúlio Vargas (esq) e na Av. da Maçonaria (dir).....	71
Figura 16 - Obstáculos na calçada na Av. Apolônio Sales.....	72
Figura 17 - Mesas de bar no passeio público na Av. Apolônio Sales	73
Figura 18 - – Rampa de acessibilidade na Av. Getúlio Vargas.....	74
Figura 19 - Faixa de pedestre com rampa na Av. Getúlio Vargas.....	75
Figura 20 - Bancos para sentar na Praça das Mangueiras (esq) e na Av. Getúlio Vargas (dir)	77
Figura 21 - Bancos para sentar em frente à Prefeitura	78
Figura 22 - Av. da Maçonaria em dias normais (esq) e em dias de feira livre (dir).....	84
Figura 23 – Comparação entre dias sem feira livre (esq) e dias com feira (dir)	84
Figura 24 - Bancos e cadeiras para sentar na Câmara de Vereadores	90
Figura 25 - Rampas externas de acessibilidade na Prefeitura	91
Figura 26 - Rampa externa de acessibilidade na Câmara de Vereadores (esq) e no INSS (dir)	92
Figura 27 - Rampa de acessibilidade obstruída na Prefeitura	92

Figura 28 - Rampa interna de acessibilidade na Câmara de Vereadores.....	93
Figura 29 - Barra lateral de acessibilidade no banheiro da Câmara de Vereadores	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Participantes do grupo focal	49
Quadro 2 – Categorias iniciais, intermediárias e final em relação aos espaços exteriores.....	53
Quadro 3 – Categorias iniciais e final em relação aos edifícios públicos	54
Quadro 4 – Presença de rampas de acesso em avenidas da cidade	75
Quadro 5 – Formação da categoria intermediária "Praças e espaços verdes"	96
Quadro 6 – Formação da categoria intermediária "Conforto e limpeza do ambiente"	97
Quadro 7 – Formação da categoria intermediária "Calçada/Passeios públicos"	98
Quadro 8 – Formação da categoria intermediária "Lugar para descansar"	99
Quadro 9 – Formação da categoria intermediária "Idosos pedestres/ciclistas"	100
Quadro 10 – Formação da categoria intermediária "Sensação de segurança"	102
Quadro 11 – Formação da categoria intermediária "Banheiros públicos"	103
Quadro 12 – Formação da categoria final "Espaços exteriores públicos"	104
Quadro 13 – Formação da categoria final "Edifícios públicos"	106

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BPM	Batalhão de Polícia Militar
CBM	Corpo de Bombeiros Militar
Chesf	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Demutran	Departamento Municipal de Trânsito
Embasa	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
GGCAPI	Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
NBR	Norma Brasileira
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PM	Polícia Militar
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA	13
1.2. OBJETIVOS	13
1.2.1. Objetivo Geral:	13
1.2.2. Objetivos Específicos:	14
1.3. JUSTIFICATIVA	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1. ENVELHECIMENTO	16
2.1.1. Envelhecimento demográfico	16
2.1.2. O Processo de envelhecimento humano	20
2.1.3. Gerontologia	21
2.2. TIPOLOGIAS DE ENVELHECIMENTO	25
2.2.1. Envelhecimento saudável	25
2.2.2. Envelhecimento bem-sucedido	26
2.2.3. Envelhecimento ativo	27
2.3. ENVELHECIMENTO E URBANIZAÇÃO	32
2.3.1. Espaço público urbano	32
2.3.2. Interação indivíduo-ambiente	34
2.3.3. Gerontologia ambiental	36
2.3.4. O envelhecimento e o Ageing in place - AiP	37
2.3.5. Cidades amigas dos idosos	38
2.4. POLÍTICAS PÚBLICAS	42
2.4.1. Políticas públicas para o envelhecimento no mundo e no Brasil	43
3. METODOLOGIA	46
3.1. INTRODUÇÃO	46
3.2. ABORDAGENS DA PESQUISA	46
3.3. PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	47
3.4. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	49
3.5. LÓCUS DA PESQUISA	51
3.6. ASPECTOS ÉTICOS	51
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	52

4.1.	ANÁLISE DE CONTEÚDO DO GRUPO FOCAL.....	52
4.2.	CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	52
4.2.1.	Categorias iniciais	54
4.2.1.1.	Ausência de zonas/praças reservadas aos idosos	54
4.2.1.2.	Arborização	55
4.2.1.3.	Espaço para atividades físicas nas praças	57
4.2.1.4.	Limpeza e organização do ambiente	59
4.2.1.5.	Níveis de ruído	60
4.2.1.6.	Beleza do ambiente	63
4.2.1.7.	Altura das calçadas (passeios desnivelados)	64
4.2.1.8.	Estado de manutenção das calçadas	68
4.2.1.9.	Obstáculos nas Calçadas	70
4.2.1.10.	Rampas	73
4.2.1.11.	Bancos para sentar.....	76
4.2.1.12.	Abrigos contra intempéries/clima	78
4.2.1.13.	Ciclovias.....	79
4.2.1.14.	Volume e velocidade do tráfego.....	80
4.2.1.15.	Faixas de pedestre	81
4.2.1.16.	Semáforos.....	82
4.2.1.17.	Localização inadequada de serviços na rodovia	83
4.2.1.18.	Policimento ostensivo.....	85
4.2.1.19.	Criminalidade	86
4.2.1.20.	Inexistência de banheiros públicos.....	87
4.2.1.21.	Obstáculos ao acesso aos banheiros públicos	89
4.2.1.22.	Bancos nos edifícios públicos	89
4.2.1.23.	Rampas nos edifícios públicos	90
4.2.1.24.	Tempo de atendimento nos edifícios que prestam serviços públicos.....	93
4.2.1.25.	Banheiros em edifícios públicos	94
4.2.2.	Categorias intermediárias	95
4.2.2.1.	Praças e espaços verdes.....	96
4.2.2.2.	Conforto e limpeza do ambiente	96
4.2.2.3.	Calçadas/Passeios públicos	97
4.2.2.4.	Lugar para descansar.....	99

4.2.2.5.	Idosos pedestres/ciclistas.....	100
4.2.2.6.	Sensação de segurança	102
4.2.2.7.	Banheiros públicos	103
4.2.3.	Categorias finais	103
4.2.3.1.	Espaços exteriores públicos	104
4.2.3.2.	Edifícios públicos	106
5.	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	108
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
	REFERÊNCIAS	116
	APÊNDICES	123

1 INTRODUÇÃO

Entre os grandes desafios do século XXI está o envelhecimento e a urbanização (OMS, 2009; RIBEIRO; PAÚL, 2011; PINHEIRO, 2014): dois fenômenos que devem ser observados concomitantemente em razão de sua inter-relação. O envelhecimento populacional é “caracterizado pelo aumento da participação percentual dos idosos na população e consequente diminuição dos demais grupos etários” (IBGE, 2015, p. 14).

Em 2015, 12,3% da população global possuía mais de 60 anos (OMS, 2015), o que significa que existe no mundo aproximadamente um idoso em cada grupo de oito pessoas. Em 2050, os idosos constituirão um quinto da população global (OMS, 2015; UNFPA, 2016), de tal forma que haverá mais idosos no mundo do que crianças com menos de 15 anos (UNFPA, 2016).

Em valores absolutos, essas proporções significam que em 2015 havia 900 milhões de pessoas idosas no mundo, e em 2050 esse número será de 02 bilhões de pessoas (OMS, 2015; UNFPA, 2016). No Brasil, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD dão conta de que a proporção de idosos é de 14,3% da população total (IBGE, 2015), o que representa mais de vinte e nove milhões de idosos no país.

Ao mesmo tempo em que a população envelhece, a urbanização cresce. A Urbanização refere-se ao processo de concentração das pessoas nas áreas urbanas. No Brasil, o aumento proporcional da população urbana em relação à população rural foi intensificado a partir da década de 50 do século passado e teve a industrialização como um dos principais fatores que tiraram as pessoas do ambiente rural e as levaram ao ambiente urbano, de tal forma que a urbanização crescente alcança atualmente os níveis de urbanização de países desenvolvidos, acima dos 85% (IBGE, 2015).

Sendo assim, percebem-se dois fenômenos globais de alto impacto: a população está envelhecendo rapidamente e morando cada vez mais em cidades. Tais fenômenos podem ser observados de forma mais impactante nos países em desenvolvimento. De acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS, em 2050, existirá um idoso em cada grupo de quatro pessoas nos países em desenvolvimento (OMS, 2009).

Oriunda desses dois acontecimentos surge a necessidade de se terem cidades cada vez mais preparadas para lidar de forma adequada com o envelhecimento da sua população. Dessa forma, são as cidades, centros de tecnologia e desenvolvimento social e econômico de um

países, que devem ser responsáveis por providenciar estruturas e serviços para o bem-estar de sua população idosa (OMS, 2009).

Insta observar que os idosos representam um potencial para a sociedade. De acordo com a Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento (1996), os idosos saudáveis constituem um recurso valioso para as suas famílias, para as suas comunidades e para a economia em geral.

Entretanto, para que exerçam plenamente seu potencial, é preciso que eles possuam saúde e qualidade de vida. Para isso, as pessoas mais velhas necessitam de meios envolventes que lhes possibilitem formas de apoio e de capacitação com o fito de compensar as mudanças físicas e sociais a que são acometidas em razão do envelhecimento (OMS, 2009).

Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde – OMS desenvolveu o conceito de envelhecimento ativo. Definido como um processo contínuo, determinados por vários fatores que, isolados ou em conjunto, contribuem para a saúde, a participação e a segurança na terceira idade (OMS, 2009), o envelhecimento ativo propõe uma nova forma de tratamento aos idosos para que esses continuem a desenvolver suas potencialidades ao longo desse ciclo da vida.

Por sua vez, as cidades que desenvolvem e estimulam o envelhecimento ativo são consideradas amigas das pessoas idosas. Desse modo, essas cidades oportunizam condições de saúde, participação e segurança, com o fito de garantir a qualidade de vida das pessoas com o envelhecimento (OMS, 2009).

De forma objetiva, a cidade, para ser amiga das pessoas idosas, deve adaptar suas estruturas de modo a permitir e incentivar, entre outros fatores, a mobilidade e a independência das pessoas mais velhas. Ademais, sendo a cidade amiga dos idosos, ela também é amiga das pessoas com incapacidade, sejam jovens ou idosas (OMS, 2009; PINHEIRO, 2014).

Assim, a OMS, após ouvir idosos e grupos de interesse relacionados (prestadores de cuidados e prestadores de serviço) em vários países, criou o Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas - GGCAPI. Publicação na qual são estabelecidos aspectos relevantes em oito áreas da vida urbana: espaços exteriores e edifícios; transportes; habitação; participação social; respeito e inclusão social; participação cívica e emprego; comunicação e informação; apoio comunitário e serviços de saúde.

Nessa perspectiva, para ser considerada amiga das pessoas idosas, a cidade precisa oferecer oportunidades de participação, saúde e qualidade de vida aos idosos nas oito áreas

supracitadas. Entre essas áreas, destacam-se as questões referentes aos espaços exteriores e edifícios públicos, dado que esses são afetos diretamente ao processo crescente de urbanização, como já visto, e são delineados através das políticas públicas.

As expressões “espaços públicos” e “espaços/ambientes exteriores” são utilizadas neste trabalho de forma sinônima e, conforme a OMS (2007), referem-se às características do ambiente público em geral: aos espaços verdes, às vias pedonais, aos bancos exteriores, às calçadas, às rodovias, ao tráfego, às ciclovias, aos banheiros públicos, à segurança pública, aos serviços públicos.

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

Dado o exposto, é mister analisar os aspectos das cidades referentes aos edifícios públicos e ambientes exteriores com o fito de se perceber se esses são amigáveis às pessoas idosas. Para esta pesquisa, o município escolhido para ser o objeto de análise foi o de Paulo Afonso, na Bahia, em razão da inexistência, na literatura científica, de pesquisa similar na cidade.

A cidade de Paulo Afonso, na Bahia, possui, segundo o censo demográfico de 2010, mais de 108 mil habitantes. Desses, mais de 11 mil têm 60 anos ou mais (IBGE, 2017), o que representa um percentual de 10,5% da população. Em relação à urbanização, 86% das pessoas moram no ambiente urbano, enquanto apenas 14% da população está na zona rural (IBGE, 2017).

Dessa forma, os aspectos de urbanização da cidade de Paulo Afonso referentes a espaços exteriores urbanos e edifícios públicos foram analisados com o intuito de se averiguar se esses foram concebidos de forma a permitir e estimular o envelhecimento ativo. Portanto, a pergunta de pesquisa que guiou o presente trabalho foi a seguinte: Até que ponto os espaços e edifícios públicos do Centro de Paulo Afonso contribuem para tornar a cidade amiga das pessoas idosas?

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral:

Identificar até que ponto os espaços e edifícios públicos da cidade de Paulo Afonso são amigáveis aos idosos e promovem o envelhecimento ativo;

1.2.2. Objetivos Específicos:

- Identificar a percepção dos idosos e grupos relacionados sobre os espaços exteriores e edifícios públicos da cidade de Paulo Afonso;
- Verificar *in loco* se os espaços e edifícios públicos da cidade de Paulo Afonso são construídos para permitir a completa fruição pelos idosos;
- Verificar se a cidade de Paulo Afonso incorpora o ideário do envelhecimento ativo em sua legislação e em seus espaços e edifícios públicos.

1.3. JUSTIFICATIVA

Como dito, no Brasil, há uma clara tendência ao envelhecimento demográfico. No entanto, apesar do crescimento acelerado da população idosa, as oportunidades de saúde, participação e segurança das pessoas com mais de 60 anos no Brasil não aumentaram no mesmo ritmo. Segundo o Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas, “tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento, as pessoas consideram que sua cidade não foi concebida para idosos”. (OMS, 2009, p. 15).

O envelhecimento é fenômeno gradual, universal e irreversível e, como tal, provoca uma perda de capacidade funcional progressiva no organismo dos indivíduos (NAHAS, 2006), o que resulta em diminuição da potência nas faculdades mentais e físicas das pessoas. Dessa forma, a construção e manutenção dos espaços públicos deve sempre considerar as especificidades da pessoa idosa para assegurar a esta mobilidade, segurança e qualidade de vida.

O conceito de envelhecimento ativo está intrinsecamente relacionado à noção de cidadania. No Brasil, a cidadania é um dos fundamentos do Estado. Essa é, numa acepção ampla, o livre gozo dos direitos assegurados ao indivíduo pelo ordenamento jurídico pátrio. Dentre esses, estão os direitos de mobilidade, saúde, bem-estar, participação, etc. Dessa maneira, ela, por si só, deve assegurar aos indivíduos, incluindo os mais velhos, o exercício dos direitos e garantias fundamentais na sociedade.

Destarte, para o completo exercício da cidadania pelos idosos, os direitos a eles concedidos devem ser assegurados. Nessa perspectiva, a criação, nos espaços urbanos exteriores e edifícios públicos, de condições que favoreçam o envelhecimento ativo vai ao encontro dessa fruição.

Dessa maneira, mostrou-se relevante a necessidade de analisar os espaços e edifícios públicos das cidades, com vistas a perceber em que medida esses espaços contribuem para o desenvolvimento do envelhecimento ativo. As autoridades governamentais que possuem o

poder de formulação e implementação de políticas públicas poderão redimensionar a sua atuação com o intuito de atender os anseios de uma classe que cresce cada vez mais com demandas emancipatórias e qualitativas.

Assim, é possível perceber dois fatos imediatos que justificam esse trabalho: a crescente e veloz mudança da pirâmide demográfica e a necessidade de acessibilidade e fruição dos espaços públicos urbanos por parte dos idosos para que esses continuem a exercer seus direitos de cidadãos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. ENVELHECIMENTO

2.1.1. Envelhecimento demográfico

O envelhecimento aparece cada vez mais uma problemática das sociedades contemporâneas. Considerado um desafio sem precedentes, o envelhecimento demográfico é um fenômeno universal que atinge tanto países desenvolvidos como aqueles em desenvolvimento com impacto em diversas esferas sociais e econômicas (KALACHE, 2014).

O termo envelhecimento demográfico, em linhas gerais, significa o envelhecimento da população, ou seja, o aumento percentual da participação de adultos e idosos na população e, por conseguinte, a diminuição relativa dos demais grupos, notadamente jovens e crianças (IBGE, 2017). O envelhecimento demográfico é caracterizado, portanto, pelo aumento do peso das gerações mais velhas em detrimento das gerações mais jovens (BANDEIRA et al., 2012).

No Brasil, o estudo da dinâmica e da composição da população mostra a forte tendência ao envelhecimento demográfico (IBGE, 2017) de modo que o contingente populacional de idosos é atualmente bastante significativo no conjunto da sociedade brasileira (LEBRÃO, 2007; CLOSS; SCHWANKE, 2012).

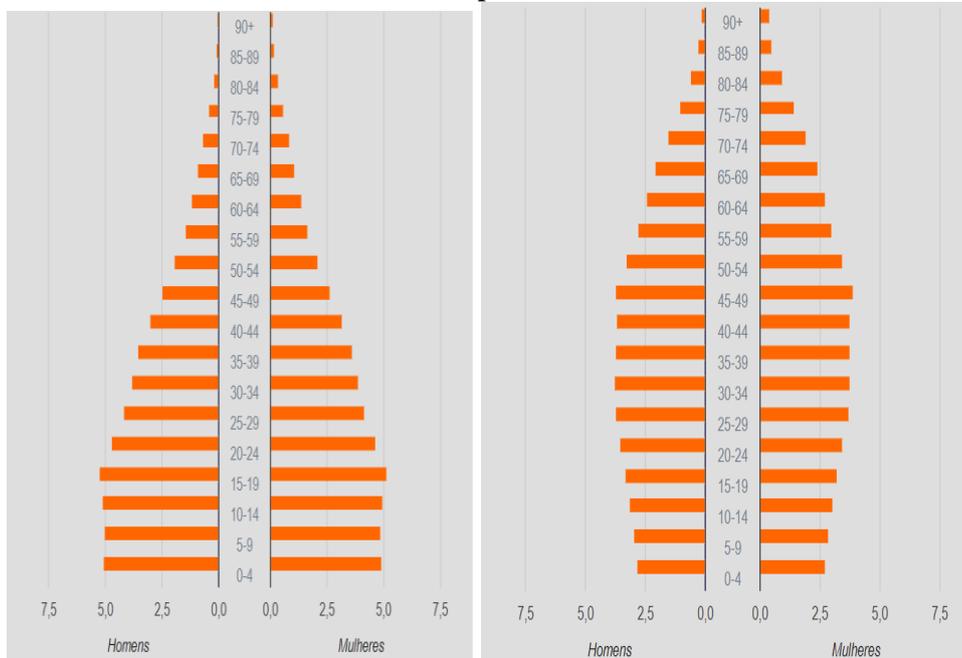
A forte diminuição da taxa de fecundidade, de 6,2 filhos por mulher em 1960 para 1,8 filhos em 2012, bem como a redução da mortalidade infantil, de 121% em 1960 para 15,7% em 2012 (DOLL et al., 2015) contribuíram para esse quadro etário. Essas mudanças aconteceram como corolário das fortes mudanças socioculturais e nos campos da educação e saúde no país, notadamente a partir da segunda metade do século passado.

Esse fenômeno pode ser observado a partir da análise da pirâmide etária do Brasil. A pirâmide etária ou pirâmide demográfica é um gráfico que mostra a estrutura etária de um país, na qual se expõe o número de pessoas existentes, por sexo e por grupos etários e exprime em porcentagem a participação de cada grupo na população total.

É um histograma (gráfico de barras) que representa graficamente a população de dada localidade, classificada por sexo e faixa etária. No eixo vertical da pirâmide estão representadas as faixas de idade e no eixo horizontal está indicada a quantidade percentual da população. Através da pirâmide se é possível ter uma visão global da população e do

envelhecimento. A seguir, na Figura 1, a pirâmide etária da população brasileira em dois momentos: 2000 e 2030.

Figura 1 – Pirâmides etárias da população brasileira em 2000 (esq.) e 2030 (dir.) em milhões de pessoas



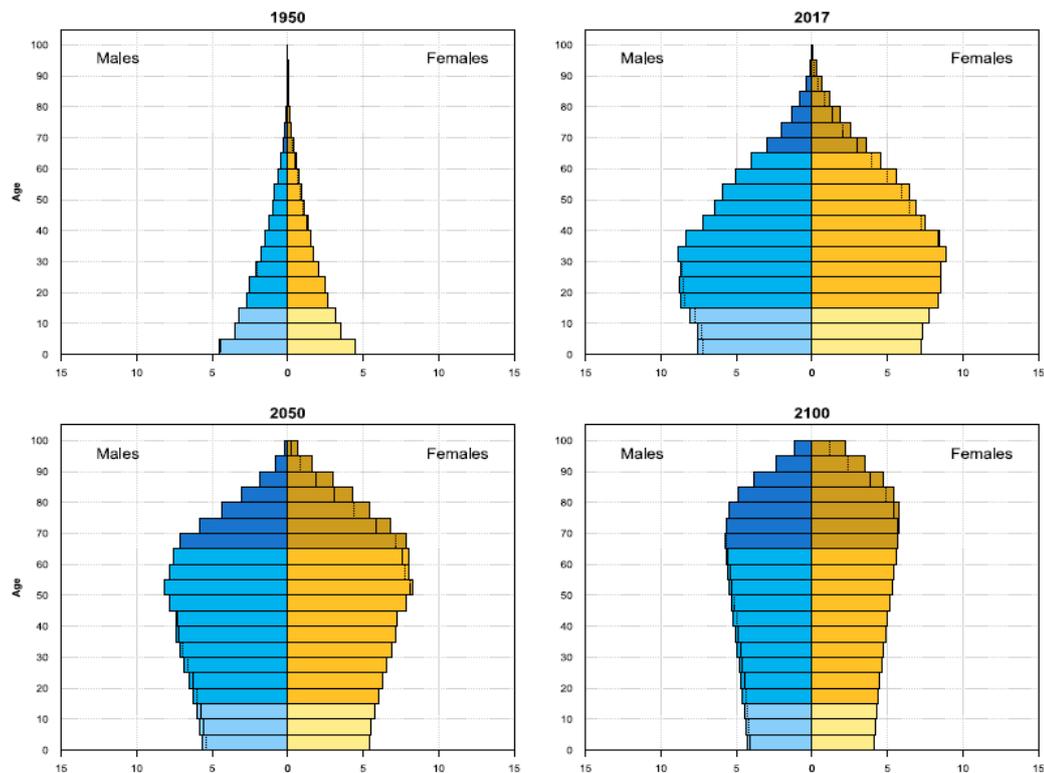
Fonte: Adaptado de IBGE (2017)

A comparação entre as duas pirâmides revela a diminuição paulatina do número de crianças e adolescentes e o aumento gradual do número de pessoas com mais de 60 anos. A visível diferença entre o formato das pirâmides de 2000 e de 2030 indica a rápida mudança na composição populacional num pequeno intervalo de tempo, apenas 30 anos.

Uma base larga e um topo muito estreito, formato que mais se aproxima da forma geométrica triangular, indica um país jovem. Na medida em que o topo fica mais largo e a base diminui, o país está em processo de envelhecimento. Quando a pirâmide mostra uma população adulta predominante, com o topo largo e a base bem reduzida, com formatos mais retangulares, há indicação de um país envelhecido.

O envelhecimento populacional e a evolução da população brasileira podem ser percebidos mais claramente na Figura 2, onde se vê a dinâmica populacional do Brasil, durante um século e meio, através das pirâmides de 1950 e 2017 e das projeções para 2050 e 2100, de acordo com estimativas de natalidade da ONU.

Figura 2 – Pirâmides etárias da população brasileira em 1950 e em 2017 e projeções para 2050 e para 2100



Fonte: ONU (2017, p. 137)

Dessas pirâmides, depreende-se que em 1950 o Brasil era um país jovem e que em 2050 já será um país envelhecido. Isso se deve basicamente a três fatores, principalmente: redução das taxas de fecundidade, diminuição da mortalidade e, por corolário, aumento da expectativa de vida (LEBRÃO, 2007; CLOSS; SCHWANKE, 2012).

Nesse sentido, a dinâmica do envelhecimento, como percebida acima, se deu em razão do fenômeno conhecido como transição demográfica. Esta é percebida tradicionalmente em quatro fases, com as características respectivas a seguir:

- 1º fase: Altas taxas de mortalidade e natalidade;
- 2º fase: Declínio das taxas de mortalidade e alta taxa de natalidade;
- 3º fase: Declínio das taxas de mortalidade e natalidade;
- 4º fase: Baixas taxas de mortalidade e natalidade.

Em linhas gerais, a transição demográfica reflete o tempo de transição entre os dois momentos de equilíbrio demográfico, caracterizada como a passagem de uma sociedade rural com taxas altas de natalidade e de mortalidade para uma sociedade mais urbana, com taxas baixas de natalidade e de mortalidade (VASCONCELOS; GOMES, 2012).

A transição demográfica no Brasil aconteceu na segunda metade do século passado com redução da mortalidade entre 1950 e 1960 e queda brusca na natalidade a partir de 1970, acentuada ainda mais em 1980 (VASCONCELOS; GOMES, 2012). Dessa forma, estava iniciado o processo de envelhecimento populacional no Brasil, de tal forma que o índice de envelhecimento, conforme o Censo de 1991, alcançou 20,9%, o dobro do valor de 1950 e, conforme o Censo de 2010, atingiu 44,8% (IBGE, 2017).

Entre 1991 e 2000, as taxas de mortalidade e de natalidade continuaram em descenso. No entanto, as taxas de natalidade reduziram-se com mais intensidade do que as taxas de mortalidade (IBGE, 2017). Por consequência, o crescimento vegetativo diminuiu. Todos esses fatos evidenciaram a mudança na estrutura etária da população, denotando o envelhecimento demográfico do país. Dessa forma, houve, nas pirâmides demográficas (Figuras 1 e 2), um fenômeno conhecido como achatamento da pirâmide (estreitamento na base da e aproximação da estrutura de um perfil mais retangular).

No processo de transição, e para que ele acontecesse, tem-se a redução da mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias (AZAMBUJA, 2011), melhores condições sanitárias e de acesso aos serviços de Saúde Pública (VASCONCELOS; GOMES, 2012). Já no que diz respeito à redução das taxas de natalidade, a escolarização das mulheres e a inserção delas no mercado de trabalho, notadamente em regiões urbanas, são os principais fatores para o declínio (PINHEIRO et al., 2009).

Esses fatores contribuíram para o aumento da expectativa de vida ao nascer. Em 1940, a expectativa de vida era de 45,5 anos e em 2016, essa saltou para 75,8 anos, segundo a Tábua de Mortalidade (IBGE, 2017). Ou seja, houve um salto de 30 anos na expectativa de vida ao nascer dos brasileiros em pouco mais de 75 anos. Esse aumento da expectativa de vida tem sido denominado 'Revolução da Longevidade' e impacta todas as etapas da vida (KALACHE, 2014).

Todos esses dados e índices denotam o envelhecimento demográfico. Em termos numéricos e percentuais, em 2015, 12,3% da população global possuía mais de 60 anos, o que significa que existia no mundo aproximadamente um idoso em cada grupo de oito pessoas (OMS, 2015). Além disso, projeções da ONU e da OMS indicam que em 2050, os idosos constituirão um quinto da população global.

No Brasil, por sua vez, informações da PNAD mostram que há mais de 29 milhões de idosos no país, o que representa, em termos percentuais, 14,3% da população total (IBGE, 2015). Nessa perspectiva, o envelhecimento populacional, fenômeno heterogêneo e não

simultâneo entre as regiões do Brasil (VASCONCELOS; GOMES, 2012), traz uma série de novas demandas na área de políticas públicas para saúde dos idosos e sua participação social (CLOSS; SCHWANKE, 2012; PINHEIRO, 2014).

Dessa forma, o envelhecimento impacta a sociedade de diversas formas. Além da dimensão individual, o envelhecimento atinge setores de saúde, cultura, educação, trabalho, bem como os setores de assistência e seguridade social (KALACHE, 2014), configurando um dos grandes desafios deste século.

2.1.2. O Processo de envelhecimento humano

No decurso de todo ciclo vital, alterações são percebidas nos indivíduos, nos mais variados níveis da existência humana (FERNANDEZ-BALLESTEROS, 2009; PAÚL et al., 2012; KOCH FILHO et al., 2017). Ao conjunto dessas modificações, acentuadas a padrões de crescimento, de estabilidade e de declínio, dá-se o nome de envelhecimento.

Dessa forma, considerado um processo multidimensional que envolve mudanças e perdas (BALTES; BALTES, 1990), o envelhecimento é, portanto, um processo natural do desenvolvimento humano que se inicia com o nascimento e termina com a morte (BALTES, 1987; D'AQUINO OLIVEIRA TEIXEIRA; GUARIENTO, 2010). São alterações progressivas que acontecem nos órgãos, nos tecidos e nas células (BALCOMBE; SINCLAIR, 2001).

Em contrapartida, sob outra perspectiva temporal em relação ao seu início, envelhecimento também pode ser entendido como o conjunto das alterações que acontecem com o decorrer da idade, quando esta sucede e vai além da maturidade (BARRETO, 2017).

No entanto, Okuma (1998) argumenta que a velhice não pode ser definida apenas de forma cronológica, mas sim através das condições mentais, funcionais e de saúde do indivíduo. Destarte, o envelhecimento humano não é ocasionado por um único motivo, como o decurso dos anos, mas sim provocado por uma multiplicidade de aspectos que lhe são inerentes (FERNANDEZ-BALLESTEROS, 2009; SCHIMIDT; SILVA, 2012).

Dessa forma, além dos aspectos genéticos, fatores exógenos, tais como condições sociais, sanitárias e ambientais interferem decisivamente no processo de envelhecimento (MACHADO, 2007; PINHEIRO, 2014) e podem desencadear uma maior incidência de processos patológicos na velhice. Em consequência, o processo de envelhecimento é pessoal e

diferenciado, dado que varia não só de órgão para órgão, mas também de indivíduo para indivíduo (SCHIMIDT; SILVA, 2012).

Nesse contexto, pode-se dividir o envelhecimento, em razão de suas causas, em três tipos: primário, secundário e terciário. O envelhecimento primário é o envelhecimento normal e com ausência de patologias; o secundário é aquele relacionado a doenças, e; o terciário refere-se a um período perto da morte no qual há a deterioração extraordinária de aspectos que em tese não variam com a idade (PAÚL, 1991).

2.1.3. Gerontologia

O envelhecimento é comumente associado aos aspectos físicos externos e internos. No entanto, essa visão simplista e reducionista do envelhecimento, a qual considera este um processo apenas biológico deve ser eliminada em razão da ênfase acentuada que esta dá aos aspectos negativos (DANIEL et al., 2016).

Nesse sentido, o entendimento do envelhecimento e das questões subjacentes, portanto, deve ser analisado de maneira ampla, interdisciplinar e livre de paradigmas. Nesse sentido, surgiu no campo do conhecimento a partir da metade do século XX a gerontologia, a qual ganhou grande visibilidade na década de 80 (PAÚL, 2017).

A gerontologia¹ é a ciência do envelhecimento (SILVA, 2009). É o estudo das bases biológicas, psicológicas e sociais da velhice e do envelhecimento (FERNANDEZ-BALLESTEROS, 2000). Em linhas gerais, é a disciplina que tem como campo de estudo o envelhecimento humano e de que forma esse interfere na vida das pessoas.

Ela também é entendida como uma área interdisciplinar que estuda as mudanças ocorridas na idade avançada, congregando saberes da Biologia, Psicologia, Sociologia, entre outros campos do conhecimento. Desta forma, a disciplina assegurou-se como campo autônomo do conhecimento destinado a compreender o curso da vida humana (PAÚL, 2012)

Sob a perspectiva da gerontologia, envelhecer é um fenômeno complexo e multifacetado que deve ser entendido no nível biopsicossocial (FERNANDEZ-BALLESTEROS, 2009; PAÚL et al., 2012; KOCH FILHO et al., 2017). Nesse sentido, o

¹ De acordo com o dicionário Michaelis de língua portuguesa, gerontologia é a área do conhecimento científico, multidisciplinar, que estuda o processo de envelhecimento humano, abrangendo os aspectos físicos, emocionais e socioculturais.

envelhecimento é uma situação contínua, heterogênea e potencialmente bem-sucedida (SILVA et al., 2010), como pode-se observar no segmento idoso do país, no qual há pessoas em pleno vigor e outras mais vulneráveis (SCHIMDT; SILVA, 2012).

No sentido biológico, o envelhecimento é muitas vezes tomado com sinônimo do termo “senescência” (BALCOMBE; SINCLAIR, 2001). A senescência refere-se às alterações de um período de mudanças ocorridas em razão do decurso do tempo que implicam efeitos deletérios no organismo, manifestando-se em todos os tecidos e órgãos (D'AQUINO OLIVEIRA TEIXEIRA; GUARIENTO, 2010).

A senescência ocorre quando o crescimento e a maturação física e social que ocorrem nos primeiros estágios da vida dá lugar a mudanças graduais que refletem um declínio nos sistemas orgânicos, o que aumenta a vulnerabilidade a patologias. A senescência ocorre a partir dos 30 anos e é a última fase de desenvolvimento do curso da vida (HOOYMAN; KIYAK, 2011).

Por outro lado, o envelhecimento psicológico refere-se ao bem-estar subjetivo, e às capacidades cognitivas de tomar decisões, adaptando-se o indivíduo ao processo de senescência. Aqui, são enfatizadas as funções psicológicas que são desenvolvidas e que entram em declínio ao longo do curso da vida (SCHAIE; WILLIS, 2003).

Sob essa perspectiva, o envelhecimento é um processo de maturação, estabilidade e declínio não lineares das funções cognitiva, intelectual, relacional e emocional. Dessa forma, ao contrário da perspectiva biológica, sob a dimensão psíquica, o envelhecimento não é progressivo, de tal forma que não depende exclusivamente da passagem do tempo. A idade psicológica, portanto, está associada aos padrões de estabilidade e mudança e de crescimento e declínio das funções psicológicas (LIMA, 2017).

O envelhecimento psicológico, dessa forma, está relacionado à redução das faculdades psíquicas e pode provocar falta de motivação, perdas afetivas e sociais, além de baixa autoestima e dificuldade de adaptação a mudanças (PAÚL, 2017).

No âmbito social, o envelhecimento relaciona-se às mudanças nos papéis sociais no ambiente em que a pessoa está inserida em razão das expectativas da comunidade para este nível etário (PAÚL, 2017). A definição de envelhecimento, nesse sentido, refere-se à posição do indivíduo no contexto da comunidade constituído por normas determinadas em razão da idade, que podem variar em sociedades diferentes (SCHAIE; WILLIS, 2003).

Ressalte-se, nesse contexto, o processo de entrada na aposentadoria. A passagem para a inatividade laboral contribui para as mudanças referidas, dado que a aposentadoria pode significar perda de status social e econômico.

Ainda sob a perspectiva social e no que se refere às imagens sociais do envelhecimento, a velhice é comumente associada a aspectos negativos, tais como perdas, deterioração, redução das capacidades. De forma mais incisiva, essa visão extremamente negativista predominou até o final dos anos 70 (LIMA, 2017), numa perspectiva preponderantemente biológica, na qual era impossível aos idosos envelhecer com sucesso e qualidade de vida.

No entanto, essa visão vem sendo desconstruída com o alargamento científico do conhecimento sobre o fenômeno do envelhecimento. De forma que se percebe a possibilidade de equilibrar o declínio biológico-funcional inevitável em outras dimensões do processo (KAHANA et al., 2005) com o desenvolvimento de competências específicas.

Dessa forma, o indivíduo idoso poderia compensar as dificuldades através da proatividade, busca e a utilização de recursos, internos e externos, que lhe são mais afetos. Por exemplo, um dos aspectos positivos geralmente apontados aos idosos, que são valorizados socialmente e poderiam ser utilizados para o alcance desse equilíbrio, são a experiência e a sabedoria (BALTES; SCHIMIDT, 1995).

Ademais, o organismo possui comprovadamente uma grande capacidade de reserva de cognição em vigor durante todo o curso da vida (BALTES, 1987). Tal reserva permite ao idoso desenvolver a resiliência, tornando-o mais forte e mais capaz de lidar com aspectos negativos da vida (KAHANA, 2005).

Portanto, privilegiar os aspectos negativos da velhice dá lugar ao que se chama atualmente de idosismo, palavra que ressalta o preconceito contra idosos. Quando a idade é utilizada para ajuizamentos discriminatórios que desvalorizam, tem-se a criação de um estereótipo (NERI, 2007). Dessa forma, o idosismo é um processo no qual se predomina um estereótipo dos idosos associados à rigidez de pensamento, senilidade, fraqueza e moralidade e habilidade antiquadas, visão que predomina até mesmo entre profissionais e graduandos da área de saúde (SCHIMIDT, 2012).

Por fim, é importante ressaltar a visão de que o envelhecimento não é um processo patológico, mas sim uma etapa da vida com particularidades especiais (SHIMDT, 2012). Há ainda autores que adotam a visão do envelhecimento a partir da perspectiva teórica do

desenvolvimento do ciclo de vida (BALTES, 1987), na medida em que consideram esse como um processo amplo e permanente na vida dos indivíduos.

2.2. TIPOLOGIAS DE ENVELHECIMENTO

Aborda-se a seguir modelos de envelhecimento recorrentes na literatura gerontológica. Sempre com o foco na saúde e qualidade de vida, tem-se enfatizados nas últimas décadas os seguintes tipos: o envelhecimento saudável, o envelhecimento bem-sucedido e o envelhecimento ativo.

2.2.1. Envelhecimento saudável

A expressão ‘envelhecimento saudável’ não possui conceptualização única e específica. Ao contrário, centrado no modelo biomédico e psicológico, ela remete para os modelos usuais de envelhecimento e da simples aplicação das perspectivas de saúde a esse processo (ALMEIDA, 2007).

Além do mais, o entendimento de saúde predominante nesse contexto aponta para a visão do envelhecimento como um problema, focado na doença e na morte (CRIMMINS, 2004). Nesse sentido, tem-se a visão tradicional de que uma das características proeminentes do envelhecimento saudável é a capacidade de aceitação por parte dos idosos das mudanças fisiológicas ocorridas em razão da idade (PHELAN et al., 2004).

Sob esse prisma, o envelhecimento saudável busca abordar os determinantes da saúde física dos idosos, bem como de suas habilidades funcionais e desconsidera a subjetividade e experiência dos idosos (GARDNER, 2006).

No entanto, atualmente, concepções mais amplas fora do paradigma saúde-doença têm surgido. Nessa perspectiva, entende-se envelhecimento saudável como um processo contínuo de aprendizagem e realização pessoal, tendo como objetivo a autonomia e a independência dos idosos (INOUE K, 2007; CAMPOS et al., 2016).

Nesse sentido, também está a corrente que ressalta o envelhecimento saudável como a busca do equilíbrio da interação entre as variadas dimensões da existência dos mais velhos: saúde física e mental, independência e autonomia, participação social, apoio, convívio familiar (SANTOS, 2009).

Dessa forma, verifica-se que o entendimento do envelhecimento saudável e das questões subjacentes evoluiu. No entanto, ao se pretender dar uma denominação mais abrangente e inclusiva, surgiram no decorrer das últimas décadas outras expressões, tais como envelhecimento bem-sucedido e envelhecimento ativo.

2.2.2. Envelhecimento bem-sucedido

Está claro que o processo de envelhecimento é uma experiência heterogênea que exige diferentes estratégias para a obtenção e manutenção da qualidade de vida ao longo do processo. Evidencia-se como processo multifacetado e multidimensional durante todo o curso da vida. Da mesma forma, possui dois vieses indissociáveis e complementares: considerado no nível individual, relativo à trajetória de vida, e no nível coletivo, que ressalta as diversas influências socioculturais.

Desde o surgimento da gerontologia como ciência, pesquisadores buscam desenvolver modelos teóricos e práticos ideais de envelhecimento. Nesse contexto, surge ao constructo do envelhecimento bem-sucedido. Ao apontar, entre outras coisas, que o envelhecimento não está isolada e diretamente relacionado à deterioração orgânica, o aporte teórico do envelhecimento bem-sucedido permitiu a visão do processo como estágio normal do ciclo de vida.

No campo da gerontologia, o envelhecimento bem-sucedido é um dos temas mais difundidos entre meios acadêmicos e não acadêmicos no que se refere ao envelhecimento como curso de vida. No entanto, apesar da amplitude do tema, não há consenso em torno do termo, dado que sob a mesma denominação de envelhecimento bem-sucedido reúnem-se abordagens diversas (ALMEIDA, 2007), muitas com apelo fundamentalmente empírico.

No entanto, no âmbito conceitual, há construções teóricas mais estruturadas sobre essa forma de envelhecimento. Dentro desse contexto, uma das propostas mais aceitas e divulgadas é a proposta de Rowe e Kahn, disposta no artigo “*Human Aging: Usual and Successful*”.

Na conjectura original, Rowe e Kahn (1987) buscam oferecer mais perspectivas ao envelhecimento e acabam com a dualidade exclusiva entre o envelhecimento patológico e o envelhecimento normal, não patológico. Na proposta, eles incluem um novo conceito e dividem o envelhecimento normal em dois segmentos: o envelhecimento habitual e o envelhecimento bem-sucedido (ROWE; KAHN, 1987).

Sob essa perspectiva, o envelhecimento bem-sucedido dependeria essencialmente da conjugação de três fatores: Ausência ou baixa probabilidade de doença e/ou incapacidade derivada de doenças; Engajamento/compromisso social ativo com a vida, e; Manutenção das funções cognitivas e físicas em níveis excelentes.

No tópico ausência de doença, refletido o paradigma tradicional, foi enfatizado a importância da ausência dos fatores de risco para doenças crônicas. Em relação ao engajamento social com a vida, ressalta-se a necessidade de relacionamentos interpessoais e de atividades produtivas valorizadas socialmente, seja no voluntariado ou no trabalho remunerado. Por fim, no que se refere à manutenção de padrões cognitivos e físicos altos, destacam-se habilidades de resolução de problemas e de linguagem (TOMASINI; ALVES, 2007; ALMEIDA, 2007).

No entanto, o modelo, embora tenha superado o paradigma saúde-doença e enfatizado a multidimensionalidade do fenômeno envelhecimento, sofreu algumas críticas após a sua apresentação. Uma delas é o fato de utilizar abordagem prescritiva e normativa, sem considerar os vieses socioculturais e as circunstâncias da vida. Ademais, o modelo não seria passível de aplicação a uma universalidade de idosos. Em razão da dificuldade de atingimento dos critérios apontados, apenas poucos indivíduos conseguiriam os ideais propostos (MASORO, 2001; HOLSTEIN; MINKLER, 2003).

Outro modelo teórico recepcionado pela literatura acadêmica do final do século passado foi o modelo de P. Baltes e M. Baltes. Ao adotar uma perspectiva psicológica, eles propuseram um modelo dinâmico e interativo que equilibrasse ganhos e perdas através de três processos: seleção, otimização e compensação (BALTES; BALTES, 1990).

A seleção diz respeito à escolha metódica e priorização de tarefas/metastruturas mais eficazes na obtenção do resultado satisfatório. A otimização indica a potencialização de tarefas/metastruturas através da criação de condições mais favoráveis para que os resultados sejam eficientes. Por fim, a compensação aponta para a necessidade de utilização de recursos alternativos, quando aqueles de que se dispõem verificam-se insuficientes (PAÚL, 2005).

No entanto, perante o modelo, subjazem críticas em razão de a proposta não apontar claramente o tipo de interação ideal entre o indivíduo e o meio que o rodeia. Da mesma forma, o modelo não aprofunda o entendimento sobre a relação das pessoas com as determinantes não controláveis do ambiente (ALMEIDA, 2007).

2.2.3. Envelhecimento ativo

Hodiernamente, é o constructo envelhecimento ativo que tem ocupado lugar predominante nas agendas governamentais dos organismos oficiais. Desde a Organização

Mundial de Saúde até organismos transnacionais como a Comissão europeia tem adotado o entendimento do envelhecimento que busca trazer releituras e novas práticas sobre a realidade para tornar o envelhecimento um processo positivo que necessita intervenções durante todo o curso de vida (RIBEIRO, 2012; BARRIOS; FERNANDES, 2014).

O envelhecimento é tradicionalmente entendido como oportunidade e desafio (WHO, 2002). A oportunidade está no fato de que a expectativa de vida ao nascer e o número de idosos cresce significativamente. Por outro lado, o desafio refere-se à necessidade de redimensionamento das políticas públicas de modo a atender as necessidades das pessoas idosas, bem como no desafio de aumentar as oportunidades para este segmento cada vez maior da população.

Nesse sentido, a ONU, ao encontro das tendências e demandas globais, realizou em 2002 a II Assembleia das Nações Unidas sobre Envelhecimento, com o escopo de se definir as diretrizes a orientar a edição e transformação das políticas públicas destinadas aos mais velhos. As propostas do evento foram estabelecidas em torno de um novo conceito já cunhado pela OMS durante fins da década de 1990: o envelhecimento ativo.

Assim, o envelhecimento ativo surgiu como proposta oficial com o fito de orientar a edição de políticas públicas do século XXI. O marco político do envelhecimento ativo foi definido como o “processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (WHO, 2002).

A proposta foi lançada e o marco político definido oficialmente através da publicação do documento denominado “Active Ageing: A Policy Framework” (OMS, 2002). O seu escopo claro era permitir o envelhecimento com qualidade de vida e demonstrar possibilidades de intervenções políticas a nível local (BARRIOS; FERNANDES, 2014). Nesse sentido, o envelhecimento ativo era tomado como um cientificamente complexo, um constructo com bases políticas, mas que deveria ser considerado a nível individual um propósito para a vida (RIBEIRO, 2012).

Essa definição inicial demonstrou os pilares do constructo teórico: saúde, segurança e participação. Entretanto, não obstante ao entendimento original, há uma tendência atual de se incluir a educação entre os pilares do envelhecimento ativo. Apesar de já implicitamente presente nos outros pilares, essa nova corrente busca enfatizar a importância da intervenção pedagógica e andragógica em todas as idades, incluindo o crescente segmento idoso da população (ANICA et al., 2014).

Nesse sentido, o Centro Internacional da Longevidade – Brasil editou, em 2015, um documento denominado “Envelhecimento Ativo: Um Marco Político em resposta à Revolução da Longevidade”. Nessa publicação, a educação foi acrescentada como o quarto pilar do envelhecimento ativo com o desiderato de acentuar a necessidade da ‘aprendizagem ao longo da vida’ (CIL, 2014; KALACHE, 2017).

Sob uma perspectiva abrangente e para um entendimento amplo das bases do envelhecimento ativo, é necessário se entender o direcionamento político vigente no âmbito das Organizações das Nações Unidas e da Organização Mundial da Saúde nas últimas décadas no que se refere à população idosa.

Em princípio, todas as iniciativas oficiais da Organização das Nações Unidas a partir do início dos anos 90 no que se refere a políticas públicas para o segmento da população com maior idade devem ir de encontro aos Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas, editados pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1991. Esses princípios são: independência, assistência, participação, realização pessoal e dignidade (ONU, 1991).

Por outro lado, há diversos fatores que determinam o curso do processo de envelhecimento para que ele aconteça com a maximização dos ideais de saúde, segurança e participação. Esses fatores, por sua vez, são os fatores determinantes transversais de gênero e cultura e os fatores determinantes econômicos, sociais, pessoais, comportamentais e aqueles relativos ao ambiente físico e aos serviços sociais e de saúde (WHO, 2002), conforme exposto na Figura 3:

Figura 3 - Fatores determinantes do envelhecimento ativo



Fonte: OMS (2005, p. 19)

Os fatores determinantes gênero e cultura são considerados transversais porque transitam e afetam todos os outros determinantes. O gênero e a cultura são determinantes sociais que indicam como a sociedade encara o fenômeno do envelhecimento e explicita a individualização dos diferentes significados que as pessoas dão a esse processo.

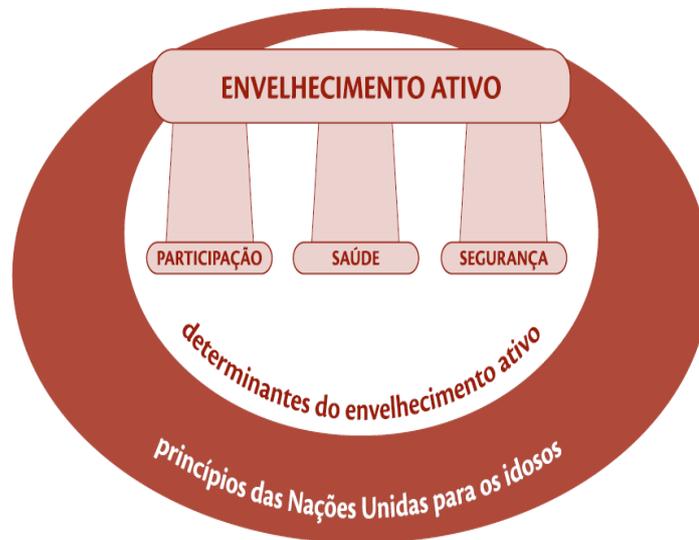
Ademais, o envelhecimento é um fenômeno adaptativo no curso de vida dos indivíduos e, apesar de universal, é heterogêneo e variável em razão do processo interativo que envolve o indivíduo e todas as determinantes citadas. Dessa forma, o envelhecimento, entendido através da perspectiva de curso de vida, impõe a antecipação de situações críticas, com o fito da prevenção e da capacitação dos indivíduos idosos a essa etapa da vida.

Por fim, a orientação política da ideia de envelhecimento ativo requer iniciativas para a asseguarção de três pilares básicos: Saúde, segurança e participação. A saúde aponta para o bem-estar físico, mental e social, como tradicionalmente definido pela OMS. A segurança refere-se ao âmbito social, físico e financeiro e à asseguarção dos direitos nessas três esferas. Por fim, a participação envolve a permanência no mercado de trabalho da pessoa idosa, o emprego, a educação e as políticas sociais e de saúde (WHO, 2002).

Dessa forma, as diretrizes políticas do envelhecimento ativo baseiam-se nos Princípios das Nações Unidas para os Idosos. Esses princípios, por sua vez, devem ser refletidos e interpretados observando-se as influências dos fatores determinantes do envelhecimento ativo (WHO, 2002). Além disso, toda a edição de políticas públicas favoráveis a essa forma dinâmica de envelhecer deve ser estruturada a partir de três pilares: saúde, segurança e oportunidade.

A estrutura política a ser adotada em razão ao ideário do envelhecimento ativo, dessa forma, pode ser observada na Figura 4, a seguir, que representa graficamente a interação entre os Princípios das Nações Unidas para os Idosos, os fatores determinantes do envelhecimento ativo e os pilares do marco político:

Figura 4 – Os três pilares da estrutura política para o envelhecimento ativo



Fonte: OMS (2005, p. 45)

O envelhecimento ativo aparece então como paradigma tendente a inverter as impressões negativas das transformações do processo de envelhecimento. O conceito de envelhecimento ativo pretende avançar nas discussões e superar as lacunas e dos constructos de envelhecimento saudável e envelhecimento bem-sucedido e transmitir um entendimento mais abrangente do fenômeno envelhecimento e de todas as questões subjacentes, aceitando a influência de fatores outros que afetam o modo como os indivíduos envelhecem.

Apesar de conceitualmente bem estruturado e consolidado, a produção acadêmica sobre envelhecimento ativo é ainda escassa, comparativamente aos outros modelos de envelhecimento citados (BOUDINY, 2012). Isto se deve em razão da recente construção teórica acerca do envelhecimento ativo, do início deste século, o que o leva a estar ‘ausente de reflexões científicas aprofundadas’ (RIBEIRO, 2012).

Nessa literatura modesta, o constructo é alvo de apontamentos não conciliáveis. Para alguns autores, o termo é nebuloso, não específico e de difícil entendimento (BOUDINY; MORTELMANS, 2011). Por outro lado, há entendimentos de que o termo é suficientemente claro de forma a secundarizar essa polêmica conceitual (RIBEIRO, 2012).

Há também o entendimento de que o envelhecimento, em compatibilidade com a política neoliberal, busca associar o idoso à produtividade, como sugere o próprio epíteto ‘ativo’. Desta forma, ao reconhecer aos idosos a igualdade de direitos entre as gerações, deve-se tomar o cuidado para não se impor um ideal aquisitivo único a todos, o que ocasionaria um viés opressor, pois o fim não seria por todos atingido (FONTES, 2002).

2.3. ENVELHECIMENTO E URBANIZAÇÃO

2.3.1. Espaço público urbano

Já explicitados, a urbanização, conjuntamente com o envelhecimento demográfico, são grandes desafios contemporâneos que ocorrem concomitantemente. Estima-se que mais da metade da população mundial vive em cidades e, em 2050, esse percentual aumentará para 70% (UN, 2013).

Por outro lado, a urbanização pode ser configurada como uma oportunidade, dado que as cidades podem ser fontes de soluções aos problemas enfrentados na atualidade e não sua causa (UN, 2016). As cidades possibilitam desenvolvimento econômico, social e cultural e, para isso, devem possibilitar aos seus habitantes as estruturas e os serviços adequados a promover o seu bem-estar e produtividade (OMS, 2009).

Com um contingente populacional cada vez maior morando em cidades, fica claro que o espaço público urbano deve se adequar para transformar o processo do envelhecimento em uma experiência gratificante e favorecer a qualidade de vida (UN, 2016). Nesse sentido, pensar no desenho urbano em razão do espaço público vai além do cumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos pelas normas e regulamentos de acessibilidade. É necessário pensar em um desenho urbano inclusivo que acompanhe e responda a longevidade inerente à sociedade atual (MENDES, 2015).

Atualmente, há evidências científicas que demonstram a correlação entre a saúde e o espaço público de três formas, principalmente: Promoção do bem-estar entre os utentes, através de elementos naturais; estímulos à atividade física individual, e; oportunidades de inclusão social (SUGYIAMA; THOMPSON; ALVES, 2009).

O espaço público se reveste de importância primaz no comportamento social dos indivíduos usuários e marca de forma relevante a qualidade de vida dos moradores e transeuntes (MENDES, 2015). Os principais fatores que contribuem para a otimização do espaço público urbano, associados diretamente à qualidade de vida, são: Habitação, vizinhança, envolvente urbana e as características físicas do espaço público, como orientação, geometria, dimensão, texturas, pavimentos, etc. (PEDRO, 2000).

O espaço público deve ser universal e atender os interesses e as necessidades dos mais diversos grupos sociais. Além disso, o escopo do espaço público deve ser o de induzir os

indivíduos a hábitos de vida saudáveis, potenciadores das relações sociais e afetivas (MENDES, 2015).

Ademais, o espaço público sendo inclusivo para pessoas acima de 60 anos, também será favorável a diversos outros grupos exigentes de características especiais. Se o ambiente é próprio para os idosos, também o será mais agradável para crianças, gestantes, deficientes, etc. (OMS, 2009; PINHEIRO, 2014; MENDES, 2015).

O desenho do espaço público contribui para o aumento dos índices de atividade individual. Nesse sentido, ressalte-se que um estilo de vida benéfico e fisicamente ativo requer a característica de andar a pé, sendo esse um componente importante do envelhecimento saudável (VICTOR, 2010).

Um dos atributos ambientais relacionados com aumento da atividade física dos idosos é a facilidade de acesso a parques, campos e trilhos (BOOTH et al., 2000). Além disso, a infraestrutura para pedestre e a atratividade de bairros, parques e jardins também são apontados como impulsionadores da atividade física (MICHAEL et al., 2006).

Em relação aos desafios de acesso dos idosos aos locais dispostos no arranjo público, encontram-se: distância entre os locais de destino, dificuldade para caminhar, pavimentos degradados, ausência de locais para descansar, receio do crime e falta de instalações sanitárias públicas (TUREL et al., 2010).

Outrossim, o relacionamento interpessoal e a possibilidade de interação pessoal são determinantes nesse processo. A rede social constitui, juntamente com o acesso físico, um dos mais importantes atributos na relação espaço público/saúde (MENDES, 2015).

A acessibilidade, por sua vez, é entendida como o processo de aplicar características ao meio urbano que possibilite acesso às diferentes instalações e meios: espaço público, serviços, economia, cultura, participação, etc. (SAGRAMOLA, 2008). Nesse sentido, no que se refere à acessibilidade, têm-se como ótimos os princípios de atuação instituídos pelo Conceito Europeu de Acessibilidade – CEA em 2003. Para esse órgão, o meio físico para ser acessível deve ser: Respeitador das diferentes necessidades dos utentes e facilitador do acesso a todos; seguro; saudável; funcional; compreensível e; estético (CE, 2003).

Com base nessas premissas, e atendendo ao conceito de Desenho Universal, o Instituto Nacional para a Reabilitação - INR formulou, no contexto português, sete princípios básicos: Uso equitativo; flexibilidade de uso; uso simples e intuitivo; informação perceptível; tolerância ao erro; esforço físico mínimo, e; dimensão adequada para abordagem e utilização (INR, 2018).

Nesse sentido, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT) aponta a necessidade de se repensar os modelos de cidade para o futuro, principalmente no que se referem à gestão dos espaços públicos. Documento dessa organização denominado “Relatório das Cidades do Mundo 2016 - Urbanização e Desenvolvimento” aponta para a necessidade de espaços públicos urbanos que favoreçam a prosperidade e inclusão e afastem estruturas e meios funcionais ineficientes e insustentáveis (ONU, 2016).

Sob a mesma perspectiva, em outro relatório da ONU-HABITAT sobre as cidades, editado em 2013, são estabelecidas cinco áreas chave para uma cidade próspera: Produtividade; infraestrutura; igualdade; qualidade de vida, e; sustentabilidade ambiental (ONU, 2013).

Dessa forma, manter o panorama atual das cidades não é o mais adequado para o momento. Sensato seria o atendimento aos princípios supra na concepção, renovação e utilização dos prédios e equipamentos urbanos públicos, como a base para a concretização da mobilidade e acessibilidade. Assim, o mundo envelhecido e urbano pode alcançar inclusão social e favorecer envelhecimento ativo.

2.3.2. Interação indivíduo-ambiente

As cidades são compostas por ambientes construídos e por ambientes naturais. Esses ambientes estimulam o indivíduo e afetam o conforto. Nessa relação, a interação indivíduo-ambiente deve ser otimizada de modo a promover saúde, bem estar, segurança e conforto.

De acordo com a psicologia ambiental, fatores ambientais e fatores comportamentais se influenciam mutuamente. Influência mútua significa que a todo momento o ambiente interfere no comportamento, afetando percepções, sentimentos e ações. Da mesma forma, o comportamento afeta os componentes ambientais (VERDUGO, 2005).

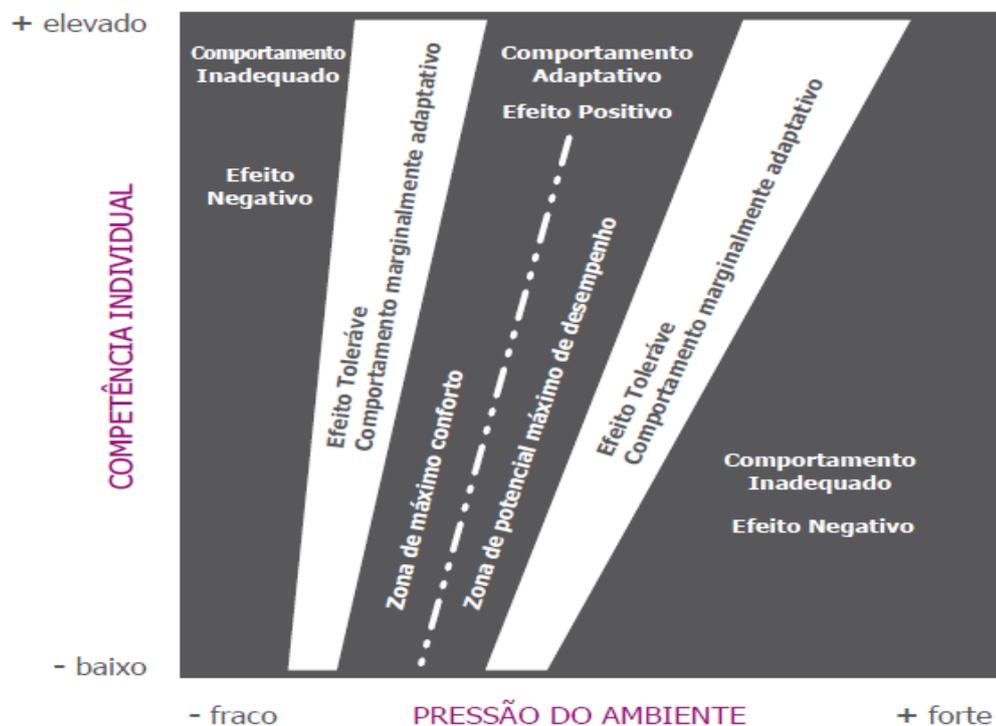
Nesse sentido, destacam-se as teorias ambientais sobre o envelhecimento humano. Essas ressaltam a relevância da dimensão física do ambiente sobre o comportamento biológico, psicológico e social das pessoas idosas.

Nesse contexto, sobressaem-se os modelos ecológicos de envelhecimento, notadamente o Modelo Pressão-Competência (LAWTON; NAHEMOW, 1973). De acordo com esse modelo, a adaptação do idoso ao seu ambiente é dependente sobretudo das suas competências e da pressão exercida pelo meio. Competência relaciona-se à capacidade

funcional de um sujeito e expressa-se em habilidades operativas, cognitivas e atitudinais. Pressão ambiental, por sua vez, são as exigências do ambiente sobre o indivíduo (LAWTON; NAHEMOW, 1973).

Por essa ótica, as pressões exercidas pelo ambiente enfrentam as competências dos indivíduos, de forma que este deve mostrar capacidade de adaptação. Quando as pressões ambientais são vencidas pela capacidade da pessoa, tem-se um resultado positivo. No entanto, quando as pressões ultrapassam as capacidades das pessoas, podem surgir resultados negativos, de stress a incompetência, esta última ocorre pelo não uso das competências existentes, já que estas são insuficiente para enfrentar as demandas do ambiente circundante (LAWTON, NAHEMOW, 1973). A Figura 5, a seguir, demonstra essa relação:

Figura 5 – Modelo de Pressão-Competência de Lawton



Fonte: Tomasini & Alves (2007, p. 97)

Como exemplo, obstáculos físicos, tais como barreiras, nos locais onde a pessoa idosa vive ou frequenta constantemente afeta sobremaneira a qualidade de vida desses indivíduos de tal forma que o idoso tende a desistir das tentativas de ultrapassá-las, o que pode ocasionar, como explicitado no parágrafo anterior, a falta de competência pelo não uso.

Nesse sentido, a relação entre competência e pressão ambiental gerou a hipótese da docilidade ambiental (LAWTON; NAHEMOW, 1973). Essa preza que quanto mais

competente o indivíduo for, menor a pressão ambiental exercida. Por outro lado, quanto menos competente o sujeito, maior e mais clara a pressão do meio envolvente (PAÚL, 2005). Dessa forma, a pessoa, quanto mais competente, suporta uma pressão maior do meio envolvente. Por outro lado, quanto maior a vulnerabilidade do sujeito, mais atenção deve ser dada à dimensão física do ambiente envolvente.

Ademais, quando o indivíduo não consegue adaptar-se mais ao meio, em razão da diminuição de suas competências e do aumento da influência do meio, ele tende a procurar outro ambiente de convívio, conforme a hipótese da proatividade² (LAWTON, 1989).

Dessa forma, os autores querem mostrar a idealidade de se promover um ambiente que facilite o uso das competências pessoais e equilibre a expressão pressão-competência. Sendo assim, o ambiente deve passar por um processo de adequação para compensar as perdas funcionais, notadamente as cognitivas e comportamentais, decorrentes do envelhecimento (LAWTON, NAHEMOW, 1973).

2.3.3. Gerontologia ambiental

Na segunda metade do século passado, através de contribuições acadêmicas ecológicas, ficou cada vez mais evidente a consideração da influência do ambiente sobre o curso de vida dos indivíduos. Nesse contexto, e como resposta à necessidade de explicar e relacionar fenômenos ambientais e o processo de envelhecimento surge a gerontologia ambiental.

Sabe-se que a gerontologia divide-se em vários ramos, tais como gerontologia clínica, social, ambiental, etc. Esta última, por sua vez foi conceituada como a área da gerontologia que tem por objeto principal o estudo da interação entre os indivíduos idosos e seus contextos socioespaciais. Ademais, ela explora características objetivas e subjetivas dessa relação pessoa-ambiente (BATISTONI; SATHLER, 2014).

Numa perspectiva política e ontológica, a gerontologia ambiental apareceu para oferecer ações de promoção e fortalecimento do envelhecimento saudável e para construir sociedades amigas dos idosos (BATISTONI; SATHLER, 2014).

² A proatividade ambiental significa que o ambiente deve ser estimulante, de modo que incentive o idoso a manter sua capacidade funcional tanto quanto possível, não se limitando a sofrer as consequências do ambiente.

O processo de envelhecimento implica mudanças profundas na relação do indivíduo com o ambiente físico circundante. Dessa forma, os ambientes construídos das cidades necessitam ser redimensionados e reconstruídos, dado que são quase sempre projetados para indivíduos jovens (TOMASINI, 2005).

A compreensão das lacunas existentes nessa relação que o indivíduo estabelece com o ambiente na medida em que vai envelhecendo, tais como aquelas explicadas pelo Modelo de Pressão Competência, é essencial para a identificação das necessidades dos sujeitos mais velhos em relação ao ambiente construído.

Dessa forma, fica clara a relevância do ambiente como uma dimensão essencial do envelhecimento para que este aconteça com qualidade de vida. A influência do ambiente físico será dada em razão da capacidade de adaptabilidade dos indivíduos e seus comportamentos biológicos, social e psicológico serão influenciados por esta variável (BATISTONI; SATHLER, 2014).

2.3.4. O envelhecimento e o *Aging in place* - AiP

Dentro da problemática do ambiente versus envelhecimento, os quais se influenciam reciprocamente e sob a perspectiva ecológica ambiental, surge o entendimento de que o local onde se vive desempenha um papel preponderante nas diferentes formas de se envelhecer e ajuda a explicar a razão pela qual alguns indivíduos envelhecem com qualidade de vida e outros não (SAMPAIO, 2017).

Nesse contexto surge a ideia do *aging in place*. Esse conceito possui a significação de ‘envelhecer no próprio lugar’ e revela o entendimento de que envelhecer no lugar no qual se passou as fases precedentes da vida pode ser essencial para o envelhecimento bem-sucedido (PAÚL, 2005). Em linhas gerais, o constructo *aging in place* e seus conceitos subjacentes resumem as vantagens de se envelhecer no contexto domiciliar e comunitário.

Segundo a OMS, o termo *aging in place*³ significa ter saúde e apoio social necessário para viver, com segurança e de forma independente, em casa ou na comunidade à medida que se envelhece (WHO, 2015). A aplicação deste conceito implica a capacidade da adaptação do

³ Numa tradução livre, o termo *ageing in place* pode ser entendido como envelhecimento em casa ou na comunidade em que o idoso sempre conviveu. A palavra *Aging* do inglês Americano, tem grafia *Ageing* no inglês britânico, porém com mesmo significado.

ambiente físico e social à vida quotidiana do idoso, mantendo sua qualidade de vida ao longo do tempo.

Há, de acordo com a OMS, uma preferência notória por parte dos idosos de continuarem a viver no domicílio próprio e não em ambientes/instituições assistenciais de longa permanência, como asilos (WHO, 2002) Essa predileção se justifica, pois envelhecer no próprio ambiente/lugar é uma forma de as pessoas idosas manterem a autonomia, independência e o círculo social, como amigos e vizinhos (WILLES et al., 2011).

Ademais, diversas outras esferas podem ser citadas para a justificação da importância de se envelhecer em casa. Questões outras como acessibilidade, segurança e prevenção de quedas (BATISTONI; SATHLER, 2014).

Sob a perspectiva das políticas públicas, o *aging place* reduz os custos estatais ao eleger a manutenção da pessoa em seu lugar natural como meio favorito de vida (PYNOOS et al., 2009) à medida que reduz as despesas com a institucionalização dos idosos em abrigos públicos (WILLES et al., 2011).

2.3.5. Cidades amigas dos idosos

Nessa perspectiva da interação entre o indivíduo e o ambiente e sabendo que a ideia do *aging in place* é significativa para a velhice, mas insuficiente para o que se pretende, criou-se no início do século, no âmbito da OMS, um conceito mais abrangente segundo o qual as cidades de um forma geral deveriam favorecer a qualidade de vida durante o envelhecimento (PFÜTZENREUTER; ALVIM, 2015).

O envelhecimento buscado oficialmente por organismos internacionais relevantes é, como já ressaltado, aquele no qual, entre as outras diversas concepções e influências, as condições do ambiente no qual o indivíduo vive é favorável à qualidade de vida e ao desenvolvimento. São justamente essas características que traduzem a ideia do *age-friendly*, que significa em linhas gerais uma filosofia amiga da idade, amiga do envelhecimento, ou amigo da pessoa idosa.

Dessa forma, não basta a própria residência possuir aspectos favoráveis ao idoso compatibilizados com a redução funcional inerente a essa fase do curso da vida, é preciso olhar mais além e visualizar o ambiente de educação, lazer, trabalho e convivência social dos idosos: a cidade, como um todo.

Como visto, o espaço público urbano e o indivíduo se influenciam mutuamente. Essas interações ocorrem em uma relação de troca e compensação. Nesse sentido, a modificação funcional ocorrida com o processo de envelhecimento deve ser considerada na formulação, implementação e construção de espaços públicos, dado que os ambientes das cidades são projetados frequentemente para os utentes jovens (TOMASINI, 2006).

Nesta concepção, a OMS partiu do conceito de envelhecimento ativo para formular as bases teóricas do estudo que culminou na elaboração do GGCAPI. O envelhecimento ativo, como já explorado transmite a necessidade de otimização à pessoa idosa das oportunidades de saúde, segurança, participação e educação. Nessa perspectiva, a cidade que estimula essa forma de envelhecer, com as características que o envelhecimento ativo requer e pressupõe, enfatizando a qualidade de vida à medida que os indivíduos envelhecem, é considerada uma cidade amiga dos idosos (OMS, 2009).

Dessa forma, sendo utilizado como referência para os tomadores de decisão no que se refere às políticas públicas, o documento da OMS foi elaborado com base em depoimentos de idosos, cuidadores de idosos e prestadores de serviços através de grupos de discussão.

Para a sua elaboração, o GGCAPI contou com um total de 158 grupos focais que envolveram 1485 idosos, 250 prestadores de serviço e 515 prestadores de serviço em 33 cidades de todos os continentes, sendo eles questionados sobre as características amigas aos idosos das cidades. As perguntas giraram em torno dos problemas com os quais os idosos se deparam, em geral, bem como o que falta às cidades respectivas para que a saúde, segurança e participação das pessoas mais velhas sejam melhoradas (OMS, 2009).

A metodologia dos grupos de discussão foi predominante em razão dos aspectos subjetivos das dificuldades encontradas, dado que estas serão diferentes em razão das impressões individuais. Essas percepções, por sua vez, são variáveis em razão de aspectos socioeconômicos locais e irão variar de uma região para outra. Desta forma, os habitantes locais foram considerados os mais indicados para relatar as características necessárias de sua cidade para que estas ofereçam saúde, segurança, participação social, educação e qualidade de vida (OMS, 2005; PFÜTZENREUTER; ALVIM, 2015).

Ainda sobre a metodologia, foram buscados grupos representativos de idosos com mais de 60 anos de classe social baixa. Além disso, os grupos focais foram realizados em países desenvolvidos e em países em desenvolvimento, em diferentes espaços e cenários urbanos.

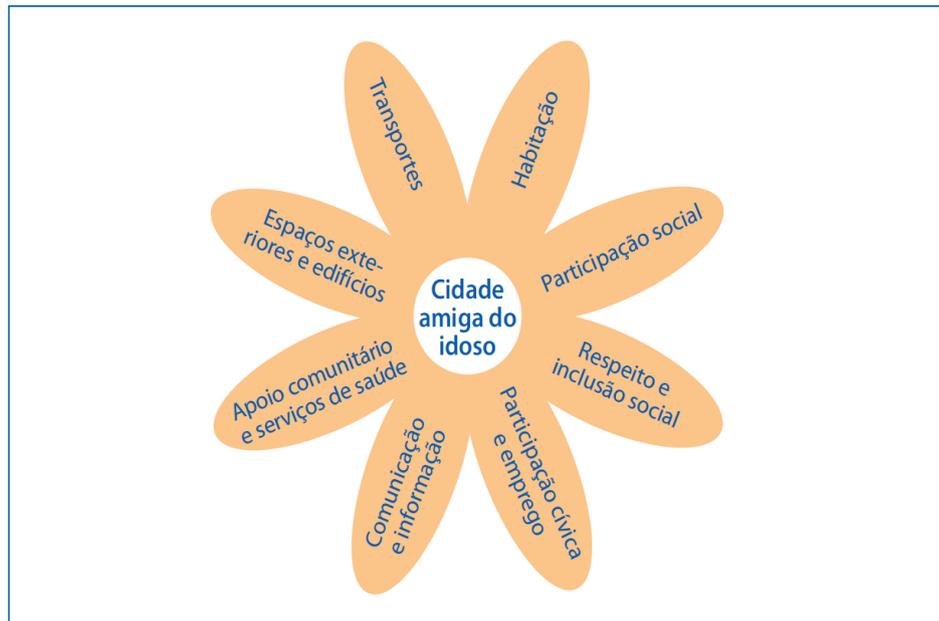
O escopo do Guia Global, como sugerido pelo próprio nome, é oferecer orientações e diretrizes para a formulação de políticas públicas ao fornecer elementos para a identificação, promoção e avaliação de características que favoreçam o envelhecimento ativo no dia a dia das pessoas idosas. Numa cidade amiga das pessoas idosas as estruturas e os cenários urbanos naturais e/ou edificados, bem como as políticas e serviços públicos ou serviços privados no espaço público urbano são apoiadoras das pessoas idosas e permitem o desenvolvimento do envelhecimento ativo (OMS, 2009).

Destarte, a cidade amiga reconhece a importância de seu contingente populacional de idade avançada e é capaz de antecipar demandas do envelhecimento e fornecer respostas eficazes. Dessa forma, além de respeitar os diversos estilos e formas de se viver e envelhecer, uma cidade amiga dos idosos resguarda os mais vulneráveis e atua na promoção da inclusão social (OMS, 2009).

Ademais, o entendimento basilar na ideologia das cidades amigas dos idosos é o de que uma cidade amiga das pessoas mais velhas não é tão somente amiga dos idosos, mas é também amiga de todos, notadamente dos grupos mais vulneráveis, tais como pessoas com incapacidade, mulheres, crianças. Toda a comunidade se beneficia, direta ou indiretamente, através de melhores condições de participação ou através dos benefícios sociais que os idosos, em condições favoráveis, podem proporcionar (OMS, 2009; PINHEIRO, 2014).

Nessa perspectiva, os aspectos relevantes das cidades que necessitam ser trabalhados, de acordo com o GGCAPÍ são: transporte; habitação; participação social; respeito e inclusão social; participação cívica e emprego; comunicação e informação; apoio comunitário e serviços de saúde, e; espaços abertos e prédios públicos, conforme Figura 6 (OMS, 2009).

Figura 6 – Áreas a se considerar numa cidade amiga dos idosos



Fonte: OMS (2009, p. 9)

O escopo do presente trabalho gira justamente em torno desse último tópico: espaços exteriores e prédios públicos. Os espaços exteriores públicos reconhecidamente influenciam a mobilidade, a independência e a qualidade da vida dos idosos e contribuem para a perspectiva do *aging in place* permitindo que os idosos permaneçam em casa durante a velhice.

Nesse âmbito, os aspectos ressaltados no Guia Global foram: ambiente agradável e limpo; espaços verdes seguros e acessíveis; espaços para sentar e descansar; passeios/calçadas acessíveis; faixas de pedestre seguras; acessibilidade e segurança nos ambientes; vias de caminamento e ciclovias; banheiros públicos, e; serviços públicos personalizados para idosos (OMS, 2009).

Por fim, ainda dentro do tópico espaços exteriores e prédios públicos, o Guia Global ressalta a importância desse último destacando os seguintes aspectos arquitetônicos dos edifícios: elevadores; escadas rolantes; rampas; portas e passagens largas; escadas adequadas com corrimãos; pavimentos antiderrapantes; zonas de descanso com bancos confortáveis; sinalização adequada, e; banheiros públicos acessíveis a pessoas com deficiência (OMS, 2009).

2.4. POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas - PP são o conjunto de diretrizes e princípios orientadores, regras e procedimentos que regem a relação do poder público com a sociedade (PETERS, 2012; TEIXEIRA, 2012). Dessa forma, a política pública é uma decisão que tem por escopo uma ação ulterior consequente. No âmbito pragmático, as PP são políticas positivadas e documentadas para orientar as ações governamentais e direcionar a aplicação dos recursos (TEIXEIRA, 2012).

Da mesma forma, pode ser considerada como o conjunto de ações diretas ou indiretas do governo, comissivas ou omissivas, que buscam influenciar a vida em sociedade (PETERS, 2012). É a tradução em ações e programas dos objetivos e plataformas governamentais e de campanha (SOUZA, 2006).

Enquanto disciplina acadêmica, as políticas públicas surgiram nos EUA justamente a partir do momento de ênfase nos estudos sobre os governos e suas ações e de superação da discussão sobre o papel do Estado (SOUZA, 2006). Política pública pode ser considerada o campo do conhecimento que põe o governo em ação, analisa suas atividades e propõe mudanças, caso seja necessário (SOUZA, 2006).

As políticas públicas objetivam ontologicamente a atender interesses sociais. Para isso, ela pode ampliar e efetivar direitos e cidadania, promover o desenvolvimento ou contornar conflitos (TEIXEIRA, 2012).

No que se refere aos modelos teóricos de formulação, implementação e análise de políticas públicas, alguns dos principais modelos desenvolvidos são: Modelo do Tipo da Política Pública; Incrementalismo; Ciclo da Política Pública; Modelo Garbage Can; Modelo da Coalização de Defesa; Modelo das Arenas Sociais, e; Modelo do Equilíbrio interrompido (SOUZA, 2006).

Além dos modelos citados acima, um merece destaque especial: o Modelo de Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams Model*), formulado por John Kingdom (2003). Esse modelo aponta a existência de três fluxos e diz que a mudança na agenda governamental é fruto da convergência deles: o fluxo dos problemas; o fluxo das soluções ou alternativas, e; o fluxo da política (CAPELLA, 2006).

Independente de alguns modelos teóricos estarem conceitualmente mais estruturados e outros menos, pode-se perceber que todos eles basicamente centram suas análises e discussões na identificação do problema/lacuna social a ser corrigido, na chegada deste problema aos

atores políticos e nas instituições responsáveis pela operacionalização da política (SOUZA, 2006).

2.4.1. Políticas públicas para o envelhecimento no mundo e no Brasil

No âmbito mundial, o envelhecimento passou a ser prioridade na agenda política a partir da década da segunda metade da década de 70, ocasião em que a ONU inseriu em sua agenda política a necessidade de realização de assembleias de abrangência mundial sobre o envelhecimento.

Simultaneamente às políticas públicas de saúde, as políticas públicas de gestão do território devem possuir o escopo de fornecer qualidade de vida às pessoas, notadamente às pessoas com mais de 60 anos, estejam esses aposentados ou não (MENDES, 2015).

Nesse contexto, em 1982, foi realizada a I Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, em 1982, na cidade de Viena, na Áustria. Ocasião na qual pela primeira vez os diversos países membros da ONU reuniram-se para tratar das questões atinentes aos idosos e ao envelhecimento em geral.

As discussões dessa Assembleia resultaram no documento chamado Plano de Ação Internacional de Viena sobre o envelhecimento. Esse, por sua vez, tratava sobre questões atinentes ao envelhecimento e induzia os países membros a adotar ações nas áreas de saúde e nutrição, bem-estar social, segurança, renda e emprego, habitação e meio ambiente, família e educação.

Em 1991, a Assembleia Geral das Nações Unidas formulou o Princípio das Nações Unidas em Favor das Pessoas Idosas. Nessa feita, foram enumerados 18 direitos essenciais para as pessoas idosas. Os direitos ressaltados destacaram a necessidade de independência, participação cuidado, autorrealização e dignidade para as pessoas idosas.

No ano seguinte, em 1992, a Conferência Internacional sobre o Envelhecimento, da ONU, reuniu-se e adotou a Proclamação do Envelhecimento. Além disso, declarou 1999 como o Ano Internacional do Idoso.

Em 2002, vinte anos após a I Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, foi realizada, em Madrid, na Espanha, a II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento. Nessa segunda Assembleia, a ONU, ao encontro das tendências e demandas globais objetivou redefinir e afirmar as diretrizes a orientar a edição e transformação das políticas públicas destinadas aos mais velhos.

Da II Assembleia resultou um plano de ação chamado Declaração Política e o Plano de Ação Internacional sobre Envelhecimento de Madrid. Esse Plano buscava dar continuidade e efetividade às ações de atenção direcionadas às pessoas idosas iniciadas a partir do Plano de Viena, além de buscar mudanças de atitudes, políticas e práticas para satisfazer às necessidades de desenvolvimento e potencialidades das pessoas idosas.

Além desse Plano, a Assembleia de 2002 também produziu o documento chamado “Active Ageing: A policy framework”, com propostas estabelecidas em torno de um novo conceito já cunhado pela OMS durante fins da década de 1990: o envelhecimento ativo.

Assim, surgiu o envelhecimento ativo como proposta oficial com o escopo de orientar a edição de políticas públicas do século XXI. O marco político do envelhecimento ativo, como supracitado, foi definido como o “processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (WHO, 2002).

Nesse sentido, com as problemáticas do envelhecimento aliados à urbanização crescente neste século, a OMS editou em 2007, o GGCAPI: Um guia para balizar a adaptação das estruturas da cidade às necessidades dos idosos.

No Brasil, as políticas públicas orientadas para a dissolução das questões atinentes ao envelhecimento não são tratadas como prioridade. É fato que inexistem, na agenda política nacional, uma discussão sólida sobre a efetivação dos direitos dos idosos, notadamente, os sociais (MENDONÇA, 2015). Observa-se na atualidade que as discussões demográficas estão fortemente relacionadas com a questão previdenciária, em razão dos impactos financeiros que estas causam aos gastos governamentais (CAMARANO, 2008; DAMASCENO, 2017).

Entretanto, alguns esforços legislativos e políticos foram empreendidos ao longo das últimas décadas. Em 1994, foi criada a Política Nacional do Idoso, promulgada através da Lei 8.842/94, cujas diretrizes foram as seguintes:

Lei 8.842/94. Art. 3º. Priorização do atendimento familiar ao idoso e não o seu recolhimento a asilos, exceto quando o idoso é sozinho; busca de opções de integração entre os idosos e as demais gerações; participação do idoso no planejamento, desenvolvimento, implementação e avaliação de políticas, projetos, planos e programas de seu interesse; descentralização política administrativa; reciclagem e capacitação de novos profissionais nas áreas de geriatria, gerontologia e prestação de serviços; implementação de sistemas de informações que divulguem de forma educativa os aspectos biopsicossociais do envelhecimento; priorização de serviços públicos e privados prestadores de serviços; apoio a estudos e pesquisas sobre questões relativas ao envelhecimento (BRASIL, 1994).

A lei, como se observa garante direitos sociais aos idosos, no entanto, carece de efetividade, em razão da ausência de mecanismos fiscalizadores e sancionadores no caso de descumprimento de seus comandos (DAMASCENO, 2017).

Já neste século, em 2003, após a II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento e em concordância com o Plano de Madrid, o Brasil editou a Lei 10.741, o Estatuto do Idoso. Este prevê direitos aos idosos nas seguintes áreas: vida, liberdade, dignidade, alimentos, saúde, educação, cultura, esporte e lazer, profissionalização do trabalho, assistência social, previdência social, transporte e habitação.

3 METODOLOGIA

3.1. INTRODUÇÃO

A pesquisa é o processo de desenvolvimento do método científico. Para isso, ela utiliza técnicas e métodos formais e específicos. Em verdade, uma pesquisa é uma procura de soluções e, como tal, necessita de uma ferramenta que aponte os caminhos pelos quais o pesquisador irá perpassar em busca da investigação e compreensão dos fenômenos estudados: a metodologia (CRESWELL, 2016).

Nesse sentido, o escopo da metodologia é oferecer ao pesquisador alternativas e possibilidades de acessar os dados necessários para o alcance da resposta de sua pergunta de pesquisa. Dessa forma, a metodologia científica permite a identificação da abordagem do problema de pesquisa, da abordagem dos objetivos e dos procedimentos de coleta de dados (OLIVEIRA, 2007).

3.2. ABORDAGENS DA PESQUISA

A investigação desenvolvida teve o escopo de verificar se o centro da cidade de Paulo Afonso possui, na perspectiva subjetiva de idosos residentes nesse meio urbano, características de uma cidade amiga das pessoas idosas (OMS, 2009), no que se refere aos espaços e edifícios públicos. Portanto, a pesquisa apresentou, em relação à abordagem do problema, caráter qualitativo (GREEN; THOROGOOD, 2013; CRESWELL, 2016).

Dessa forma, a pesquisa ocorreu no ambiente natural, no local em que os participantes vivenciam o problema pesquisado. De modo que a investigação baseou-se na apreensão dos significados atribuídos pelos participantes ao problema de pesquisa (CRESWELL, 2016). Em relação à abordagem dos objetivos, a pesquisa foi descritiva. Desse modo, buscou-se expor as características dos espaços exteriores urbanos da cidade, por meio da interpretação da realidade, sem interferências ou modificações (GREEN; THOROGOOD, 2013). Por fim, no que se refere aos procedimentos de coleta de dados, o presente trabalho desenvolveu-se através de pesquisa documental, observação e entrevistas mediante grupos focais.

3.3. PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas, referentes a cada objetivo proposto. Inicialmente, a pesquisa se deu através de observações. A observação é o método que fornece o maior número de detalhes ao pesquisador (OLIVEIRA, 2007). O objeto dessa por sua vez, foi os principais edifícios públicos, e espaços exteriores adjacentes, do centro da cidade de Paulo Afonso, assim entendidos como aqueles que possuem um grande trânsito de pessoas em razão do número de serviços públicos que oferecem.

No caso deste trabalho, a observação foi assistemática e não participante. Ela foi utilizada em conjunto com os outros métodos de coleta de dados da pesquisa, de forma a evidenciar características adicionais do objeto do trabalho (OLIVEIRA, 2007). Nesse âmbito, o espaço público estudado foram as três principais avenidas e as duas maiores praças do centro da cidade de Paulo Afonso: A Av. Apolônio Sales, a Av. da Maçonaria, a Av. Getúlio Vargas, a Praça das Mangueiras e a Praça Nossa Senhora de Fátima, conforme expresso na Figura 7.

Figura 7 - Mapa do Centro de Paulo Afonso com as avenidas e praças pesquisadas destacadas em cinza e verde respectivamente



Fonte: Mapasblog (2018)

Posteriormente, foram realizadas entrevistas através de grupo focal. Nesse, por meio de um conjunto de perguntas abertas, o pesquisador moderou uma discussão entre os participantes e promoveu uma diversidade de ideias, juízos e opiniões sobre um tema em específico (GIZIR, 2007). O grupo focal representa uma técnica que potencializa o acesso às informações relativas ao fenômeno investigado, seja pela possibilidade de geração de novas ideias ou pela problematização aprofundada dos temas abordados (BACKES et al., 2011).

Além disso, o fato de as pessoas estarem em grupo estimulou o debate ao permitir que os temas fossem mais problematizados do que em uma entrevista individual (BACKES et al., 2011). Nesse sentido, fica evidente a interação que se cria entre os participantes do grupo, os quais se influenciam reciprocamente na expressão das opiniões que vão sendo consolidadas e aperfeiçoadas (KRUEGER; CASEY, 2015).

Sendo assim, na investigação, foi estudado um grupo de oito pessoas idosas com 60 anos ou mais residentes no centro da cidade de Paulo Afonso. A quantidade de pessoas foi adequada ao proposto por Krueger e Casey (2015) e por Green e Thorogood (2013) e ao recomendado pelo Protocolo de Vancouver (OMS, 2007).

O critério de inclusão foi a idade superior a 60 anos (idade que, no Brasil, caracteriza o indivíduo como idoso). Por outro lado, os critérios de exclusão do Protocolo supracitado impediram a participação de pessoas com um nível elevado de incapacidade ou com estado socioeconômico elevado (OMS, 2007). O recrutamento aconteceu através de dois critérios: indicações sucessivas de pessoas que fazem parte da população alvo do estudo e indicações de informantes-chave da comunidade em questão, a saber, líderes comunitários.

Houve ainda, dentre as pessoas convidadas, seleção inicial de voluntários, e aplicação dos critérios de exclusão. Entre os candidatos que restaram, foram escolhidos os dez primeiros, por ordem cronológica de acionamento. Nenhum dos participantes apresentou parentesco de até terceiro grau, entre si. Após esse momento, os selecionados foram convocados para o grupo focal, que foi realizado com os seguintes participantes, conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Participantes do grupo focal

Participante	Sexo	Idade	Profissão
01	F	67 anos	Dona de casa
02	M	68 anos	Mecânico
03	F	68 anos	Dona de casa
04	M	67 anos	Secretário administrativo
05	F	65 anos	Professora (aposentada)
06	F	69 anos	Professora (aposentada)
07	M	72 anos	Gerente administrativo
08	F	65 anos	Lavradora

Fonte: O autor (2018)

O moderador do grupo foi o signatário, assistido por outras duas pessoas de nível superior, devidamente instruídas sobre o método. O grupo focal realizou-se no auditório de um hotel localizado à Av. Apolônio Sales, no centro da cidade. Os dados foram gravados através de dois rádios gravadores, ligados simultaneamente, em razão do princípio da redundância. Os participantes preencheram uma ficha com informações básicas no dia da sessão (nome, sexo, idade, profissão). As discussões do grupo focal foram transcritas pelo próprio signatário.

Como terceiro momento da pesquisa, o arcabouço jurídico municipal foi analisado com o escopo de verificar a legislação de Paulo Afonso existente relacionada direta ou indiretamente ao tema da pesquisa. Nesse diapasão, a pesquisa buscou identificar e avaliar fenômenos sociais através da análise de dados obtidos em determinado período de tempo. Por fim, ressalte-se que a pesquisa, com tais características metodológicas, seguiu as orientações do Protocolo de Vancouver (OMS, 2007).

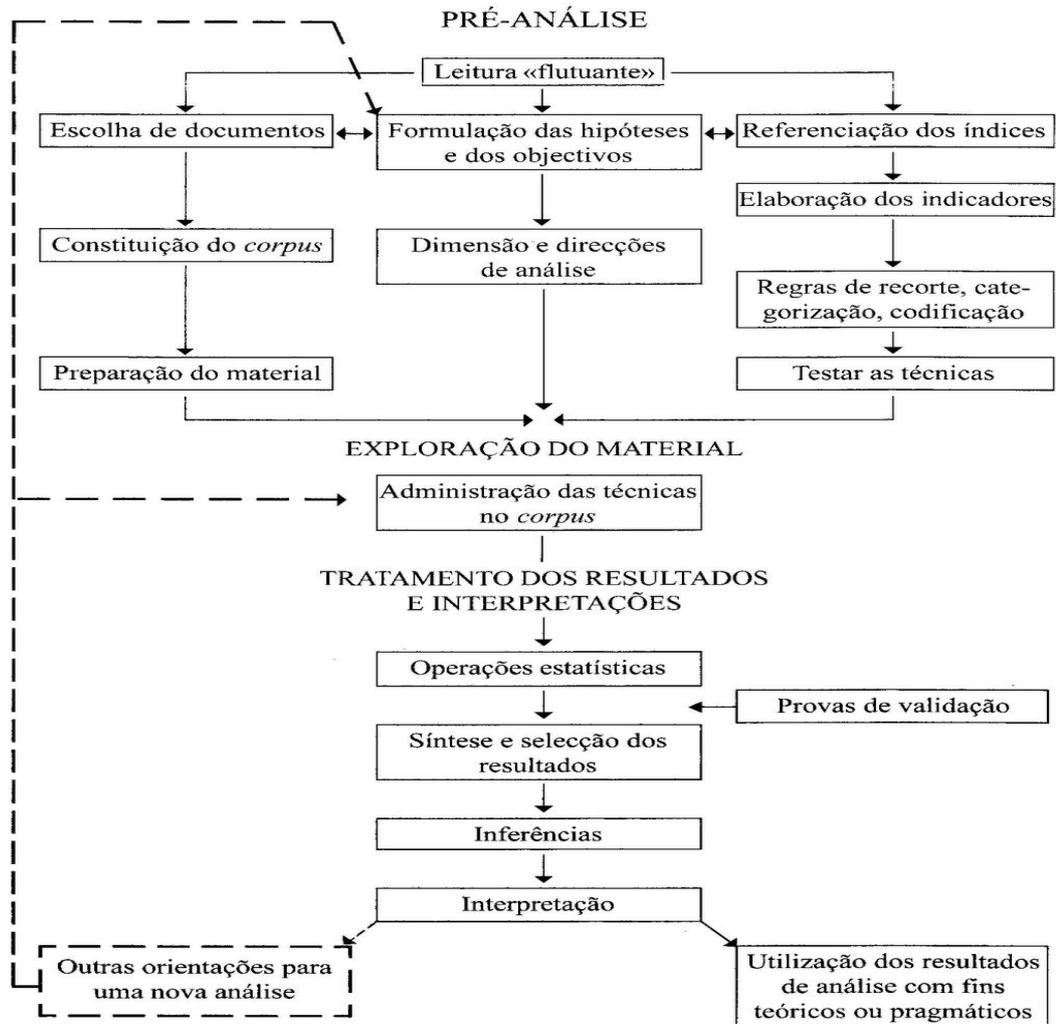
3.4. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram interpretados através da técnica de análise de conteúdo. Essa é definida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2011, p. 34).

De acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo é operacionalizada em três fases: pré-análise; exploração do material, e; tratamento e interpretação dos resultados. Em linhas gerais, é na pré-análise que ocorre a organização do material de acordo com os objetivos do

trabalho. Na exploração, os dados são categorizados e/ou divididos por temas. Por fim, a interpretação dos resultados é o momento da reflexão analítica dos dados e produção de inferências objetivas, de acordo com o desenvolvimento previsto por Bardin (2011), de acordo com o exposto na Figura 8.

Figura 8 – Desenvolvimento de uma análise de conteúdo



Fonte: Bardin (2011, p. 89)

Portanto, a análise de conteúdo é composta por instrumentos metodológicos que tem por escopo realizar uma compreensão crítica do teor explícito ou implícito de diferentes fontes de conteúdos, de maneira formal e sistematizada (SILVA; FOSSÁ, 2015).

3.5. LÓCUS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na cidade de Paulo Afonso, na Bahia. Paulo Afonso possui, segundo o censo demográfico de 2010, mais de 108 mil habitantes. Desses, mais de 11 mil têm 60 anos ou mais (IBGE, 2017), o que 10,5% da população. Em relação à urbanização, 86% das pessoas moram no ambiente urbano, enquanto apenas 14% da população está na zona rural (IBGE, 2017).

Paulo Afonso é uma cidade de origem singular, pois o povoamento inicial se deu em razão da construção da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso I pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Hoje, a cidade conta com cinco usinas: Paulo Afonso I, II, III, IV e Usina Apolônio Sales. (PAULO AFONSO, 2014) complexo hidrelétrico, por sua vez, contribuiu para elevar o Produto Interno Bruto – PIB Per Capita da cidade, de tal forma que esse está acima de R\$18.000,00. Além disso, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é 0,674 (IBGE, 2017).

3.6. ASPECTOS ÉTICOS

Em uma pesquisa qualitativa, que contou com entrevistas e grupos focais, faz-se mister ressaltar o cuidado que se teve com os aspectos éticos que por ventura pudessem surgir durante o trabalho (HESSE-BIEBER; LEAVEY, 2006), dado que a pesquisa envolveu a coleta de dados de pessoas para outras pessoas. Problemas éticos poderiam surgir a qualquer momento da pesquisa, desde a especificação do problema de pesquisa, passando pela declaração de objetivos e das questões de pesquisa, até a coleta e interpretação dos dados e redação dos resultados (CRESWELL, 2016). Dessa forma, para evitar ao máximo eventuais desvios éticos, o projeto da presente pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal Vale do São Francisco e só foi executado após a aprovação por esse órgão, sob o parecer consubstanciado nº 2.671.284.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

No presente capítulo, estão apresentados os resultados dos diálogos do grupo focal realizado na pesquisa de campo, conforme método de trabalho definido. Para tanto, a técnica de análise de conteúdo foi aplicada e, após a análise da transcrição das discussões travadas no grupo focal, surgiram as categorias iniciais, intermediárias e final para a categoria relativa aos espaços exteriores urbanos e categorias iniciais e categoria final para a categoria referente aos edifícios públicos. A observação e a pesquisa documental serviram para enfatizar aspectos percebidos nas categorias.

4.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO DO GRUPO FOCAL

Com o diapasão de responder aos problemas e objetivos deste trabalho, as discussões empreendidas no grupo focal foram interpretadas e inferidas por meio da análise categorial. Conforme Bardin (2011), esse tipo de procedimento consiste no desmembramento das unidades de registro do texto e respectivo agrupamento por similaridade.

Dessa forma, surgiram as categorias iniciais e os demais encadeamentos lógicos. A interpretação dos dados, conforme análise de conteúdo, foi respaldada pelas observações *in loco*. Além disso, os dados obtidos foram colocados em diálogo com os dados apreendidos na pesquisa documental.

4.2. CATEGORIAS DE ANÁLISE

Sendo assim, da análise para a categoria final do tema “espaços públicos urbanos”, surgiram as seguintes categorias iniciais: ausência de zonas, praças reservadas para os idosos, arborização, espaços para atividades físicas nas praças, limpeza e organização do ambiente, níveis de ruído, beleza do ambiente, altura das calçadas/passeios, estado de manutenção das calçadas, presença de obstáculos nas calçadas, rampas de acessibilidade nas calçadas, bancos para sentar, abrigos contra intempéries, ciclovias, volume e velocidade do tráfego, faixas de pedestre, semáforos, localização de serviços na via pública, policiamento ostensivo, criminalidade, quantidade de banheiros públicos, obstáculos de acesso aos banheiros públicos, conforme visto no Quadro 2.

Da análise das categorias iniciais relatadas acima, surgiram as categorias intermediárias: praças e espaços verdes, conforto e limpeza do ambiente, calçadas/passeios públicos, lugares para descansar, idosos pedestres/ciclistas, sensação de segurança e banheiros públicos. Os tópicos com as categorias intermediárias realçam aspectos vistos nas categorias iniciais e demonstram um espectro de análise mais amplo.

Quadro 2 – Categorias iniciais, intermediárias e final em relação aos espaços exteriores

Categorias iniciais	Categorias intermediárias	Categorias finais
Ausência de zonas/praças reservadas aos idosos	Praças e espaços verdes	Espaços exteriores urbanos
Arborização		
Espaços para atividades físicas nas praças		
Limpeza e organização do ambiente	Conforto e limpeza do ambiente	
Níveis de ruído		
Beleza do ambiente		
Altura das calçadas/passeios	Calçadas/Passeios públicos	
Estado das calçadas		
Presença de obstáculos nas calçadas		
Rampas de acessibilidade nas calçadas		
Bancos	Lugares para descansar	
Abrigos contra intempéries/ clima		
Ciclovias	Idosos pedestres/ciclistas	
Volume e velocidade do tráfego		
Faixas de pedestre		
Semáforos		
Localização de serviços na via pública		
Policimento ostensivo	Sensação de segurança	
Criminalidade		
Obstáculos ao acesso aos banheiros públicos	Banheiros públicos	
Quantidade de banheiros públicos		

Fonte: O autor (2018)

Já no que diz respeito à categoria final “edifícios públicos”, as categorias definidas foram: bancos nos edifícios públicos, rampas nos edifícios públicos, banheiros nos edifícios públicos e tempo de atendimento nos edifícios que prestam serviços públicos, como se pode ver no Quadro 3. Salienta-se que neste segundo caso, os dados coletados não permitiram a

criação de categorias intermediárias, sendo o entrelaçamento entre categorias iniciais e categoria final, aliada à observação, entendidas como suficientes para alcançar o escopo da análise.

Quadro 3 – Categorias iniciais e final em relação aos edifícios públicos

Categorias iniciais	Categoria final
Bancos nos edifícios públicos	Edifícios públicos
Rampas nos edifícios públicos	
Banheiros nos edifícios públicos	
Tempo de atendimento nos edifícios que prestam serviços públicos	

Fonte: O autor (2018)

A definição das categorias, originadas da análise dos discursos, portanto definidas a posteriori, surgiram após a leitura flutuante e organização do material em constante diálogo com o referencial teórico, sempre em consonância com o problema e objetivos geral e específicos do trabalho.

4.2.1. Categorias iniciais

4.2.1.1. Ausência de zonas/praças reservadas aos idosos

A primeira característica analisada na categoria final de análise dos espaços exteriores diz respeito à inexistência de zonas reservadas aos idosos, fazendo alusão à necessidade de um espaço mais acolhedor às pessoas mais velhas, nos quais esses se sintam confortáveis e em companhia de outros idosos, como evidenciado na fala de alguns dos participantes.

Eu Moro em Paulo Afonso já há uns 50 anos. Tem muita coisa pra gente aqui não, falta uma área de lazer, falta uma área para jogar dominó. No centro, assim, não tem lugar específico para fazer um exercício físico... Falta uma coisa específica para o idoso... era o que eu tava falando... aqui devia ter uma praça para os idosos, pra o idoso, se quiser, ir para aquela praça, ficar a vontade, jogar um dominó... para os idosos, mesmo. Deveria dedicar só ao idoso, deveria existir uma praça exclusiva para o idoso. Por exemplo, tem uma Praça em Curitiba, minha irmã mora lá, e é bem organizada, assim... eu tava observando, um bocado de idosos, um brincando, outro jogando seu baralhozinho, acho que uns 90% era de idosos, ali. (participante 04)

De acordo com Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas - GGCAPÍ, para uma pessoa idosa, ir a um parque compartilhado e dividir espaços com adolescentes em atividades com bicicletas, patins e similares, pode ser um fator limitante (OMS, 2009).

A Lei 905/2000, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU da Cidade, determina que os desmembramentos ou loteamentos possuam espaços livres de uso público, tais como praças, áreas verdes, etc., conforme densidade ocupacional aprovada (PAULO AFONSO, 2000B). Dessa forma, o arcabouço legislativo municipal prevê a necessidade de praças, no entanto não faz nenhum tipo de direcionamento para as necessidades das pessoas mais velhas.

Entretanto, na observação empreendida na Praça Nossa Senhora de Fátima, por volta das 16h, notou-se uma reunião de idosos sentados nos bancos da praça, vários dos quais jogavam dominó e outros conversavam livremente, como pode ser observado na Figura 9:

Figura 9 - Idosos reunidos na Praça Nossa Senhora de Fátima



Fonte: O autor (2018)

Sendo assim, apesar da concentração de idosos em uma das praças observadas, foi possível notar a ausência zonas específicas para os idosos e a falta percebida pelos mesmos no centro da cidade. Na legislação, notou-se a obrigatoriedade de praças e espaços verdes, no entanto, a legislação municipal não prevê nenhuma praça específica aos idosos.

4.2.1.2. Arborização

Essa categoria refere-se ao nível de arborização nas áreas urbanas do centro da cidade e, mais especificamente, nas praças. A existência de árvores e espaços verdes em geral no espaço urbano contribui para a qualidade ambiental urbana e, por conseguinte, para a qualidade de vida (BENINI; ROSIN, 2017).

Ressalte-se que o PDDU de Paulo Afonso tem por objetivo explícito elevar a qualidade do meio ambiente nos espaços exteriores do território municipal. Segundo o diploma em tela, a qualidade ambiental é essencial para a qualidade de vida e para ser atingida, compreende a intervenção pública de arborização intensiva das ruas, avenidas e outros espaços públicos (PAULO AFONSO, 2000b).

Constatou-se a existência de árvores nos relatos sobre a região pesquisada e, principalmente, denotou-se a arborização mais efetiva em relação a outras cidades próximas, como se podem notar na fala do participante 02, na qual ele diz que “outras cidades não possuem árvores como Paulo Afonso”, bem como na observação realizada pelo pesquisador, representada pela Figura 10, a seguir:

Figura 10 - Arborização e lago na Praça das Mangueiras



Fonte: O autor (2018)

Entretanto, tais dados não foram suficientes para impedir discursos no sentido de que a arborização no centro da cidade deveria ser realçada, como evidenciado no relato do participante 04: “Devia ter mais árvores...”. Ademais, os elementos vegetais de porte arbóreo foram citados como possibilidade de fornecimento de conforto térmico aos utentes do espaço público, conforme disposto abaixo:

Ajudaria, talvez, um plano de arborização mais eficiente para tá na calçada... e, como se diz, colocar mais árvores... porque quando você tá aqui no calor, a minha rota, eu procuro sempre lugares onde têm mais árvores, Praça das Mangueiras, aí tem mais sombra, aí passo naquela sombra, eu procuro onde tem mais árvores, então eu procuro passar perto de árvores, porque retém umidade e a temperatura é mais agradável (participante 07).

No entanto, mais que possibilidade de sombra e conforto térmico, as árvores são elementos naturais atrativos que favorecem a saúde através da promoção do bem-estar entre os utentes (SUGYIAMA; THOMPSON; ALVES, 2009).

Durante a observação, notou-se que das três avenidas pesquisadas, apenas uma delas, a Av. Apolônio Sales, possui árvores em toda a sua extensão e em apenas um dos lados. Por outro lado, todas as praças alvo da observação eram arborizadas. Portanto, na cidade de Paulo Afonso a presença de árvores é percebida pelos idosos. No entanto, a arborização da cidade não é considerada ideal, na medida em que os próprios idosos sugeriram a presença de mais árvores.

4.2.1.3. Espaço para atividades físicas nas praças

Essa categoria relaciona-se a um estilo de vida saudável, na medida em que traz à tona a existência de espaços para atividades físicas nas praças. De acordo com a pesquisa documental, constatou-se que em Paulo Afonso existe Lei Municipal de Acessibilidade: a Lei 1.189 de 2010. O referido diploma normativo, em seu artigo 2º, informa que o município deve dar maior incentivo ao esporte com ampliação das áreas de prática de esporte para a terceira idade e pessoas deficientes (PAULO AFONSO, 2010).

A própria Lei Orgânica de Paulo Afonso informa que o município deve apoiar e incrementar a prática esportiva na comunidade e estabelece a reserva de espaços verdes como base física da recreação humana. Além disso, também dispõe a obrigatoriedade de o município construir equipamentos de parques infantis nas praças, centros de juventude e de idosos (PAULO AFONSO, 1990).

Nesse sentido, os relatos do grupo focal apontaram a existência das praças e, de forma, geral, elas foram consideradas boas. Observem-se os relatos do grupo focal abaixo:

Tá ampliando aqui a parte de... com relação a parques pra..., né?!... Estão fazendo, realizando alguns investimentos, realizando melhorias nessas áreas de parques, caminhadas, corrida... para fazer atividade física, sabe?!... (participante 07)

As praças são boas... tem espaço pra academia. Tem aquela perto da Igreja Nossa Senhora de Fátima pode fazer ginástica quem quiser de manhã. Tem tobogã pra criança, escorregadeira... (participante 04)

A correlação entre a saúde, um dos pilares do conceito do envelhecimento ativo, e o espaço público é dada, entre outras formas, por estímulos à atividade física individual (SUGYIAMA; THOMPSON; ALVES, 2009). Ademais, segundo a OMS, a ausência de exercício físico é um fator de risco da vida adulta para o desenvolvimento de doenças não transmissíveis, que são as principais causas de mortalidade, morbidade e incapacidade em todas as regiões do mundo e são consideradas como enfermidades típicas dos idosos (WHO, 2002).

Da mesma forma, no modelo de Rowe e Kahn (1987), os fatores para o envelhecimento bem-sucedido são a ausência ou baixa probabilidade de doenças, engajamento social com a vida e a manutenção das atividades cognitivas e físicas em níveis excelentes. O primeiro e o terceiro componentes desse modelo relacionam-se a atividades físicas.

Entretanto, nos relatos apontados, observou-se também que entre os fatores limitantes aos usos das praças e dos espaços urbanos, estão as condições de saúde dos idosos, fragilizadas em razão da perda progressiva de capacidade funcional provocada pelo envelhecimento (NAHAS, 2006), conforme os relatos a seguir:

Nós temos uma praça em frente, ali é maravilhoso, quando eu acordo que vejo aquela praça bonita, arborizada... Eu quando vejo a praça, só não tenho vontade de sair pra andar porque eu tô com depressão, então minha vontade é só de ficar dentro de casa,... mas que eu acho lindo e que eu já achei muito lindo e gostaria muito de caminhar por aquela praça.. mas eu não tenho autoestima, não tenho vontade, entendeu?!... acho lindo, mas não vou...mas por uma questão de doença... (participante 06)

Ali é bom para levar os meninos, ficar lá também é bom. Eu também não vou muito pra praça porque ainda sinto um pouco doente, que eu tive um começozinho de AVC, aí eu não posso andar assim muito... (participante 05)

Eu quase nem vou pra praça, tenho o que fazer pra tá andando em praça! (risos) Eu prefiro cuidar de minha vida, de minha vida, de minha casa... mas praça, pra tá indo pra cima e pra baixo... Mas tem gente, mas tem gente que gosta né?! [...] De andar mesmo... De tá passeando em praça... passeando em uma coisa e outra... eu gosto quando eu tô em casa... (participante 01)

Destarte, os relatos apontaram para a agradabilidade das praças, no sentido de que estas são contempladas e descritas com entusiasmo pelos idosos participantes do grupo. Frequentadores e não frequentadores das praças indicaram a beleza das praças da cidade.

Ademais, alguns dos relatos relacionaram o fato de a praça ser bonita com a vontade e a motivação para sair de casa e se exercitar.

As praças alvo da observação possuíam espaços amplos para a movimentação dos idosos, entretanto não foram notados equipamentos específicos de atividades físicas para adultos e /ou idosos.

4.2.1.4. Limpeza e organização do ambiente

Os idosos carecem de meios envolventes e agradáveis com o escopo de compensar as alterações físicas e sociais a que são acometidos em razão do envelhecimento (OMS, 2009). E a limpeza e organização do ambiente em que vivem e frequentam agem nesse sentido.

Nesse contexto, apesar do surgimento de relatos mais ufanistas nos grupos focais, como o da participante 06 que ressalta que a cidade é “linda e maravilhosa”, percebeu-se de acordo com os discursos que, nas áreas centrais do município, os padrões de limpeza são aceitáveis:

A cidade é bem arejada, cidade limpa, organizada... é porque eu faço... eu falo em cima dos lugares em que já andei... nas outras cidades ao redor em outros estados aqui perto, porque aqui é divisa, né?! É um absurdo... o esgoto corre na rua... cidade referência, como Arapiraca, Umbuzeiro... as fezes correm no meio da pista.. não tem saneamento básico... Itabaiana, Lagarto, tudo isso. (participante 04)

A nossa rua, ali perto do hospital (Hospital Nair Alves de Souza), é bem limpa... muito organizada, né?! (participante 06)

A cidade é bem arejada, cidade limpa, organizada... é porque eu faço... eu falo em cima dos lugares em que já andei... (participante 02)

No entanto, em relação à limpeza do ambiente, aspectos ligados ao saneamento básico no centro da cidade de Paulo Afonso também foram relatados. É sabido que, além dos aspectos genéticos, fatores exógenos, tais como condições sociais, sanitárias e ambientais interferem decisivamente no processo de envelhecimento (MACHADO, 2007; PINHEIRO, 2014) e podem desencadear uma maior incidência de processos patológicos na velhice.

Agora uma coisa que eu acho errado... muito errado... porque a gente paga esgoto e nunca foi feito esse esgoto... o defeito é o maior problema nas casas... a Embasa cobra o esgoto, mas que ela nunca fez... e gera mau-cheiro e quando entope é aquela bagaceira... (participante 06)

A questão é essa, 90% de esgoto, de aumento, que muita gente não sabe o que é, e ainda passar da cota... não ter esgoto e ter que pagar (...) Não, mas não é só aqui em Paulo Afonso não... chega a cobrar 100% de Esgoto... Aqui não é igual aos Estados unidos não... nos Estados unidos, paga só a água que você consumir... (participante 04)

Destarte, a sujeidade presente na cidade, bem como os odores incomodativos, tem o condão de diminuir a qualidade de vida dos habitantes idosos (OMS, 2009) e aumentar o risco de desenvolvimento de doenças.

Ressalte-se, portanto, que não houve forte incidência de relatos de sujeidade e morbidez na cidade. Ao contrário, as intervenções denotaram uma cidade limpa e agradável, como evidenciado nas categorias anteriores. Entretanto, nesse âmbito, as opiniões dos idosos no grupo focal indicaram um maior incômodo no que se refere ao aspecto financeiro do que em relação ao aspecto sanitário, como evidenciado nos discursos acima referidos.

4.2.1.5. Níveis de ruído

Em razão das perdas funcionais advindas do envelhecimento, uma disfunção constantemente enfrentada pelos idosos é a perda auditiva, dado que estimativas apontam que mais da metade das pessoas de 65 anos ou mais, em todo o mundo, apresentam algum nível de diminuição da audição (WHO, 2002).

Os sons e/ou ruídos fazem parte das variáveis ambientais interferentes no processo de envelhecimento e capazes de provocar doenças (MACHADO, 2007; PINHEIRO, 2014). O aparato legal da cidade, notadamente a Lei Municipal 915/2001 – Código de Posturas do Município e a Lei Municipal 783/1997, dispõem que é livre a utilização dos logradouros públicos, desde que os usuários respeitem a integridade, conservação, higiene e **tranquilidade** do ambiente (grifo nosso).

Nesse sentido, o Código de Posturas da cidade dispõe que é vedado perturbar o bem-estar e o sossego públicos ou de vizinhanças com ruídos, barulhos ou sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza e produzidos por qualquer forma que ultrapassem os limites da Lei Municipal 783 – Lei de Combate à Poluição Sonora (PAULO AFONSO, 2001). Além disto, com o objetivo de impedir ou reduzir a poluição ambiental, a lei referida exige que o município adote medidas para preservar a salubridade do ar, evitar a contaminação das águas e os ruídos e sons excessivos (PAULO AFONSO, 2001).

É comum observar-se entre os idosos o declínio da audição, o que, por sua vez, acompanha uma diminuição da compreensão da fala de outras pessoas por parte dos mais

velhos, dificultando ou até mesmo impedindo a comunicação com outrem (BRASIL, 2006). A diminuição patológica da audição, por sua vez pode causar dificuldades de comunicação e interação interpessoal. E um dos fatores apontados pela OMS para o desenvolvimento dessas perdas de audição é a exposição excessiva ao barulho (WHO, 2002).

Nesse diapasão, o barulho excessivo é apontado pelos próprios idosos como um fator que retira a agradabilidade do ambiente (OMS, 2009). No campo pesquisado no presente trabalho, foi relatado que os níveis de ruído incomodam, até mesmo em razão da estrutura fisiológica e da maior sensibilidade da população pesquisada.

Nesse contexto, Paulo Afonso possui, além do Código de Posturas, legislação própria de combate à poluição sonora, como referido anteriormente: a Lei Municipal 783/1997. Tal diploma normativo assegura e enfatiza, logo em seu primeiro artigo, que é proibida a emissão de ruídos de qualquer espécie e por quaisquer meios que perturbem o sossego público.

No que se refere à percepção dos idosos sobre os níveis de ruído da cidade, percebe-se também que há certa tolerância em alguns casos de excesso de ruído, em razão da sazonalidade com que acontecem, exceto naqueles casos em que os idosos residem nas proximidades de praças de eventos, nas quais há constância de sons incomodativos.

A poluição sonora da cidade Incomoda sim, ali, próximo ao Samarino (hotel localizado na Av. Getúlio Vargas), à noite, ali no cathedral (Bar na Av. Getúlio Vargas), todo mundo faz som ao vivo, é muita zoada, ali... Eu tenho até um amigo meu, idoso também, que mora numa rua aqui por trás do hotel. E abriu um restaurante novo, ali. Lá abriu um restaurante... A princípio, seria um restaurante, mas aí ele disse “Tô louco porque o cara ((o dono do restaurante)) bota som muito alto, mas aqui em casa, chego pra dormir e não consigo...” quer dizer, é um local residencial, então tem um restaurante lá no meio que ele não respeita o... o silêncio, a lei do silêncio... não respeita as leis, não respeita a vizinhança. (participante 07)

Também não digo nada que na minha rua às vezes nem escuto ‘zuada’... Lá em casa o mundo pode se acabar que eu não tô vendo nada... eu não vejo nada disso... eu não tenho nenhuma queixa, não tem muito barulho não... nem de vizinho assim, nem de carro de som... Carro de som é normal, aquele barulho, mas também nem é muito... (participante 06)

Percebe-se também a resignação por festas específicas, como a organizada pela polícia militar realizada dentro do respectivo batalhão. Nesse sentido, dispõe a legislação municipal que comemorações oficiais, reuniões desportivas, festas juninas, entre outros, estão excluídas das proibições de emissão de sons e ruídos, desde que aconteçam em horário e local previamente autorizados pelo Poder Executivo Municipal ou nas circunstâncias consagradas pela tradição (PAULO AFONSO, 2000c).

... agora os meninos do quartel (20º Batalhão de Polícia Militar) teve dois dias de festa de noite que Ave Maria ((expressão denotando magnitude))... a sorte da gente é que veda tudo lá em casa... mas olhe, estremece o mundo... quando tá zuadando dentro das casas... e não vê quantos idosos tem ali perto, nas casas. Se eles querem fazer, o que se pode fazer, né, meu fio?! Durante o dia é tranquilo, só em festa é que incomoda... mas as festas é uma vez na vida... é de ano em ano as festas do quartel... É como eu tô dizendo... não me incomoda porque eu fecho a porta e vou dormir tranquilo, mas sabendo que zuada, incomoda quem mora perto, que passa a noite sem dormir... eu quase nem vejo... vou dormir, é tudo vedado lá... mas eu digo assim, que se fosse pra ficar na área, não ficava... (participante 01)

Por fim, há o entendimento de que as pessoas não respeitam os limites impostos legalmente e os ultrapassam. Além disso, os próprios participantes apontaram as principais consequências e as possíveis soluções, como se vê respectivamente nos relatos abaixo:

Agora existe, né, os decibéis de cada som... só que parece que eles abusam um pouquinho... depois que a prefeitura libera, eles vão lá... parece que é 80 decibéis o limite... aí eles vão e jogam 110... 115.... (participante 02).

Os idosos são os principais prejudicados, claro. O pessoal dorme cedo, e de um modo geral, o idoso, ele já tem uma... ele já tem... como se diz... uma sensibilidade maior ao som, já é mais desgastado pela própria natureza..., pelo tempo de trabalho, pelo desgaste do dia a dia, então ele já é mais até impaciente. Com isso, a pressão do idoso vai estar o tempo todinho lá em cima... então o cara vai ter que dormir com remédio pra poder mitigar esse problema criado pela prefeitura que não fiscalizou o cara pra quem ela deu a licença de funcionamento. E se ela não deu a licença de funcionamento, ela já era pra ter fechado. É horrível. O que deveria haver, nessa questão, são duas coisas. Primeiro, o plano diretor da cidade deveria estabelecer os locais onde podem funcionar restaurantes e bares; Segundo, os bares, dependendo do local onde fossem funcionar, do nível de ruído, que eles tivessem obrigação de colocar isolamento acústico. Se vai ter som, que feche e coloque o isolamento acústico... (participante 07)

Nesse sentido, a Lei de Combate à Poluição Sonora da cidade estabelece que o nível máximo de som para bares, restaurantes, cabarés, circos, festivais e atividades congêneres é de 70 decibéis no período diurno (das 06h às 22h) e de 60 decibéis no período noturno (das 22h às 06h), medidos a dois metros de onde se encontrar a fonte emissora (PAULO AFONSO, 1997).

Em relação às propagandas veiculadas em carros de som, denominados legalmente de serviços de som volante, a lei equipara esses a alto falantes e dispõe que também deverão seguir os limites supracitados. Nesse mesmo sentido, o dispositivo legal veda o funcionamento desses estacionados em qualquer ponto da cidade. Quando em trânsito, a vedação refere-se apenas às seguintes localidades e arredores: hospitais, escolas, igrejas, casas de repouso, repartições públicas, quando em funcionamento, e outros similares (PAULO AFONSO, 1997).

Ressalte-se que o diploma em tela excetua os templos religiosos, tais como igrejas, centros espíritas, etc. Entretanto, apesar de nesses casos, não haver limite disposto no aparato legislativo do município, não houve relatos que indicaram incômodo por parte dos idosos em relação às igrejas. Por outro lado, há a percepção de que a utilização desmedida de equipamentos de sons em horários inadequados pode levar a desentendimentos entre moradores do bairro.

(...) vai ter som, que feche e coloque o isolamento acústico, agora não aberto, porque aí o cara bota o som, aberto... então, só que... é o que a gente mais vê, inclusive problemas aí de vizinhança, porque o cara tá lá, coloca o som, e não tá preocupado com o seu vizinho. Às vezes, eles não têm conhecimento do código civil, e isso também pessoas universitárias estão no meio, não é só o pessoal leigo... gente que deveria dar exemplo, que tem conhecimento, e simplesmente não faz. Então por isso que se gera muito conflito, por negligência e omissão da prefeitura na fiscalização do que ela tem que fiscalizar. Ela dá a licença pra operar aqui como um hotel, aí o dono faz uma boate dentro do hotel, aqui na frente, e perturba toda a vizinhança, então não é a licença que o dono tem pra operar, né?! Falta fiscalização. (participante 07)

Nesse sentido, insta frisar que por lei o alvará de funcionamento de quaisquer tipos de comércio só será concedido após a vistoria no estabelecimento pelo órgão municipal responsável pelo meio ambiente, na qual fique registrada sua adequação para emissão de sons e de limitação para passagem desses sons ao exterior da edificação. Após a vistoria supracitada, os estabelecimentos considerados adequados receberão o alvará de utilização sonora (PAULO AFONSO, 1997).

Ademais, ressalte-se que a lei prevê, para o seu adequado cumprimento, fiscalização, infrações e penalidades, tais como multa, suspensão das atividades do estabelecimento, apreensão da fonte de origem do som, etc. (PAULO AFONSO, 1997).

Dessa forma, verificou-se que a cidade possui legislação de proteção contra a poluição sonora. Ocorre que a percepção dominante é de que nem sempre ela é respeitada e, como a fiscalização do poder público municipal é precária, os limites previstos por lei são por vezes ultrapassados. Como fatores positivos, durante a observação, poucos carros de som foram vistos e, nas áreas centrais da cidade, onde se localiza o comércio municipal, não existem caixas de som veiculando propagandas nas calçadas.

4.2.1.6. Beleza do ambiente

Esta categoria refere-se à beleza do ambiente público urbano do centro da cidade de Paulo Afonso. Todos os participantes do grupo focal, sem exceção, apontaram o ambiente pesquisado como bonito e organizado, na medida em que foram assinaladas melhorias contínuas na cidade.

Nesse diapasão, o Conceito Europeu de Acessibilidade – CEA, em 2003, estabeleceu alguns princípios de atuação para que um ambiente urbano seja considerado acessível e entre esses princípios está aquele que diz que para o meio ser acessível ele deve ser compreensível e, por conseguinte, estético (CE, 2003).

Partindo desse contexto, ressalta-se que uma das dimensões ambientais relacionadas com aumento da atividade física dos idosos é a facilidade de acesso a parques, campos e trilhos (BOOTH et al., 2000). Além disso, a infraestrutura para pedestre e a atratividade de bairros, parques e jardins também são apontados como impulsionadores da atividade física (MICHAEL et al., 2006). Quando as perguntas do grupo focal se referiram à beleza do ambiente, uma das respostas foi a seguinte:

É bonito sim ((referindo-se ao espaço público))... eu acho bonito, pra mim, né?! E eu ando, faço caminhada, faço academia... faço hidro ((hidroginástica)).. toda sexta eu tô na seresta lá arrochando ((dançando))... (participante 02)

Observe-se no relato acima que o entrevistado 02 relacionou o espaço público às atividades físicas, sugerindo que o ambiente interfere na dinamicidade de sua vida. Ademais, o ambiente, de uma forma geral, e com bastante concordância entre os participantes, foi considerado bonito.

4.2.1.7. Altura das calçadas (passeios desnivelados)

Para que o passeio público fique agradável e “amigo” dos idosos, entre as melhorias frequentemente indicadas, estão aquelas que, entre outras, imponham aos passeios a superfície plana, lisa, antiderrapante e nivelada. Além disso, sugere-se que as calçadas sejam rebaixadas cada vez mais ao nível da rodovia e/ou estrada (OMS, 2009). Outrossim, o parágrafo 1º do artigo 36 da Lei Municipal 907/2000 (Código de Obras de Paulo Afonso) exige que o piso dos passeios seja de material resistente e antiderrapante e não interrompidos por mudança abrupta de nível (PAULO AFONSO, 2000).

No entanto, a altura das calçadas/passeios e o desnivelamento entre elas foram relatados como um grande problema local por praticamente todos os entrevistados no grupo

focal e chegou a ser apontado como o “maior problema de Paulo Afonso” (participante 02). As diferenças de nível entre o plano de uma calçada e o nível das outras adjacentes, considerando-se o grau de elevação, foram relatadas como dificultadoras, ou até mesmo, impeditivas, de deslocamento dos idosos.

Esse é o maior problema de Paulo Afonso! O problema é o sobe desce das calçadas... o problema não é os buracos, mas sim o sobe e desce das calçadas... (participante 02)

É irregularidades mesmo... você vem... ai você tem que descer da calçada, daqui a pouco, tem uma calçada alta, aí você tem que subir na calçada... (participante 06)

Nesse sentido, os registros fotográficos da observação (Figura 11) ratificam os relatos do grupo focal acima e demonstram a existência de desníveis entre calçadas contíguas nas avenidas pesquisadas.

Figura 11 - Desnível entre calçadas na Av. Getúlio Vargas (esq.) e na Av. da Maçonaria (dir.).



Fonte: O autor (2018)

Chama atenção a forma com as locuções sobre as calçadas foram ditas, de forma enfática e como intervenção imediata após a provocação e questionamento sobre as calçadas, denotando o incômodo sobre tais questões. Os outros principais excertos sobre as dificuldades enfrentadas pelos idosos no deslocamento pelos passeios da cidade foram os seguintes:

Quer dizer, não é só aqui, mas poderia amenizar... tem uma rua aqui no Centro que parece brincadeira... você sobe e desce... sobe para uma calçada, desce para outra... (participante 02)

Alta aí é o que tem em Paulo Afonso... calçada alta.. Aonde você vai você se cansa muito, tem uma alta e outra baixa... (participante 01)

Porque se fosse pelo menos um batentezinho, né? Você ainda tolerava... não dizia nada... Mas não... tem dessa altura aqui (gesto com a mão para indicar a altura de aproximadamente 40 cm) eu juro para você... (participante 04)

Os registros fotográficos corroboraram o apontamento dos entrevistados sobre o desnível das calçadas, como pode ser observado na Figura 12, a seguir:

Figura 12 - Desnível entre calçadas na Rua São João



Fonte: O autor (2018)

Por outro lado, no que se refere ao estado de conservação e manutenção das calçadas, poucos problemas foram apontados e melhorias ou formas de resolução de impasses foram sugeridos, tal como o relato a seguir:

A pessoa pensa que a calçada faz parte da casa dela... quando na realidade aquilo ali é um espaço público, ela tem por lei obrigação de cuidar, mas ele tem que atender a uma orientação, uma legislação que estabeleceu esses padrões de calçadas e de dimensões e dar manutenção... e deixar livre! A prefeitura tem que entrar com o poder de fiscalização e orientação técnica, ela tem o departamento de engenharia, ver qual é a norma (existe norma pra isso) e começar a respeitar, a cobrar, incentivar: “faça sua calçada e você não vai pagar IPTU”, “vai descontar do IPTU, e deixe sua calçada com esses padrões aqui”; fornecer material pra o pessoal fazer a reforma da calçada... o engenheiro da prefeitura, o técnico, deve ir lá e fiscalizar. (participante 07)

Destarte, tais condições adversas fazem como que os idosos, quando em deslocamento a pé no centro da cidade, movimentem-se na pista e não nas calçadas, em razão do receio de qualquer tipo de acidente.

Então... esse é um problema que é geral... não sei se você vai encontrar isso... mas se você está procurando um problema para resolver... esse é difícil... porque foram feitas as calçadas sem critério... então tem calçada que precisa tomar cuidado... tô falando da calçada das casas... se você sair daqui agora, vou dar só um exemplo, e ir para a rua Santo Antônio é um absurdo... você tem que andar na pista... ... porque é um sobe e desce... tem calçada que é mais que essa altura aqui ó, eu juro pra você (gesto com as mãos para indicar a altura da calçada – aproximadamente 40 cm)... pode passar depois pra olhar... aí você tem que andar na pista... não dá pra passar... tem que andar na pista... quer dizer... quem é novo sai pulando ali, não é como nós... enquanto tiver com saúde, vai achar que tá bom, mas quando começar a chegar aos 50, 60, vai começar a achar que a calçada tá alta... e a maior parte das pessoas com mais de 60 anos tem problemas de locomoção, né?!... e ali dá pra andar não... tem que andar arriscando o carro dar uma porrada nas costas....eu acho que ali deveria assim... o município se ajuntar com o proprietário pra mobilizar aqui pra consertar... fazer pelo menos um setor, um negócio...porque é, é... é demais... não tem calçada mais plana pra gente não... (participante 02)

Eu sou sincera... quando eu tô andando, eu não vou pela calçada não... eu vou mais pela pista... não pegando o meio da pista, porque a gente sabe que os carros estão ali... mas eu vou quase entrando nas calçadas não... porque quando tem aqueles paralelepípedos nas calçadas que não são bem colocados, quando tem uns mais altos e outros mais baixos... o pessoal tropeça e cai (participante 06).

Passeios estreitos e desnivelados podem afetar a capacidade dos idosos para saírem de casa e se movimentarem (OMS, 2009). Outro aspecto apontado no que se refere ao desnível entre as calçadas é quando ocorre de o passeio ser inclinado, servindo como rampa de acesso de veículos às garagens.

Precisa de um trabalho melhor com relação às calçadas, aos passeios públicos, mas eles não são... Aqui nessa região (Avenida Apolônio Sales) tá até bem cuidado, mas em outros locais por aí, Você vai andando e tem uma subida de rampa com o carro que tem que subir... depois você desce... não existe uma regulamentação da prefeitura... uma fiscalização para que elas fiquem niveladas... que se dê para a pessoa idosa fazer caminhada... então se pega uma pessoa idosa numa calçada que faz uma curva assim ((o falante mostra uma inclinação com a mão que representa aproximadamente uma inclinação de 45° em relação ao solo)), a pessoa tem que ir para a pista... porque a calçada ela é rampada... e aí quem tem problema de coluna... quem não tem, vai ficar... não dá pra fazer caminhada, a pessoa sair de casa para fazer caminhada por uma calçada que ela é rampada ou é cheia de obstáculo, não dá... (participante 07)

Tais diferenças de altura são fatores que podem aumentar o cansaço ou mesmo provocar quedas da própria altura, em razão da maior vulnerabilidade osteomuscular dos idosos. De acordo com Turel (2010), a dificuldade para caminhar é um dos grandes desafios enfrentados pelas pessoas mais velhas para acessar os espaços públicos. A observação constatou diferenças de altura dos planos de calçadas adjacentes uma à outra até mesmo de mais de 45 centímetros. Altura inviável para os pedestres vencerem com facilidade e

praticamente impossível para os idosos, em razão de sua fragilidade osteomuscular (BRASIL, 2006; PARANÁ, 2017).

...Outra vez eu caí ali, aqui na CHESF ((a falante refere-se ao Bairro Centro, na região nas proximidades das usinas da CHESF)), tinha umas pedrinhas ali aí eu fui botar a minha a perna para passar... só que eu coloquei a minha perna que é mais fraca, aí caí... já quebrei o nariz... porque eu sinto dificuldades nas pernas, sabe?! Eu sinto fraqueza... eu tenho que andar assim, ó, com uma pessoa... que eu seguro geralmente no cós da calça das minhas colegas que andam muito comigo, porque se eu andar assim solta, eu caio... e se a o local for assim, né, irregular, para mim é mais difícil... (participante 06)

É que isso cansa, ter que subir e descer... é porque as pernas da gente não aguenta mais aquele peso assim... que vem artrose.. (participante 01).

Ali perto da minha casa... lá perto tem batente que é isso aqui (gesto com a mão para indicar a altura de aproximadamente 45 cm)... e se eu passar lá... é... aí se eu for descer eu caio, porque eu não tenho força na perna, aí eu caio... (participante 06)

Ademais, notou-se na pesquisa que há certa resignação entre os idosos em relação aos problemas encontrados nas calçadas, dado que eles acreditam que o problema de desnível entre as calçadas contíguas não será resolvido facilmente.

É difícil ajeitar aqui... vai ser difícil ajeitar as calçadas da cidade... do meio fio para a calçada, a altura é boa. Vai ser difícil ajeitar as calçadas da cidade... porque tem lugar que é alto e baixo... essas ruas aqui... depende da rua, a minha mesmo não tem esses altos e baixos, é tudo por igual... porque é outro, é outro lugar, outro ambiente... eu moro aqui no centro, atrás da Embasa... é tudo no nível, né?! E é o jeito do lugar... mas ali nas casas da rua que a gente sabe que é um sobe e desce... acerta mais nenhum mais ali, não vão derrubar as casas mais tudinho para vim um nível de cima a baixo, não vai... (participante 02)

Não, eu ia dizer assim... sobre a calçada, como a gente fala... calçada aqui... do jeito que tá aqui... você morre, vão morrer mesmo, na rua... Porque calçada nem vão derrubar, nem vão fazer mais que preste... cada casa tem sua calçada... sobe e desce... é o que tem aí, é como diz mesmo, né.... Tem rua aí que você anda que já sai de lado para não andar pelo meio da calçada... (participante 01)

Nesse contexto, é possível perceber a diversidade e a ênfase nos relatos que apontam para o mesmo problema. O desnível entre os pisos das calçadas ou as calçadas existentes em forma de rampa que impedem a livre locomoção de pessoas com mobilidade reduzida.

4.2.1.8. Estado de manutenção das calçadas

Em relação às dificuldades de acesso dos idosos aos locais dispostos no arranjo público, encontram-se, entre outras, a distância entre os locais de destino e os pavimentos degradados e rachados (TUREL et al., 2010). Além disso, o estado de irregularidades das

calçadas é tido pela OMS (2009) como um problema de dimensões globais, o que também pode provocar acidentes, tais como quedas, torções, etc.

Tem buraco sim... Essa principal que vai para a SUPRAVE ((Supermercado localizado na Avenida Landulfo Alves, Centro)), ave Maria, né... Tem mulher que é mais cheio de ano do que eu... e vai pra Feira... eu mesmo só ando assim, fora da calçada... às vezes vem um carro, só ando assim abeirando a calçada, porque é cheia de buraco... (participante 03)

Portanto, verifica-se que as calçadas da cidade em regra possuem um bom estado de conservação, mas que existem exceções (calçadas esburacadas) e/ou sem pavimentação (Figura 13), o que pode provocar acidentes, como o relatado pela participante 06 do grupo focal.

(...) se dá manutenção, é dado manutenção a avenida, os parques, eles dão uma boa manutenção nas calçadas... apesar de que eu percebo algumas calçadas que dificultam... eu já cai! Porque tropecei... a calçada era toda esburacada... não era adequada... (participante 06)

Figura 13 - - Passeio esburacado (esq.) e sem pavimentação (dir.) na Av. Apolônio Sales



Fonte: O autor (2018)

Observa-se que, por determinação legal, a obrigação da manutenção e conservação da calçada é do proprietário do lote adjacente⁴. Entretanto, é necessária prévia licença do município para executar modificações no passeio, tais como levantamento ou rebaixamento (PAULO AFONSO, 2001). Por fim, ressalte-se que em caso de acidentes ou obras que afetem a integridade do passeio, a fim de garantir as condições originais da calçada, o responsável pela recomposição será o agente causador (PAULO AFONSO, 2000).

4.2.1.9. Obstáculos nas Calçadas

No mesmo sentido, o GGCAPI alerta que as condições em que se encontram as calçadas impactam sobre a possibilidade de as pessoas idosas saírem para caminhar e se deslocarem a pé em seu bairro, notadamente quando os passeios são congestionados ou com obstáculos que representam riscos potenciais para as pessoas mais velhas (OMS, 2009), conforme Figuras 14 e 15:

Figura 14 - Obstáculos e desnível entre calçadas na Rua Manoel Novaes

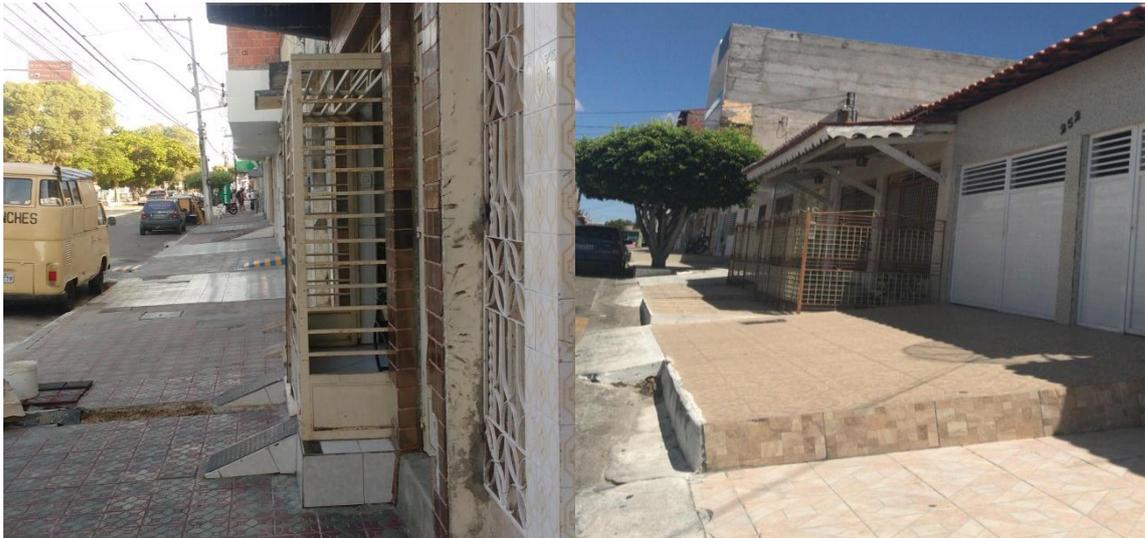


Fonte: O autor (2018)

⁴ **Art. 28** – os proprietários de terrenos, edificados ou não, localizados em logradouros, que possuam meio-fio, são obrigados a executar a pavimentação do passeio fronteiro a seus imóveis dentro dos padrões estabelecidos pelo Município e mantê-los em bom estado de conservação e limpeza. (Lei Municipal 905/2001 – Código de Posturas)

Tanto os relatos quanto os registros fotográficos apontaram que algumas calçadas do centro da cidade de Paulo Afonso possuem obstáculos, tais como carros estacionados, entulhos, trilhos de locomotiva enterrados e grades sobre a área do passeio, como se constata nas Figuras 14 e 15:

Figura 15 - Grade invadindo o passeio na Av. Getúlio Vargas (esq.) e na Av. da Maçonaria (dir.)



Fonte: O autor (2018)

Tais barreiras impedem de as pessoas idosas andarem na calçada e acabam por forçá-las a caminhar na rodovia, disputando o espaço com automóveis.

E o mais grave, que é irregular, que já tinham que ter tomado providência... a pior parte que tem... tem gente pensando que a calçada é dele... não tá sabendo que é pública... a calçada é pública! Não é do dono da casa, não! Então eles vêm... tá fazendo sabe o que?! Bota trilho ((obstáculo))... tem um ceguinho aqui... um deficiente visual, o coitado, a perna dele é toda arrebentada... é um que anda, que entrega arroz e tudo, sabe qual é?! O coitado do rapaz... porque o pessoal bota trilho para ninguém subir na calçada como se a calçada fosse dele... isso já era para ter arrancado esse negócio... trilho, cantoneira... trilho de locomotiva passar... acho que eles acharam nos lugares aí os pedaços, e enterraram na calçada... para ninguém subir na calçada dele... porque, segundo eles, a calçada não é pública, é deles... eles têm essa visão... inclusive fui pegar uma marmita lá em cima uma vez, eu encostei o carro pra pegar a marmita, aí veio a pessoa da casa e disse... “pode tirar logo o carro da minha porta”... eu cheguei... eu ia saindo, rapaz... aí voltei e perguntei... “e por quê?” (Ele disse:) “Meu irmão vai botar o carro aqui na sombra na minha porta de minha garagem”, aí eu disse “Olhe, a garagem nem é sua, nem a calçada nem é sua...” aí o cara olhou, e eu disse “Chama a polícia” porque eu entendo de lei também um pouquinho e eu disse “A calçada né sua não, meu amigo, nem na sua casa, nem na minha casa, é minha”... (participante 02)

De um modo geral, as calçadas estão boas... mas no centro tem muito problema de calçada. Se você pegar uma máquina aí e sair fotografando você vai ver. Não sei se ainda tem, mas eu já vi e fiquei impressionado: o cara bota uma gradezinha invadindo a calçada, o passeio, pra caber o carro dentro da garagem. O carro é maior

que a garagem, aí a pessoa faz isso aí. Se pegar uma máquina fotográfica e sair caminhando aqui, vai ver muito absurdo aqui... Na Getúlio Vargas, na parte de cima, perto da igreja, você vai ver muito isso aí. Precisa melhorar muito isso, isso aí precisa trabalhar. (participante 07)

Em relação a carros estacionados, apesar de ser expressamente vedado pelo Código de Posturas do Município (PAULO AFONSO, 2001), no inciso XVII do artigo 18⁵, alguns relatos dos idosos do grupo focal admitiram que os mesmos contribuem para esse problema.

Falando em calçada, tem a calçada de pedestre, o cara vem e bota o carro, o pedestre tem que arruinar, eles não respeitam... quer dizer, a calçada é pública... tem uma rua aqui no Centro que parece brincadeira... (participante 04)

(...) há casos, né?! Eu mesmo lá na minha rua, o sol pega muito de frente... aí ninguém vai deixar o carro na meio pista... aí chega em frente à casa e encosta e não sei se é irregular também, a gente coloca em cima da calçada... e não dificulta andar na calçada porque a calçada da gente é larga (participante 02).

Na observação, como se verifica nas Figuras 16 e 17, foram detectadas também calçadas impeditivas de locomoção com vários obstáculos, tais como postes, latas de lixo e, pasmem, mesas de bar.

Figura 16 - Obstáculos na calçada na Av. Apolônio Sales



Fonte: O autor (2018)

⁵ Art. 18 É proibido nos logradouros públicos: (...)

XVII – Estacionar veículos sobre passeios e em áreas verdes, fora dos locais permitidos em parques, jardins ou praças;

Dessa forma, o espaço público urbano, que deveria ser plural, democrático e acessível transmuta-se em um espaço restrito e opressor.

Figura 17 - Mesas de bar no passeio público na Av. Apolônio Sales



Fonte: O autor (2018)

Ademais, nesses casos, os obstáculos nas calçadas podem ser tidos como pressões ambientais que ultrapassam as capacidades das pessoas, dando surgimento a resultados negativos, de stress a incompetência, esta última ocorre pelo não uso das competências existentes, já que estas não são suficientes para enfrentar as demandas do ambiente (LAWTON; NAHEMOW, 1973).

Destarte, verificou-se nesta categoria que as calçadas da cidade possuem obstáculos artificiais provocados pelos moradores das residências respectivas. De trilhos de locomotiva enterrados nas calçadas a grades que invadem o passeio público, os relatos indicaram um nível de incômodo dos idosos em relação a tais questões, em razão da redução de suas competências e aumento da pressão ambiental, conforme hipótese da docilidade ambiental (LAWTON; NAHEMOW, 1973).

4.2.1.10. Rampas

A acessibilidade é entendida como o processo de aplicar características ao espaço urbano que possibilite acesso às diferentes instalações e meios: ambientes públicos, serviços, economia, cultura, participação, etc. (SAGRAMOLA, 2008). Nesse sentido, no que se refere

à acessibilidade, o Conceito Europeu de Acessibilidade – CEA, em 2003, estabeleceu alguns princípios de atuação. Para esse órgão, o meio físico, para ser acessível, deve ser: respeitador das diferentes necessidades dos utentes, principalmente em relação aos idosos, e facilitador do acesso a todos (CE, 2003).

A Lei 1189/2010 – Lei Municipal de Acessibilidade informa que o espaço livre necessário para que uma pessoa em cadeira de rodas e um pedestre possam circular livremente deve ter largura acima de 1,20m. Além disso, para ser acessível, o piso deve ser antiderrapante, regular e contínuo, sem degrau e ter inclinação não superior a 2% (PAULO AFONSO, 2010).

Em relação especificamente à rampa nos rebaixos da calçada no espaço público exterior, essas devem ter 1,2 m de largura e inclinação não superior a 8,33%. Devem possuir abas laterais e uma faixa sinalizada com cor e textura diferentes medindo entre 25 e 60 cm de largura, chamada sinalização tátil de alerta, conforme Figura 18 (PAULO AFONSO, 2010).

Figura 18 – Rampa de acessibilidade na Av. Getúlio Vargas



Fonte: O autor (2018)

Nesse diapasão, esta categoria buscou investigar se espaço urbano da cidade é acessível, principalmente no quesito de facilitação do acesso a todos, através de rampas de acesso aos passeios, dado que, de acordo com o GGCAPI, a ausência de rampas em algumas zonas constitui um problema de acessibilidade e de incentivo das pessoas idosas a realizarem atividades físicas (OMS, 2009).

(...) em relação a esse assunto aí, em relação à acessibilidade, a cidade ela vem melhorando essa questão de acessibilidade... os acessos para deficientes físicos,

cadeirantes, estão melhorados, colocaram várias rampas aí... a cidade aqui, realmente, ela, nesse ponto de vista, ela é muito já... já é bem desenvolvida (...) não tinha uma rampa assim, não tinha estrutura para o cadeirante ou para o idoso passar... então eu já cai... vendo essa dificuldade nas calçadas... (participante 07)

Ademais, o parágrafo 2º do artigo 36 da Lei Municipal 907/2000 (Código de Obras de Paulo Afonso) exige que os passeios construídos junto às faixas de travessia de pedestre possuam rampas de acesso. No entanto, durante a observação, constatou-se que essa exigência não é plenamente cumprida, dado que existem faixas de pedestre sem rampas de acesso nas avenidas do centro da cidade, conforme se pode observar no Quadro 4.

Quadro 4 – Presença de rampas de acesso em avenidas da cidade

Avenida	Extensão (m)	Quantidade de faixas	Faixas com rampa	Faixas sem rampa
Apolônio Sales	1400 m	06	3	3
Getúlio Vargas	1250 m	04	2	2
Da Maçonaria	1950 m	07	3	4
Total	4600 m	17	8	9

Fonte: O autor (2018)

De acordo com a tabela acima, nas três avenidas centrais da cidade de Paulo Afonso, objetos da observação, verificou-se a existência de 17 faixas de pedestre e em apenas oito destas verificaram-se rampas de acesso nos passeios contíguos, como demonstra a Figura 19, a seguir, representando uma porcentagem de atendimento aos mandamentos legais de 47%.

Figura 19 - Faixa de pedestre com rampa na Av. Getúlio Vargas



Fonte: O autor (2018)

Ademais, a observação constatou a existência de rampas de acesso para cadeiras de rodas ao longo das calçadas nas três avenidas principais do centro da cidade: a Av. Getúlio Vargas e a Av. Apolônio Sales. No entanto, essas só existem, em sentido paralelo aos logradouros referidos e cruzando as ruas adjacentes, em apenas um lado nas avenidas, juntos às esquinas. Constatou-se que as características das rampas, quando existentes, atendem aos mandamentos legais.

4.2.1.11. Bancos para sentar

Sabe-se que o processo de envelhecimento implica mudanças profundas na interação do indivíduo idoso com o ambiente físico que o rodeia. Dessa forma, os ambientes construídos das cidades necessitam ser redimensionados e reformulados, dado que são quase sempre projetados para indivíduos jovens (TOMASINI, 2005).

Nesse sentido, em relação aos empecilhos de acesso dos idosos aos lugares dispostos no arranjo público, encontram-se: distância entre os locais de origem e de destino, dificuldade para caminhar, aliado à ausência de zonas para descansar (TUREL et al., 2010).

Em razão das dificuldades naturalmente enfrentadas pelo idoso, ele necessita de pausas para o descanso em seu trajeto à pé pelos espaços urbanos da cidade. Essas pausas devem ser periódicas e acompanhadas de lugares para sentar e descansar, tais como bancos.

Os relatos versaram sobre duas das três avenidas principais do Centro de Paulo Afonso, a Av. Getúlio Vargas, conhecida como Rua da Frente, e a Av. Apolônio Sales, conhecida pelo calçadão existente para a realização de atividades físicas. O seguinte diálogo resultou do grupo focal quando a questão dos bancos para descanso foi trazida à tona:

Tem bancos sim... é de cima até embaixo cheio de banco na Rua da Frente ((Av. Getúlio Vargas))... (participante 02)

Na Avenida Apolônio Sales, não têm... (participante 05)

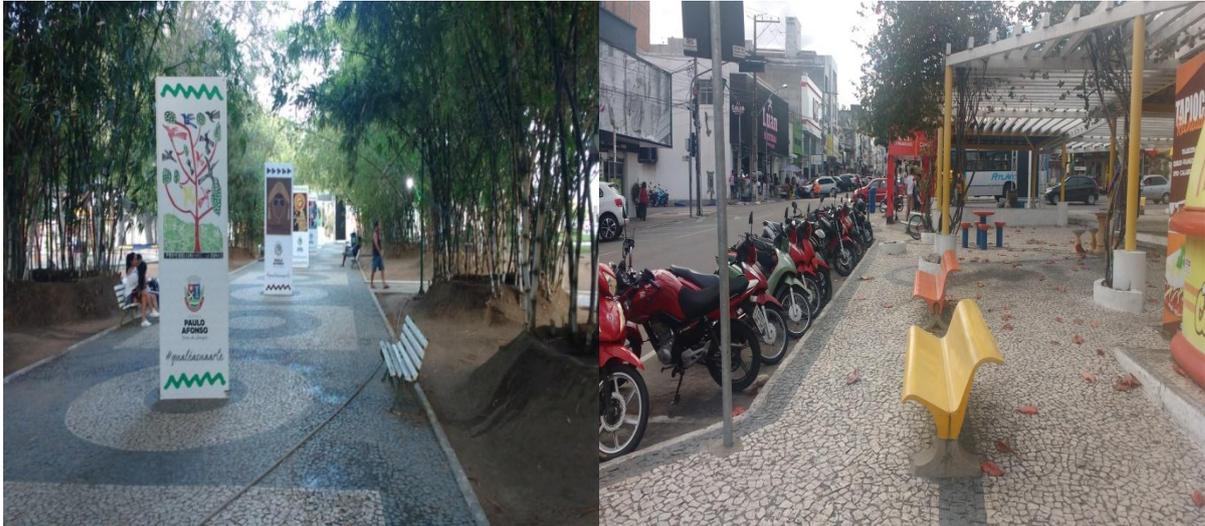
Tem não, mas a avenida ali é para caminhar... é mais para caminhar ali... (participante 06)

Só tem se tiver uma parada de ônibus, a pessoa parar pra sentar numa parada de ônibus. (participante 07)

Tem uns bancos... tem perto da feira ali, lá na praça N. Sra. De Fátima ali... em quase toda praça têm... (participante 01)

A observação do pesquisador (Figura 20) corroborou a fala dos entrevistados no que concerne à existência de bancos na Avenida Getúlio Vargas, assim como na Praça das Mangueiras.

Figura 20 - Bancos para sentar na Praça das Mangueiras (esq.) e na Av. Getúlio Vargas (dir.)



Fonte: O autor (2018)

Em relação aos idosos que praticam regularmente atividades físicas vigorosas, A OMS alerta para o fato de que eles precisam de oportunidades para o descanso e a recreação, tais como os bancos para sentar (WHO, 2002), conforme relato abaixo.

Em regra, na rua não têm bancos... o que faz falta, porque têm algumas árvores aí ao longo das avenidas, e que devia ter algum banco pra o pessoal sentar, descansar... até pra quem faz caminhada, o pessoal idoso caminhou ali 500 m, aí quer dar uma parada pra depois caminhar mais um pouco, e assim por diante..(participante 07)

Em frente à Prefeitura da cidade, na Av. Apolônio Sales, também foram encontrados bancos para sentar (Figura 21), mas esses não possuíam encostos, o que dificulta a acomodação das pessoas, notadamente, daqueles com mobilidade reduzida.

Figura 21 - Bancos para sentar em frente à Prefeitura



Fonte: O autor (2018)

Sendo assim, verificou-se a existência de bancos para sentar no centro de Paulo Afonso, no entanto, de acordo com os relatos acima, esses são mal distribuídos ao longo das avenidas pesquisadas. Fator corroborado pela observação que verificou excesso de bancos em alguns pontos e escassez em outros.

4.2.1.12. Abrigos contra intempéries/clima

Como visto acima, a distância entre os destinos é um entrave ao deslocamento dos idosos pelos espaços públicos da cidade. Aliado à necessidade de haver bancos para descanso, é de bom alvitre que esses sejam protegidos contra o sol.

A presente categoria buscou identificar a percepção dos idosos sobre o clima de Paulo Afonso e concomitantemente verificar se os locais de descanso possuem abrigos contra o sol. Conforme apontado nos relatos, o clima da cidade varia de confortável a incômodo em razão do calor.

Eu gosto do clima daqui, tem dia que é quente, tem dia que é frio, agora tá até um tempo frio pra você dormir... e quando tá calor, é aquele calorzinho, né?! Não é tanto... (participante 04)

O clima é ótimo! Agora tá ótimo! (participante 06)

É... porque também um tempo que é muito calor, mas agora tá bom! (participante 05)

Eu, de um modo geral, assim... pra mim, ele é meio desgastante. No período de verão, eu quase não coloco a cara fora... é com muito protetor, minha camisa é de manga comprida, sempre uso camisas de manga comprida, chapéu que eu uso direto... O normal do clima daqui é calor e mormaço, né?! (risos) até a barragem secou... (participante 02)

É porque a cidade, como é toda asfaltada, então a situação de calor é muito grande. Então, se você tivesse aqui e fosse um local onde a ventilação fosse grande, então a dissipação desse calor seria mais rápida, você teria esse movimento. Mas como no período quente mesmo, de dezembro, janeiro, fevereiro, março, tem hora que o vento para mesmo, aí vira uma estufa (participante 07).

Verifica-se que, em relação aos abrigos contra intempéries, os únicos pontos apontados como protegidos contra os raios solares foram os pontos de ônibus, os quais possuem coberturas de material plástico ou metálico, e as árvores existentes ao longo das avenidas da cidade, com uma proteção natural e mais efetiva através de suas respectivas copas.

A observação permitiu ao pesquisador a constatação da inexistência de abrigos específicos nas praças. A proteção contra o sol se dava naturalmente pela sombra dos edifícios em horários iniciais ou finais do dia nas calçadas dos mesmos. Especificamente, no calçamento da Av. Apolônio Sales, as árvores existentes permitiam uma proteção parcial dos caminhantes em relação ao sol e na praça central da Av. Getúlio Vargas, não havia qualquer proteção contra intempéries, seja natural ou artificial.

4.2.1.13. Ciclovias

A existência de ciclovias é considerada um fator essencial para a formação de um ambiente promotor da saúde e amigo das pessoas idosas (OMS, 2009). Além disso, a presença de ciclovias na malha rodoviária da cidade tem o condão de acelerar a mobilidade urbana, oferecer mais segurança aos ciclistas, além de incentivar a saída de casa e a prática de atividades físicas e melhorar a saúde dos praticantes (MARTINS FILHO, 2015).

O que precisa... são criar mais... tá faltando na cidade... ciclovias! Na cidade não tem praticamente... não têm ciclovias, né?! Por exemplo, daqui ((Av. Apolônio Sales, Centro)) para o BTN ((Bairro Tancredo Neves – um dos bairros principais da cidade)), não tem ciclovias nenhuma... então, as bicicletas ficam dividindo espaço no acostamento, e que passam muita, muita moto no acostamento, tem carro que anda no acostamento, então, o risco é constante, né?! Então a questão é essa aí... (participante 07)

Não existem ciclovias no centro de Paulo Afonso e sua ausência é percebida pelos idosos, principalmente em razão do trânsito desordenado de motocicletas, conforme pode ser ver no relato acima.

4.2.1.14. Volume e velocidade do tráfego

Na maioria das cidades pesquisadas para a elaboração do GGCAPI, a velocidade dos automóveis e a intensidade e o volume do tráfego de automóveis constituem obstáculos para os pedestres mais velhos (OMS, 2009). Idosos em todo o mundo preocupam-se com a possibilidade de atravessar a rua com segurança e com tranquilidade. Nesse contexto, eles relatam que os condutores não respeitam os sinais de trânsito e não dão prioridade aos pedestres (OMS, 2009), como exigido pela legislação nacional⁶.

Uma coisa aqui também na cidade, não sei se entra também nesse assunto aí... eu já vi vários colegas falecer... por causa de moto que não respeita ninguém... é um absurdo isso.. eles corta pelo meio, corta pela direita, corta pela esquerda, sobe no meio fio... essa avenida aqui onde tem o Gbarbosa [Av. Apolônio Sales] quando eles querem retornar eles passam pelo meio fio por cima... quer dizer... tem o coral... tem mais duas pessoas que eu conheci que moto matou... só nesse absurdo de moto... deveria ter mais educação em cima disso... É a agonia... (participante 02)

(...) também é necessário disciplinamento do pessoal que trabalha com moto... mototaxistas que não respeitam os idosos... porque de vez em quando existe atropelamento e morte de idoso... isso aí é uma coisa que ocorre todos os anos... então, a gente vê nas feiras o pessoal vai atravessando e o pessoal da moto passa por cima... (participante 07)

Carro não é tão arriscado... agora moto... se ela puder, mata qualquer pessoa que vê pela frente... a moto não tem respeito... eles fazem o que eles querem... (participante 01)

É uma arma... é uma arma... (referindo-se às motocicletas) eles não respeitam... Eles não passam dez segundos atrás de um carro... Eu já vi aqui no Bradesco ((agência bancária localizada na Rua Landulfo Alves)), eu parar o carro para uma senhora passar com a filha... até ficar na frente do carro.. porque passou a moto aqui de azul (cor do uniforme dos mototaxistas) fazendo 'vap', 'vap' ((onomatopeia que refere-se ao barulho ocasionado pelas passagens das motos) e eu protegendo ela na faixa... não respeitam... (participante 02)

Entre as principais propostas da política do envelhecimento, notadamente no que se refere ao pilar saúde, está a necessidade de prevenir lesões por meio de proteção aos pedestres (WHO, 2002).

Nos relatos do grupo focal, portanto, ficou evidenciado que a preocupação dos idosos utentes do espaço público do centro de Paulo Afonso gira principalmente em torno do trânsito

§ 2º Respeitadas as normas de circulação e conduta estabelecidas neste artigo, em ordem decrescente, os veículos de maior porte serão sempre responsáveis pela segurança dos menores, os motorizados pelos não motorizados e, juntos, pela incolumidade dos pedestres.

de motocicletas. Os discursos enunciados durante a sessão denotaram que os motociclistas não respeitam e não priorizam os pedestres mais velhos.

4.2.1.15. Faixas de pedestre

Em razão da formatação das cidades, nas quais predomina a malha urbana viária, privilegiam-se os automóveis em detrimento dos pedestres. Dessa forma, as vias pedonais existentes nas cidades são escassas ou até mesmo ausentes. Sendo assim, a mobilidade dos indivíduos com segurança na zona urbana está condicionada à presença de faixas de pedestre em quantidades suficientes para permitirem o deslocamento dos idosos de um lado a outro das vias do centro da cidade.

Observem-se os relatos abaixo:

No Centro, tem bastante lugares e tem outros lugares que precisa, né?! Porque tem estudantes... (participante 04)

Faixa de pedestre tem... tem faixa... as ruas não são largas... dá para atravessar... os motoristas de carro respeitam, mas moto... 90% não respeitam não... a pessoa vai atravessar a faixa, não confie... confie no carro, mas na moto... têm gente que atravessa, olha para o carro parado e olha se a moto tá vindo, já com medo.... porque não respeita mesmo... (participante 02)

Recife e Salvador, se for passar na faixa de pedestre e não colocar a mão na faixa de pedestre e pedir para o carro parar mesmo, é arriscado o carro passar por cima... Lá em Recife, na frente do meu prédio, eu pensei que o cara ia reduzir, mas o cara apertou o pé... Meu filho me puxou e disse “pai, o senhor pensa que tá em Paulo Afonso?!” então a cidade de Recife, e num bairro nobre de Recife... quer dizer... Pessoas mal educadas... Paulo Afonso não... Paulo Afonso, até de bicicleta se vai atravessar na faixa de pedestre, mas a hora em que for passando, eu só atravesso na faixa, o pessoal para para o pedestre atravessar, o motorista aqui, e hoje as motos também tão parando... as motos eram mais difíceis, mas as motos também estão parando. O trânsito aqui de certa forma tá muito disciplinado, a gente quase não tá vendo mais acidente aqui... essa avenida aqui não tem mais acidentes... os radares ajudaram... o pessoal andar devagar... Os radares tiraram a impaciência das pessoas e o pessoal tem que andar mesmo devagar... Como eles mesmo não pode andar ligeiro, pronto... Eles param na faixa e esperam... e essa área aqui tem muito comércio, tem muita clínica, tem muito idoso, e a gente nunca viu, né... eu pessoalmente, nunca vi nenhum acidente... (participante 07)

Em razão da observação empreendida e da pesquisa através de visualização de mapas, percebe-se que o centro de Paulo Afonso não possui vias exclusivas para pedestres. Ademais, verificou-se através dos relatos do grupo focal e da observação que o centro de Paulo Afonso possui faixas de pedestres bem distribuídas ao longo de suas três principais avenidas e de suas ruas adjacentes.

Portanto, a preocupação prende-se ao fato da falta de respeito dos motoristas e motociclistas e não em relação à existência ou não das faixas. Entretanto, a impressão de trânsito desorganizado e de desrespeito e imprudência dos condutores de veículos, principalmente das motocicletas, se desfaz em comparação com outras cidades, notadamente capitais.

4.2.1.16. Semáforos

O GGC-API informa que uma cidade amiga das pessoas idosas deve convergir seus esforços para a capacitação do ambiente. Nesse sentido, a presença de semáforos nas faixas de pedestre é exemplo de capacitação ambiental e aprimora as condições para os mais velhos atravessarem as estradas (OMS, 2009).

Outrossim, entre o conjunto de propostas para a materialização política das diretrizes do envelhecimento ativo para transformar o meio em um ambiente capacitador e amigável às pessoas com mobilidade reduzida, a OMS recomenda, entre outras coisas, a instalação de semáforos com mais tempo para os idosos atravessarem (WHO, 2002), dado que “em um número razoável de cidades, foi referido que os semáforos mudam demasiado depressa” (OMS, 2009).

Nesse sentido, quando os participantes do grupo focal foram perguntados sobre o tempo em que os semáforos permitem a passagem dos pedestres e a suficiência desse período para a travessia completa, obtiveram-se as seguintes respostas:

(...) mas pelo que eu tenho andando aí... vai depender da... vai depender da faixa etária, da dificuldade que a pessoa tem pra se deslocar, então se a pessoa é mais idosa, ela vai se deslocar num tempo muito maior, né... (participante 07)

Dá sim, sem pressa... já vi deficiente atravessando e ainda sobrou tempo... agora, acontece que tem gente que começa atravessar quando já está 50% do tempo... aí não vai dar não... (participante 02)

Aliado ao aumento do tempo para o indivíduo mais velho atravessar a rodovia, recomenda-se que os semáforos possuam contadores visuais que possibilitem aos pedestres saberem de quanto tempo dispõem para a travessia completa da via. Nesse sentido, constatou-se na observação que a cidade de Paulo Afonso possui alguns semáforos temporizados com contadores visuais e que esses contribuem para uma travessia mais segura.

Têm uns aqui que marcam o tempo restante, aí a pessoa se programa pra passar, mas têm outros que não. (participante 04)

Isso... quando mostra o tempo é melhor... aí se a pessoa chegar faltando pouco tempo não passa... (participante 06)

Ressalte-se que, dentre os objetivos específicos do envelhecimento ativo de oferecer segurança no trânsito, uma melhoria apontada passível de ser feita é aumentar o tempo para os idosos pedestres atravessarem (WHO, 2002). Embora, em Paulo Afonso, a largura das ruas seja considerada normal pelas pessoas mais velhas e o tempo apropriado e suficiente para a travessia segura do idoso.

Durante a observação, constatou-se que o tempo em que os semáforos do centro da cidade possibilitam a travessia dos pedestres é 30 segundos. Como a largura das avenidas principais da cidade, da calçada lateral ao canteiro central, varia de 6 a 10 metros, o idoso precisa andar no mínimo a uma velocidade de 0,33m/s.

Nesse sentido, estudo com idosos assintomáticos indicam que, apesar de a velocidade média da marcha das pessoas declinar com o passar do tempo e o avançar da idade, ela sempre é maior que 1m/s, mesmo em idosos com idade superior a 70 anos (NOVAES et al., 2011). Portanto, o tempo de 30 segundos em regra permite ao idoso efetuar uma travessia segura de tal forma que a situação dos semáforos no centro de Paulo Afonso foi considerada satisfatória.

4.2.1.17. Localização inadequada de serviços na rodovia

Essa categoria, definida *a posteriori*, surgiu de relatos de advertência durante o grupo focal, pois além de a cidade não possuir vias pedonais, ela possui serviços e “feiras livres” que invadem as pistas de rolamento da cidade, como se observa na Figura 22.

Figura 22 - Av. da Maçonaria em dias normais (esq.) e em dias de feira livre (dir.)



Fonte: O autor (2018)

A Figura 23, abaixo, constatou que disposição da feira livre na Av. da Maçonaria, objeto das discussões do grupo focal, realmente era alarmante, dado que uma faixa de rolamento estava completamente ocupada pelas barracas e, por conseguinte, pelos clientes.

Figura 23 – Comparação entre dias sem feira livre (esq.) e dias com feira (dir.)



Fonte: O autor (2018)

(...) eu tô falando da Feira... eu tô dizendo que o que eu tô vendo aqui... eu vejo um carro vindo destrambelhado matar dez ou mais pessoas que tiver na frente... porque aquela feira é assim... tudo certo, mas o povo lá é teimoso... é um rolo de gente fazendo... botando banca pra vender invadindo a pista (a rua), invadindo a pista da feira, os carros hoje, fora os outros carros...se vier um carro... a pista é pequena... não tem condição, do pior que eu vejo ali... não tem segurança... Pior é os carros que vem... Porque o povo... tem a faixa, mas você sabe como é... o povo tá aqui, vamos

supor, fazendo feira (gesticula com a mão dando a entender que as pessoas ficam na frente dos carros na pista)... quer dizer que o carro que vim, vai respeitar ninguém?!... e se vier um atrapalhado da vida... uma moto?! O que a gente mais vê na televisão... um atrapalhado da mente.... (participante 01)

O problema é que as barracas estão no meio da rua e vamos fazer compras a eles... na pista... se os ônibus que vem na pista é ali, né, mas o negócio é o povo ficar na pista... (participante 06)

Sendo assim, evidenciou-se a percepção gravosa do risco de acidentes por parte dos idosos em relação à feira livre que invade a pista destinada ao tráfego de veículos.

4.2.1.18. Policiamento ostensivo

Garantir a proteção, a dignidade e a segurança física dos idosos através de previsão de direitos e satisfação de necessidades é uma exigência para tornar a cidade amigável aos idosos (WHO, 2002). Partindo desse pressuposto, essa categoria buscou analisar a existência de policiamento ostensivo nas ruas do centro de Paulo Afonso, dado que a existência de mais policiais e viaturas nas ruas é uma exigência constante dos idosos, como sugestão para aumentar a segurança (OMS, 2009).

Ressalte-se que, dentre as propostas trazidas pela OMS para desenvolver o conceito de envelhecimento ativo, notadamente no que se refere ao pilar da segurança, encontra-se a necessidade de treinar profissionais policiais para saber reconhecer e agir perante situações de abuso aos idosos (WHO, 2002).

Nesse sentido, policiamento ostensivo é a ação policial que está à vista com o escopo de atrair para si atenção e desencorajar práticas criminosas, bem como garantir auxílio e proteção a qualquer um do povo em caso de necessidades diversas (SOARES, 2018). Quando questionados sobre a ação policial no centro da cidade, obtiveram-se as seguintes respostas:

O policiamento é ostensivo mesmo... você passa e (os policiais) tão correndo aqui... e agora tem uma viatura parada direto lá no início da Apolônio ((Av. Apolônio Sales))! (participante 02)

Mas tem tido um bom policiamento. Fechou-se aquele acesso que tem, aquele terreno do exército, na André Falcão, ali era um local onde eles fugiam e se entocavam naquela mata, então fechou aquilo ali. Então, tá tendo um bom policiamento, eu acho que já ajudou bastante, melhorou muito. (participante 07)

Acostumado sair assustado... não é tanto Paulo Afonso, que a policia daqui é ostensiva, ela trabalha muito certa, né?(...) (participante 04)

Cachorrão ((nome pelo qual é conhecido perante a comunidade o Ten Cel PM Humberto, comandante do Batalhão de Polícia Militar em Paulo Afonso))... foi

Cachorrão... tá em primeiro lugar aquele homem aí... acabou muitas coisas por aí... Todo mundo gosta dele aí... tem viatura rodando o tempo todo... Mas tem gente aí que nunca deixa a safadeza não porque essa noite ... o pai e a mãe queria, como é?!..., o filho queria matar o pai num açude ali... foi assim ... (participante 01)

Percebe-se que os relatos do grupo focal apontaram a satisfação dos idosos em relação ao policiamento ostensivo do centro da cidade, principalmente nos últimos anos em razão de mudanças na gestão do policiamento na cidade.

4.2.1.19. Criminalidade

A proteção contra danos físicos e a segurança contra o crime são também apontados como uma das características fundamentais que influencia decisivamente na mobilidade individual dos idosos. Essa característica age no pilar segurança, aspecto que permite uma cidade tornar-se amiga das pessoas mais velhas (OMS, 2009).

Há, entre os idosos de Paulo Afonso, a percepção de escassez de criminalidade, mas que esta acontece em razão do tráfico de drogas ilícitas que ocasiona crimes violentos letais intencionais perpetrados pelos usuários e traficantes contra os próprios envolvidos.

Aqui no Bairro não tem crime... quase não tem... É muito discreto... pode ser que nos bairros afastados dos centros... naquelas bandas, mas aí é eles mesmos [...] da droga lá... eles mesmo que se queimam uns aos outros, não é o cidadão não! (participante 02)

Aqui no centro, a criminalidade até diminuiu mais. O que dá muito, eu vejo sempre, é traficante. No centro, tem muito... (participante 04)

Sempre tá aparecendo (tráfico de entorpecentes), mas assalto, “passa a carteira”, “passa o celular” isso aí eu nunca mais vi. Na praça da mangueira, aquele acesso que vai pra escola técnica, também tinha, e hoje a gente nunca mais ouviu falar de assalto a estudantes, ao pessoal que frequenta a praça (participante 07).

Como já afirmado, o receio do crime é apontado como um dos grandes desafios para os idosos saírem de suas casas e se locomoverem pela comunidade local (TUREL et al., 2010). Isso acontece em razão de as pessoas mais velhas se sentirem frágeis e especialmente vulneráveis a delitos violentos contra o patrimônio ou contra a integridade corporal, tais como furto ou agressão (WHO, 2002).

Nesse sentido, os participantes do grupo focal foram questionados sobre a última vez que ouviram sobre a ocorrência de crimes no centro de Paulo Afonso e empreenderam o seguinte diálogo que revela a escassez desse tipo de conduta no campo pesquisado:

Rapaz... Nem sei... aqui no centro... ((tempo pensativo))... não... (participante 02)

Eu também não... a gente vê muito lá no “Mulungu” (bairro periférico de Paulo Afonso)... naquela região lá... mas aqui é difícil... (participante 06)

É tranquilo aqui... (participante 07)

É... no Centro, é tranquilo sim (participante 04).

À noite... eu tenho um filho de 14 anos, e ele vai de bicicleta pra todo canto... vai de bicicleta para a escola, pra o inglês, para o futsal, passeia por dentro da Chesf, casa dos amigos, tudo, e nunca foi abordado, nada. (participante 07)

Já foi tranquilo, mas hoje não dá pra confiar não... Não, não dá não porque maconheiro é o que mais tem em Paulo Afonso... vai confiar nuns cão desse que tem... tudo fazendo bagunça.. (participante 01)

A questão maior sabe o quê é? É que você vê muito crime na televisão... e na chegada em casa, aí, você vai... eu vou pra rua assustado! Eu saio de casa que é perto do centro, eu vou de carro... Aí você vê aquilo, matando gente, aí você fica assustado com o que acontece na tevê. Aí você... você leva pra casa o caso, o problema. Aí você se assusta aqui, mas não existe isso sabia, é raro o negocio aqui ... (participante 02)

Dessa forma, diante dos relatos empreendidos, percebe-se que a ocorrência de crimes no centro da cidade é relativamente escassa e a maior concentração de crimes ocorre nos bairros periféricos. No entanto, a preocupação com o tráfico de entorpecentes aumenta progressivamente.

Ademais, percebe-se que o centro da cidade de Paulo Afonso oferece tranquilidade relativa aos idosos moradores ou frequentadores do espaço público urbano. Não obstante, os idosos por vezes sentem-se receosos em razão da criminalidade noticiada nos meios de comunicação.

4.2.1.20. Inexistência de banheiros públicos

Outro desafio identificado para a movimentação dos idosos no espaço urbano é a falta de instalações sanitárias públicas (TUREL et al., 2010). Em razão de características fisiológicas, os idosos necessitam utilizar os banheiros com maior frequência, pois são mais propensos a desenvolverem a incontinência urinária ou fecal ou fazem tratamentos a base de medicamentos diuréticos (BRASIL, 2006; PARANÁ, 2017).

No grupo focal, quando questionados sobre a existência de banheiros na cidade, as respostas dos participantes idosos foram as seguintes:

Eu não vi não... Eu nunca vi não... porque eu também não tô saindo né?!
(participante 06)

Antigamente tinha... não sei agora... (participante 05)

Olhe, tem um lá em cima na Getúlio Vargas, na Getúlio Vargas tem um... e tem lá embaixo perto da Caixa d'água... que eu saiba, só... (participante 02)

Aqui realmente é muito carente, e faz falta, faz muita falta. Porque o pessoal tem que tá tomando muita água, precisa tá indo ao banheiro. Toma remédio pra pressão, que aí é diurético, então, cadê o banheiro pra ir? Então, dificulta... (participante 07)

De acordo com a OMS, banheiros públicos são muito apreciados pelos idosos, prestadores de serviços e demais públicos relacionados. A ausência das instalações referidas impõe profundas mudanças na mobilidade, restringindo a participação social do indivíduo idoso (WHO, 2002).

Quando perguntados sobre onde recorreriam se precisassem utilizar banheiros públicos e não encontrassem, algumas respostas ressaltaram a sensibilidade e o consentimento das pessoas foi citado no que tange à permissão para os idosos utilizarem os banheiros em ambientes fechados e privados, tais como lojas e escritórios comerciais:

Na Praça das Mangueiras tem, mas o vigia que fica com a chave... (participante 02)

Tem que pedir nas lojas para usar... Na rodoviária mesmo tem... mas é pago, né?! É pago! (participante 05)

E falta?! Nas lojas tem, em qualquer lugar que tiver, tem banheiro... precisando... é só precisar... eles deixam usar... (participante 01)

Isso o pessoal faz, deixa, às vezes o pessoal vai no supermercado... mas o correto seria o público. Esses aí poderiam ser o complemento, e não o principal. Quando tem evento aqui na avenida, um desfile, por exemplo, não sei se tão colocando, mas não colocam banheiro público químico aqui; ou, se colocam, é numa quantidade muito inexpressiva. O pessoal vem tudo aqui no hotel, até a mulher prefeito veio aqui no banheiro porque não tinha banheiro químico. Então, tem que ter... tem que se pensar é nos banheiros químicos tem que ser feito manutenção, porque o pessoal coloca o banheiro químico, e quando você vai entrar no banheiro químico, você só falta morrer lá dentro. Então, colocou o banheiro, mas ficou uma latrina que fica impossível você usar... (participante 07)

Conforme aponta o relato do participante 02, os únicos banheiros encontrados durante a observação, e relatados no grupo focal, encontravam-se trancados e fechados com cadeado e/ou só poderiam ser utilizados mediante pagamento.

Dessa forma, a ausência de banheiros públicos no centro da cidade de Paulo Afonso, conforme referido no grupo focal e confirmado na observação, cria uma barreira física aos idosos, que podem ter sua vontade de movimentação pela comunidade suprimida por não ter a

possibilidade de satisfação de suas necessidades fisiológicas no momento em que elas aparecerem.

4.2.1.21. Obstáculos ao acesso aos banheiros públicos

Além de tudo, a instalação de banheiros públicos acessíveis é uma exigência dos idosos no que tange à prevenção e redução de deficiências no sentido e permitir-lhes viver sem barreiras físicas (WHO, 2002). A OMS relata como dificuldades de acessibilidade aos banheiros o tamanho reduzido, portas pesadas, ausência de sanitários e sujeira em demasia. (OMS, 2009).

Quando as perguntas do grupo focal questionaram sobre a existência de acessibilidade nos banheiros públicos e higiênicos no centro da cidade, obtiveram-se as seguintes respostas, diante da escassez dos banheiros, conforme verificado na categoria anterior:

Eu quase nem gosto dessas coisas... de banheiro público 'véio'...aí que todo mundo usa... Mas noutro canto têm banheiro... não é obrigado a gente a usar esses públicos véios que tão no meio da rua... (participante 01)

Banheiro público aqui na cidade não têm. (participante 07)

Tem que achar uma moitinha. (participante 04)

Portanto, das discussões travadas no grupo focal, evidenciou-se que não há em Paulo Afonso, especificamente no centro da cidade, instalações sanitárias públicas acessíveis e disponíveis ao uso em geral. Além disso, o fato de o único banheiro público achado se encontrar trancado durante a observação impediu a verificação dos requisitos específicos de acessibilidade.

4.2.1.22. Bancos nos edifícios públicos

Nos edifícios públicos, necessita-se de zonas de descanso com bancos para sentar, em razão do grande número de pessoas que frequentam tais edifícios em contraposição a por vezes exígua capacidade simultânea de atendimento.

Sendo assim, tal categoria buscou investigar a existência e condições de uso de bancos para sentar nos principais edifícios públicos do centro Paulo Afonso. Dessa forma, quando os

participantes foram questionados sobre a existência de bancos públicos, as respostas foram as seguintes:

Têm bancos... no INSS tem também... (participante 05)

Têm os bancos sim, tem, têm os bancos... se eu não me engano, têm os bancos, que eu vi pessoas sentando ali... (participante 02)

Durante a espera não têm lugar para sentar na prefeitura, às vezes o idoso fica sentado no batente, no sol, não tem na prefeitura... mas na câmara, tem. O pessoal fica sentado, tem um pessoal que oferece um cafezinho, com bolacha. Tem que ajeitar, pra a pessoa ir e voltar, e não para dizer: “ali, eu não volto mais...” (participante 04)

Ratificando, a observação identificou bancos de sentar nos órgãos referidos na pesquisa: Sede do Instituto Nacional da Seguridade Social, Prefeitura Municipal de Paulo Afonso e Câmara de Vereadores Municipal de Paulo Afonso. Ressalte-se o fato de que na Câmara foram encontrados bancos estofados e, aparentemente, mais ergonômicos, diferente dos outros locais pesquisados, conforme exposto na Figura 24.

Figura 24 - Bancos e cadeiras para sentar na Câmara de Vereadores



Fonte: O autor (2018)

4.2.1.23. Rampas nos edifícios públicos

Entre outros fatores, em uma cidade amiga das pessoas idosas, as rampas de acesso aos edifícios devem ser aspectos comuns e não extraordinários no cenário urbano (OMS,

2009). Na pesquisa, os seguintes relatos foram apontados, inclusive em relação a estabelecimentos comerciais privados, mas de utilização extensiva por parte dos idosos, tais como farmácias, supermercados e lojas de departamentos.

Tem rampa para deficiente... Inclusive, até no mercado (GBarbosa) tem... já tem rampa, pra cadeirante... as farmácias hoje tem tem rampas... Na Câmara tem também... (participante 02)

As lojas, de um modo geral, são bem estruturadas, essas lojas de rede já têm um padrão diferente, Casas Bahia, Americanas, GBarbosa. Eu frequento pouco o comércio, mas onde eu ando no comércio, de um modo geral, sobre acessibilidade, tem... (participante 07)

A ausência de rampas é considerada um problema de acessibilidade e a solução passaria pela conscientização de urbanistas, engenheiros e arquitetos (WHO, 2002). No entanto, em Paulo Afonso várias questões de acessibilidade são imposições legais presentes na Lei Municipal de Acessibilidade que remete, entre outras disposições, a obrigatoriedade de atendimento da ABNT NBR 9050.

Nesse sentido, a referida lei cita que a largura recomendada para as rampas externas é de 1,5 m, no entanto, admite-se até 1,2 m. Todos os edifícios públicos pesquisados possuíam rampas externas de acessibilidade, conforme Figuras 25 e 26.

Figura 25 - Rampas externas de acessibilidade na Prefeitura

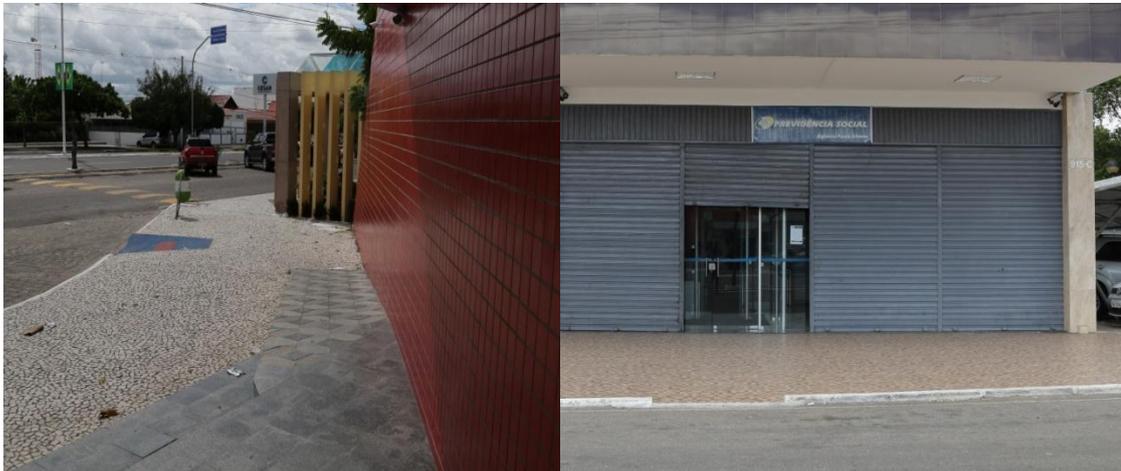


Fonte: O autor (2018)

Na Figura 25, verificam-se as rampas externas de acessibilidade da Prefeitura Municipal de Paulo Afonso e na Figura 26, percebe-se as rampas da Câmara de Vereadores da

cidade e do INSS. Chama atenção o fato de que nenhuma rampa estava corretamente indicada por sinalização horizontal ou vertical.

Figura 26 - Rampa externa de acessibilidade na Câmara de Vereadores (esq.) e no INSS (dir.)



Fonte: O autor (2018)

Entretanto, nem sempre tais rampas encontravam-se desobstruídas e acessíveis, conforme Figura 27, fato que inviabiliza a sua utilização pelos idosos e demais indivíduos cadeirantes ou de mobilidade reduzida.

Figura 27 - Rampa de acessibilidade obstruída na Prefeitura



Fonte: O autor (2018)

E no que se refere especificamente às rampas internas ou de acesso aos prédios, de acordo com a Lei Municipal de Acessibilidade, elas devem ter piso antiderrapante com

inclinação admissível em cada trecho de até 12% (PAULO AFONSO, 2010). O único prédio público objeto da investigação que possuía mais de um pavimento foi a Câmara de Vereadores da cidade, com dois pavimentos no total, térreo e 1º andar. Nesse edifício, observou-se o atendimento das características exigidas em lei, conforme Figura 28.

Figura 28 - Rampa interna de acessibilidade na Câmara de Vereadores



Fonte: O autor (2018)

Por outro lado, em relação às escadas, essas devem possuir os seguintes aspectos construtivos: degraus com altura mínima de 15 cm e máxima de 18 cm; piso com dimensão mínima de 28 cm e máxima de 32 cm (PAULO AFONSO, 2000).

4.2.1.24. Tempo de atendimento nos edifícios que prestam serviços públicos

A Lei Municipal de Acessibilidade assegura o direito à prioridade de atendimento nos serviços públicos às pessoas com deficiência física, gestantes e idosas (PAULO AFONSO, 2010). De forma similar, o Estatuto do Idoso, Lei Federal 10741/2003, dispõe que é garantido ao idoso atendimento individualizado e preferencial junto aos órgãos públicos e privados que prestam serviços à população (BRASIL, 2003).

Entretanto, em se tratando de serviços públicos, é grande a chance de a capacidade paralela de atendimento ser menor que a demanda de pessoas. Dessa forma, invariavelmente, haverá espera entre os cidadãos e/ou clientes. A espera, por sua vez, é prejudicial para todo e qualquer indivíduo, pois as pessoas perdem muito tempo do dia em filas, o que acarreta insatisfação (PADOVAN, 2016).

No caso dos idosos, a espera é mais prejudicial em razão de sua fragilidade osteomuscular, de tal forma que é necessário que haja um espaço para repouso durante a espera. Nesse sentido, destaque-se que se considera característica de uma cidade amigável às pessoas idosas um bom serviço de atendimento ao cidadão e/ou cliente sensibilizado às demandas e necessidades das pessoas mais velhas (OMS, 2009).

Agora também uma coisa que eu vejo ali, na prefeitura, principalmente, em certas secretarias, às vezes o idoso chega de manhãzinha, até com fome, aí sai 13h, quase 14h e ouviu um não... já vi muitas vezes isso acontecer ali... (participante 04)

Dos relatos do grupo focal, foi possível perceber que o atendimento na Prefeitura Municipal, um dos três prédios pesquisados, não foi indicado como suficiente, no que se refere à demora e à falta resolução da demanda do cidadão idoso. Na Câmara de Vereadores, o atendimento foi considerado satisfatório no que se refere ao tempo de espera e não houve relatos sobre o tempo de demora de atendimento no INSS. Ademais, a observação não teve o condão de verificar aspectos de tempo de atendimento nos órgãos referidos.

4.2.1.25. Banheiros em edifícios públicos

Durante a espera do atendimento, é provável de que o idoso precise utilizar o banheiro em razão de necessidades fisiológicas mais intensas (BRASIL, 2006; PARANÁ, 2017). Sendo assim, os edifícios públicos necessitam possuir instalações sanitárias acessíveis, limpas e disponíveis ao público com mobilidade reduzida.

A Lei Municipal de Acessibilidade de Paulo Afonso exige que os prédios públicos e os estabelecimentos de ensino públicos e privados possuam disponível um sanitário com acessibilidade, devendo ter porta de acesso com 80 cm de largura útil, no mínimo que abra para fora. A lei também exige barra de apoio de 3 a 4 cm de diâmetro a uma altura máxima de 77 cm em relação ao piso (PAULO AFONSO, 2010).

Por outro lado, o Código de Obras da cidade de Paulo Afonso assim dispõe:

Art. 66 – As edificações de uso público, com capacidade acima de 100 pessoas, deverão dispor de instalações sanitárias apropriadas ao uso por deficientes físicos, devidamente identificadas, situadas no nível do pavimento térreo ou pavimento de acesso principal à edificação. (PAULO AFONSO, 2000)

No entanto, notadamente, no prédio da Câmara de Vereadores, o banheiro disponível para o público encontrava-se no segundo pavimento (primeiro andar), ao contrário de determinação legal do Código de Obras da cidade, como demonstrado na Figura 29, a seguir

Figura 29 - Barra lateral de acessibilidade no banheiro da Câmara de Vereadores



Fonte: O autor (2018)

Entretanto, as respostas durante o grupo focal se limitaram a indicar positivamente a existência de banheiros nos edifícios citados. Nesse sentido, a observação empreendida confirmou a existência dos referidos banheiros, inclusive com os padrões de acessibilidade dispostos acima.

4.2.2. Categorias intermediárias

As categorias intermediárias foram surgidas da interpretação dos dados coletados através da análise de conteúdo e emergiram a partir da reunião das categorias iniciais. As categorias iniciais, pautadas nas narrativas produzidas no grupo focal foram agrupadas e originaram as seguintes categorias intermediárias: praças e espaços verdes, agradabilidade e limpeza do ambiente, passeios/calçadas públicas, locais para descansar, acessibilidade, idosos pedestres, segurança pública e banheiros públicos.

Em relação ao encadeamento lógico, os dados coletados não exigiram a definição de categorias intermediárias para a categoria final edifícios públicos, conforme Quadros 2 e 3. As categorias foram desmembradas do texto e agrupadas analogicamente, conforme disposto em Bardin (2011).

4.2.2.1. Praças e espaços verdes

A categoria “praças e espaços verdes” trata das praças em Paulo Afonso e da arborização no centro da cidade, como se verifica no Quadro 05. A existência de praças e espaços verdes nas cidades é uma das características de um ambiente amigo do idoso (OMS, 2009).

Quadro 5 – Formação da categoria intermediária "Praças e espaços verdes"

Categorias iniciais	Conceito Norteador	Categoria intermediária
Ausência de zonas/praças reservadas aos idosos	Demonstra a falta de um espaço de convivência específico para os idosos sem riscos adicionais	Praças e espaços verdes
Espaços para atividades físicas nas praças	Confirma a existência de espaços para atividades físicas nas praças pesquisadas como forma de incentivar o exercício físico	
Arborização nos espaços exteriores	Relaciona-se à existência de árvores distribuídas ao longo do centro da cidade e nas praças	

Fonte: O autor (2018)

De uma forma geral, os idosos queixaram-se da falta de uma praça específica para eles, ou mesmo de uso mais restrito, nas quais eles pudessem se divertir sem os riscos ou limitações de uma praça de uso partilhado com crianças e/ou utilizadores de bicicleta, patins, skate, etc.

Além disso, consideraram a arborização da cidade satisfatória, mas passível de melhorias, e apontaram a existência de espaços para atividades físicas nas praças, bem como brinquedos para as crianças. Apesar de não haver espaços verdes específicos, todas as praças que foram objeto da observação possuem árvores. Ademais, na observação, constatou-se a existência nas praças de bancos de sentar em número suficiente. No entanto, não há banheiros públicos nas praças.

4.2.2.2. Conforto e limpeza do ambiente

Essa categoria faz referência à agradabilidade do ambiente público urbano no centro da cidade, em geral. Ela buscou investigar a limpeza, a beleza e os níveis de ruído do ambiente, conforme Quadro 6. De pronto, ressaltou-se que a limpeza do ambiente foi apontada

no grupo focal quase sempre em correlação com o constructo ‘organizado’. Sendo assim, evidencia-se uma ligação entre os dois conceitos. Em razão disso, eles constituíram apenas uma categoria inicial.

Quadro 6 – Formação da categoria intermediária "Conforto e limpeza do ambiente"

Categorias iniciais	Conceito norteador	Categoria intermediária
Ambiente limpo e organizado	Evidencia a limpeza e a organização do ambiente público urbano no centro da cidade de Paulo Afonso.	Conforto e limpeza do ambiente
Níveis de ruído	Denota os níveis de ruídos percebidos pelos idosos moradores ou frequentadores do centro da cidade.	
Beleza do ambiente	Refere-se à graça/formosura do ambiente público urbano no campo pesquisado.	

Fonte: O autor (2018)

De maneira geral, o espaço público exterior do centro de Paulo Afonso foi considerado limpo e organizado. Na observação, constataram-se por vezes funcionários públicos prestando serviço de limpeza, asseio e conservação das instalações.

Em relação aos níveis de ruído, ficou constatado que o barulho no ambiente público de Paulo Afonso é tolerável pelos idosos, em razão do exagero esporádico e pouco frequente. Além disto, há imposições legais limitativas para os níveis de ruído em legislação municipal que, inclusive, estabelece sanções para os delinquentes.

Por fim, a plasticidade natural do espaço exterior urbano é constantemente referida como uma característica importante para uma cidade ser considerada amiga dos idosos (OMS, 2009). Ambientes belos e agradáveis podem oferecer um estado de relaxamento e tranquilidade para os idosos (TUREL, 2010).

Nesse sentido, na percepção e compreensão dos idosos utentes do espaço público urbano do centro de Paulo Afonso, a cidade é bonita e agradável, como denotado nas falas dos participantes do grupo focal. Sendo assim, a cidade pode ser tida como confortável para os idosos, através de fatores que podem denotar, no aspecto físico referente às instalações, qualidade ambiental.

4.2.2.3. Calçadas/Passeios públicos

A palavra calçada refere-se a um caminho destinado à circulação de pedestres que fica na lateral das ruas e faz parte do espaço público. Em razão de variações linguísticas diatópicas, a calçada também é muitas vezes denominada passeio. Sendo assim, optou-se por adotar essas duas expressões na nomenclatura da presente categoria. Por sua vez, essa categoria, buscou investigar os passeios públicos, perseguindo informações sobre as características das calçadas, tais como alturas, desníveis, estado, manutenção, obstáculos, etc, conforme Quadro 7.

Quadro 7 – Formação da categoria intermediária "Calçadas/Passeios públicos"

Categorias iniciais	Conceito norteador	Categoria intermediária
Altura das calçadas/passeios	Refere-se à diferença de nível entre o plano da via e o plano do piso da calçada ou entre os planos de duas calçadas contíguas.	Calçadas/Passeios públicos
Estado das calçadas	Demonstra o estado de manutenção das calçadas, informando a presença de trechos esburacados ou irregulares.	
Presença de obstáculos nas calçadas	Aponta a presença de obstáculos nas calçadas, tais como árvores, carros, ou quaisquer outros impedimentos, totais ou parciais.	

Fonte: O autor (2018)

As calçadas, portanto, constituem o espaço para a locomoção para todos os pedestres, independentemente de sua faixa etária. Dessa forma, as condições em que se encontram as calçadas impactam diretamente a possibilidade de as pessoas se locomoverem em suas vizinhanças (OMS, 2009; LLOYD-SHERLOCK, et al., 2016).

As condições inadequadas dos passeios são apontadas como um problema quase universal. Calçadas estreitas, irregulares, quebradas, rachadas, desniveladas ou com obstáculos, além de constituírem um impeditivo para a movimentação das pessoas idosas, também representam perigos potenciais aos idosos e deficientes (OMS, 2009).

Primeiramente, no que se refere à altura das calçadas em relação à via pública, tem-se que a altura é considerada normal pelos idosos participantes da pesquisa. Na observação, percebeu-se que a altura das calçadas gira em torno de 10 a 20 cm, de forma que não se localizou nenhuma calçada com altura fora desse intervalo. Por outro lado, em relação ao desnível entre passeios contíguas, todos os participantes do grupo focal informaram se tratar de um problema de gravidade alta em Paulo Afonso.

Por outro lado, no que diz respeito à presença de obstáculos nas calçadas, as discussões do grupo focal levaram ao entendimento de que o problema não é frequente no centro da cidade. Entretanto, situações absurdas foram relatadas, tais como a colocação de trilhos de locomotiva na calçada e carros estacionados, representando barreiras físicas, o que pode gerar stress, redução da qualidade de vida e incompetência pelo não uso por parte dos idosos (LAWTON; NAHEMOW, 1973).

Por fim, ressalte-se que as melhorias frequentemente sugeridas para que os passeios sejam amigos dos idosos, de acordo com o GGCAPI, são: superfície lisa, nivelada e antiderrapante; largura suficiente para a circulação de cadeiras de rodas; passeios rebaixados e inclinados até o nível da rodovia, e; prioridade para pedestres (OMS, 2009).

Os requisitos acima, por sua vez, são inclusive previstos pela legislação municipal da cidade, especialmente no Código de Obras, no Código de Posturas e na Lei de Acessibilidade do município. Entretanto, notou-se que, à revelia da previsão legal, nem todos os passeios atendem os ditames normativos.

4.2.2.4. Lugar para descansar

Para as pessoas mais velhas, é difícil caminhar nas zonas urbanas onde não haja locais para sentar e descansar periodicamente. Então, a existência de lugares que oportunizem pausas e descanso no itinerário dos idosos quando saem de casa é considerada uma característica necessária no espaço urbano (OMS, 2009). Dessa forma, a presente categoria buscou investigar se no centro da cidade de Paulo Afonso existem esses locais para descanso. Para isso, a pesquisa investigou a existência de bancos para sentar e de abrigos contra a incidência direta de raios solares, conforme Quadro 8.

Quadro 8 – Formação da categoria intermediária "Lugar para descansar"

Categorias iniciais	Conceito norteador	Categoria intermediária
Bancos	Demonstra a existência de bancos para sentar no centro da cidade de Paulo Afonso	Lugar para descansar
Abrigos contra intempéries / clima	Refere-se ao clima da cidade evidenciando temperaturas elevadas, bem como aos abrigos contra o sol	

Fonte: O autor (2018)

Como alertado anteriormente, é sabido que o processo de envelhecimento implica modificações densas na influência mútua do indivíduo idoso com o ambiente físico que o rodeia. Dessa forma, os ambientes construídos das cidades necessitam ser redimensionados e reformulados, dado que são quase sempre projetados para as pessoas jovens (TOMASINI, 2005). Nesse sentido, dentre às barreiras de acesso dos idosos aos locais dispostos no espaço urbano público, tem-se: distância entre os locais de destino, dificuldade para caminhar, bem como a ausência de locais para descansar (TUREL et al., 2010).

Em razão da investigação, observação e grupo focal, detectou-se que: faltam bancos para sentar na Av. Apolônio Sales; a presença de bancos é considerada satisfatória pelos idosos na Av. da Maçonaria, e; há bancos para descanso em excesso na Av. Getúlio Vargas. No entanto, em poucos bancos constatou-se proteção contra o sol, o que inviabiliza a utilização por parte dos idosos ao longo do dia, dados que de acordo com o climograma de Paulo Afonso, as temperaturas médias são altas, acima de 25° C (CLIMATEMPO, 2018).

4.2.2.5. Idosos pedestres/ciclistas

Essa foi a categoria intermediária que mais reuniu e definiu categorias iniciais. Ela trata da possibilidade de os idosos interagirem passivamente no trânsito de forma segura, seja a pé ou de bicicleta e refere-se aos problemas percebidos pelos idosos quando estão nessa condição, conforme se verifica no Quadro 9. Para criar um ambiente seguro e apropriado para as pessoas mais velhas é necessário, entre outras coisas, prevenir lesões através de proteção para os idosos, criando mecanismos para uma caminhada segura.

Quadro 9 – Formação da categoria intermediária "Idosos pedestres/ciclistas"

Categorias iniciais	Conceito norteador	Categoria intermediária
Ciclovias	Refere-se à inexistência de vias exclusivas para circulação de bicicletas	Idosos pedestres/ciclistas
Volume e velocidade do tráfego	Demonstra a intensidade (quantidade e rapidez) do tráfego de automóveis.	
Faixas de pedestre	Refere-se à existência de faixas de pedestres nas vias do centro da cidade	
Semáforos	Evidencia as características dos semáforos existentes na cidade	
Localização inadequada de serviços na via	Refere à localização da feira livre na com barracas na via de rolamento	

Fonte: O autor (2018)

Nessa categoria e nesse trabalho, não são tratados aspectos dos idosos quando esses se encontram como condutores de veículos ou passageiros. Essa problemática, além de não se relacionar aos objetivos do trabalho, é tratada pela OMS em outro aspecto de uma cidade amiga dos idosos: o tópico relacionado a transportes (OMS, 2009).

Os idosos, por sua vez, em razão do declínio natural de suas funções, têm diminuídos a sua capacidade e rapidez de locomoção (HOOYMAN; KIYAK, 2011). Dessa forma, necessita-se que seja adotada uma série de medidas para proteção desses quando fora de suas casas atravessando as ruas ou fazendo compras nas feiras livres. A mobilidade urbana deve proporcionar acesso livre e democrático a todos, de forma sustentável e inclusiva (BRASIL, 2012). Nesse sentido, de acordo com o GGCAPI, a possibilidade de atravessar as ruas em segurança é uma preocupação frequente dos idosos (OMS, 2009).

Ademais, a proteção contra danos físicos, entre outros fatores, também é apontada como uma das características fundamentais que influencia decisivamente a mobilidade individual dos idosos (OMS, 2009) e, por conseguinte, a capacidade de comunicação e integração social das pessoas mais velhas (WHO, 2002; OMS, 2009; LLOYD-SHERLOCK, et al., 2016).

Em relação às ciclovias, de acordo com os relatos do grupo focal, estas são inexistentes em Paulo Afonso. Dessa forma, o idoso que objetiva deslocar-se de bicicleta terá que dividir espaço com os automóveis e carroças na via pública. Essa situação é dificultada em razão da percepção dos idosos sobre o volume e a velocidade do tráfego. Apesar de o tráfego ser considerado moderado pelos idosos de Paulo Afonso, em determinados horários de pico durante o dia, o fluxo de veículos aumenta substancialmente. Além disso, as barracas que são postas em cima da pista em proximidade com os carros em alta velocidade na Av. da Maçonaria também contribuem para realçar o aspecto negativo do centro da cidade.

Por outro lado, em relação às faixas de pedestre, a situação foi considerada aceitável, principalmente em relação à quantidade, largura e ao respeito que os condutores têm ao pararem na faixa. Da mesma forma, no que se refere aos semáforos, a situação do centro de Paulo Afonso é considerada a contento.

Percebe-se, portanto, que o centro de Paulo Afonso embora possua faixas de pedestre e semáforos de forma satisfatória, não oferece condições ideais para os pedestres e/ou ciclistas idosos, dado que há alguns aspectos passíveis de melhoria, como a retirada de barracas de comércio da pista de rolamento, construção de ciclovias e o aumento de semáforos temporizados.

4.2.2.6. Sensação de segurança

O fato de sentirem-se seguros no ambiente em que vivem interfere bastante na vontade que os idosos têm de se locomoverem a pé na comunidade local (LLOYD-SHERLOCK, et. al., 2016). A possibilidade de movimentação, por sua vez, afeta a independência dos idosos, bem como possibilidade de integração social e bem-estar emocional (OMS, 2009).

Sendo assim, essa categoria intermediária buscou investigar, de acordo com a percepção dos idosos sobre crime e policiamento, se esses se sentem seguros, em sua integridade física e patrimonial, no centro de Paulo Afonso, como se verifica no Quadro 10.

Quadro 10 – Formação da categoria intermediária "Sensação de segurança"

Categorias iniciais	Conceito norteador	Categoria intermediária
Policiamento ostensivo	Informa o policiamento ostensivo fardado no centro da cidade	Sensação de segurança
Crime	Demonstra a percepção dos idosos sobre a criminalidade	

Fonte: O autor (2018)

Sabe-se que a segurança é um dos pilares do marco político envelhecimento ativo (OMS, 2009). Igualmente, a segurança também faz parte do conceito de acessibilidade e proporcionar um ambiente seguro é um dos princípios de atuação estabelecidos pelo Conceito Europeu de Acessibilidade (CE, 2003).

Nesse contexto, a segurança refere-se à segurança social, financeira e física e é através destas que se assegura a proteção, a dignidade e a assistência aos mais velhos (WHO, 2002). Entretanto, em se tratando do ambiente público urbano, o conceito teve que ser restringido, de forma que a segurança tratada neste trabalho referiu-se principalmente aos aspectos físico e patrimonial.

De acordo com os relatos, percebeu-se que apesar de haver presença satisfatória de policiamento ostensivo no centro da cidade e pouca criminalidade, os idosos sentem-se por vezes bastante receosos fora de suas casas em razão de acompanharem os noticiários diários que veiculam o cometimento de crimes violentos.

Entretanto, foi possível perceber que a cidade de Paulo Afonso é considerada segura para os idosos, de uma forma geral. Ressalte-se que, embora haja consenso de que há poucos

crimes violentos no centro da cidade, ainda existe uma preocupação por parte dos mais velhos com o tráfico de drogas.

4.2.2.7. Banheiros públicos

Para tornar o meio urbano um ambiente capacitador, é necessário aumentar a participação dos idosos nas mais diversas atividades da sociedade, através, principalmente, de políticas amigas dos idosos (WHO, 2002). Nesse sentido, a instalação de banheiros públicos acessíveis e em quantidade suficiente para permitir a fruição por parte dos idosos em todos os seus deslocamentos é um exemplo de política de capacitação e faz parte das propostas da OMS para fortalecer o pilar saúde do envelhecimento ativo e transformar a cidade em um espaço democrático (OMS, 2009).

Quadro 11 – Formação da categoria intermediária "Banheiros públicos"

Categorias iniciais	Conceito norteador	Categoria intermediária
Quantidade de banheiros públicos	Evidencia a quantidade de banheiros públicos	Banheiros públicos
Obstáculos ao acesso aos banheiros	Demonstra dificuldades encontradas e percebidas pelos idosos em relação ao acesso aos banheiros	

Fonte: O autor (2018)

Durante a observação, apenas um banheiro público foi encontrado, na Praça das Mangueiras, e esse se encontrava fechado. Além do mais, no grupo focal ficou evidenciado que os idosos sentem falta das instalações sanitárias no espaço exterior urbano. Mas a carência percebida é amenizada em razão de as pessoas permitirem que eles utilizem os banheiros de lojas, farmácias, galerias, etc.

Dessa forma, a existência de banheiros públicos limpos, localizados de forma conveniente, sinalizados e acessíveis às pessoas com deficiência é considerada uma característica assaz importante nas cidades amigas das pessoas idosas. Entretanto, tais condições não são encontradas em Paulo Afonso.

4.2.3. Categorias finais

As categorias finais foram dadas em constante diálogo com o referencial teórico que fundamenta este trabalho, bem como em um movimento sucessivo de comparação e inter-

relação com o problema e objetivos geral e específicos que compõem a estrutura e a origem da presente pesquisa. Além disso, as categorias finais são respaldadas pelas categorias iniciais e intermediárias apresentadas anteriormente. As categorias finais são denominadas “espaços exteriores públicos” e “edifícios públicos” e serão analisadas nesta seção do trabalho.

4.2.3.1. Espaços exteriores públicos

A categoria final espaços exteriores resulta do agrupamento das seguintes categorias intermediárias: praças e espaços verdes, conforto e limpeza ambiental, calçadas/passeios públicos, lugar para descansar, idosos pedestres/ciclistas, sensação de segurança e banheiros públicos. Em linhas gerais, a categoria buscou verificar se o espaço exterior urbano da cidade é amigável aos idosos e favorece o envelhecimento ativo, conforme Quadro 12. De acordo com a OMS, a palavra-chave fundamental, no que se refere a cenários urbanos, é a capacitação (OMS, 2009).

Quadro 12 – Formação da categoria final "Espaços exteriores públicos"

Categorias intermediárias	Conceito norteador	Categoria final
Praças e espaços verdes	Demonstra a existência, estado e qualidade percebida das praças e espaços verdes no centro de Paulo Afonso.	Espaços exteriores públicos
Conforto e limpeza ambiental	Evidencia o asseio e a comodidade oferecida pelo ambiente.	
Calçadas/Passeios públicos	Refere-se à altura, qualidade e manutenção das calçadas no centro da cidade.	
Lugar para descansar	Aponta para a existência de bancos para sentar, bem como abrigos contra o sol nesses e noutros lugares.	
Idosos pedestres/ciclistas	Indica o nível de segurança e os respectivos riscos que os idosos encontram no cotidiano como pedestres ou ciclistas no centro da cidade.	
Sensação de segurança	Mostra se os idosos sentem-se seguros no centro da cidade para realizar suas atividades.	
Banheiros públicos	Demonstra a escassez de banheiros públicos na cidade.	

Fonte: O autor (2018)

Em relação aos espaços verdes, constatou-se a existência de três no centro da cidade, arborizados e com bancos para sentar e descansar. No que se refere à arborização do espaço

urbano, essa existe de forma não densa ao longo de somente uma das três avenidas pesquisadas diretamente. Não obstante, os participantes do grupo focal informaram a necessidade de haver mais árvores ao longo das ruas avenidas no centro de Paulo Afonso, até mesmo em razão da proteção contra o sol oferecida.

Já no que tange ao conforto ambiental, bem como a sua limpeza, a cidade foi bem referenciada na pesquisa. Os relatos do grupo focal indicaram que os idosos consideram a cidade limpa, organizada e bonita. Inclusive, demonstraram correlação entre a organização e a beleza da cidade, pois essas duas variáveis foram quase sempre citadas juntas nas enunciações do grupo focal.

Por outro lado, em relação às calçadas públicas, os participantes do grupo focal foram enfáticos ao afirmar que esse é o maior problema do espaço exterior aos edifícios de Paulo Afonso. A principal dificuldade relatada foi a altura a ser vencida entre os passeios. Ou seja, a altura do nível da estrada até o nível do plano da calçada não foi considerada um grande empecilho, mas o desnível entre calçadas contíguas foi enfatizado como um problema relevante. A observação direta constatou diferenças de nível entre calçadas no centro de até 0,52 cm, altura dificultadora e, por vezes, impeditiva de um idoso vencer, o que o leva a andar nas vias, dividindo espaço com os veículos e aumentando a possibilidade de acidentes.

No que se refere a lugares para descansar, duas das três avenidas pesquisadas possuem lugar para sentar no canteiro central. No entanto, durante a observação direta nesses locais, não se constatou proteção contra o sol, exceto nos escassos pontos de ônibus.

Em relação ao trânsito de pedestres idosos, os relatos do grupo focal ressaltaram o desrespeito que os idosos sofrem no trânsito em razão dos motociclistas. Os semáforos e as faixas de pedestre foram considerados existentes em boa quantidade e o tempo do semáforo de 30 segundos de possibilidade de passagem foi considerado suficiente para a travessia completa dos mais velhos.

Relativo à segurança da cidade, os idosos afirmaram-se que se sentem relativamente seguros ao sair de casa. O pouco de receio que possuem nos espaços exteriores está ligado aos noticiários que os idosos comumente acompanham com relatos e indicações de crimes violentos. No entanto, todos os participantes consideraram a cidade tranquila e afirmaram não lembrar a última vez que ouviram falar de crimes violentos na cidade.

Por fim, na análise do espaço exterior de Paulo Afonso, em relação às categorias intermediárias surgidas, estão os banheiros públicos. Nesse quesito ficou evidenciado que faltam instalações sanitárias no espaço urbano no centro da cidade. O único banheiro público

encontrado durante a observação, localizado na Praça das Mangueiras, estava fechado, inclusive corroborando relato surgido no grupo focal. Entretanto, foi ressaltado que os vendedores das lojas e atendentes no comércio, em geral, permitem aos idosos utilizarem os banheiros particulares dos respectivos estabelecimentos.

4.2.3.2. Edifícios públicos

Essa categoria evidencia a relação dos idosos com os edifícios públicos, destacando os aspectos desses considerados adequados para os mais velhos. Anote-se que o Código de Obras de Paulo Afonso, Lei Municipal 907/2000, estabelece normas para elaboração de projetos e execução de obras de urbanização tendo dois objetivos principais: assegurar o padrão de qualidade das obras e edificações de tal forma a garantir a higiene, o conforto e a segurança, bem como adotar e executar as normas que visem garantir a funcionalidade das edificações e vias públicas, evitar ou remover os óbices às pessoas portadoras de deficiência, e permitir o acesso destas a edifícios e a logradouros públicos (PAULO AFONSO, 2000).

Dessa forma, a categoria final edifícios públicos surgiu das seguintes categorias intermediárias: bancos nos edifícios públicos, rampas nos edifícios públicos, banheiros nos edifícios públicos e tempo de atendimento nos edifícios que prestam serviços públicos, como pode-se verificar no Quadro 13.

Quadro 13 – Formação da categoria final "Edifícios públicos"

Categorias iniciais	Conceito norteador	Categoria final
Bancos nos edifícios públicos	Informa a existência de locais para descansar no interior dos edifícios públicos	Edifícios públicos
Rampas nos edifícios públicos	Refere-se às rampas de acessibilidade nos edifícios públicos	
Banheiros nos edifícios públicos	Indica a existência e as condições de uso dos banheiros nos locais públicos	
Tempo de atendimento nos edifícios que prestam serviços públicos	Demonstra o tempo de atendimento aos cidadãos idosos nos edifícios públicos.	

Fonte: O autor (2018)

Aqui, ficou configurado que os idosos não utilizam com frequência os edifícios públicos analisados e, portanto, as respostas não foram abundantes. Apesar de os prédios

referidos oferecerem serviços adequados aos idosos, o deslocamento deles aos locais em questão não é tão frequente.

Verificou-se, durante a pesquisa, que há bancos nos edifícios públicos analisados, embora esses não sejam suficientes para uma grande afluência de público. Essa diferença foi constatada durante a observação principalmente nos prédios da prefeitura de Paulo Afonso e no INSS, nos quais havia poucos lugares para sentar, através de cadeiras de plástico. Ressalte-se que no prédio da Câmara de Vereadores, os assentos eram acolchoados.

Em relação à acessibilidade a esses prédios através de rampas, todos a possuíam da via para a calçada e da calçada para a entrada da edificação. No interior dos prédios pesquisados, porém, verificou-se que só eram necessárias as rampas no prédio da Câmara de Vereadores, dado que esta tem mais de um pavimento. Nesse sentido, lá foi constatada a existência de rampa com largura acima de 2m e corrimãos nas laterais, bem como inclinação abaixo de 12%. As outras edificações pesquisadas, INSS e Prefeitura Municipal não necessitavam de rampas internas, dado funcionarem apenas no pavimento térreo.

No que se referem aos banheiros públicos, esses existem nos prédios públicos e com padrões de acessibilidade, como referidos na categoria inicial. A ressalva se faz na localização do banheiro no prédio da Câmara de Vereadores, que está localizado no segundo pavimento, contrariando expressa determinação em legislação municipal⁷.

Por fim, relativo ao tempo de atendimento nos edifícios que prestam serviços públicos, considerou-se, através dos relatos do grupo focal foi possível perceber que o atendimento na prefeitura não foi apontado como satisfatório. A observação direta, por sua vez, não teve o condão de observar o tempo de atendimento e de espera dos cidadãos idosos.

⁷ Art. 66 – As edificações de uso público, com capacidade acima de 100 pessoas, deverão dispor de instalações sanitárias apropriadas ao uso por deficientes físicos, devidamente identificadas, situadas no nível do pavimento térreo ou pavimento de acesso principal à edificação. (PAULO AFONSO, 2000)

5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Propõe-se como intervenção a implementação de políticas públicas, com programas permanentes de resolução dos impasses físicos do centro da cidade, em razão dos principais problemas identificados. Com fins objetivos, buscou-se apontar soluções práticas, passíveis de serem implantadas e de baixo custo financeiro e social.

Para os problemas de mudanças abruptas de nível entre os planos das calçadas, sugere-se a implantação de um programa de padronização dos passeios públicos da cidade de forma a permitir acessibilidade aos idosos e às pessoas com mobilidade reduzida, bem como melhorar o aspecto urbano em geral. Esse programa pode ser implantado primeiramente através de intervenção legislativa por meio de um diploma normativo que oriente e direcione a construção e a manutenção das calçadas, conforme proposta de minuta no Apêndice C, baseada no Decreto 45.904 do Município de São Paulo, que implantou o Programa Passeio Livre.

A proposta indica a construção de três faixas na calçada: uma faixa de serviço, uma faixa livre e uma faixa de acesso. A faixa de serviço é destinada à colocação de árvores, postes, rampas de acesso a veículos e a cadeiras de rodas. A faixa livre é destinada a circulação de pedestres livre de quaisquer desníveis, obstáculos físicos permanentes ou temporários. A faixa de acesso, por sua vez, é um espaço de apoio à propriedade (SÃO PAULO, 2012).

Para as dificuldades enfrentadas em razão da ausência de banheiros públicos, recomenda-se a instalação de instalações sanitárias higiênicas e acessíveis ao público em geral e com padrões de acessibilidade para os idosos. Nesse contexto, é possível a implantação de sanitários públicos no mobiliário urbano do município em parceria com a iniciativa privada, de modo a permitir que esses sejam permitidos a cobrar valores públicos pelo uso. Sugere-se uma minuta de lei para a implantação desse modelo no Apêndice D.

Para esse impasse, também se indica a possibilidade de o poder público municipal oferecer concessões de publicidade no espaço urbano a empresas em troca da construção e instalação dos banheiros públicos. Sendo assim, a construção ou colocação de banheiros químicos em lugares previamente delimitados pela Prefeitura seriam financiados por empresas particulares e passariam a ter direito de explorar a publicidade visual, através de propagandas nesses ambientes, recuperando dessa forma o valor investido.

Por fim, relativo aos banheiros, indica-se que a Câmara de Vereadores de Paulo Afonso possui um sanitário em condições de acessibilidade no pavimento térreo, dado que atualmente só existe no primeiro andar.

Em relação aos problemas encontrados no trânsito para os idosos pedestres e ciclistas, um deles diz respeito à ausência de vias para bicicletas. Dessa forma, sugere-se também a implantação de ciclofaixas no centro de Paulo Afonso de modo a permitir o deslocamento dos idosos ciclistas com segurança.

Nesse contexto de trânsito por vezes desordenado, outro problema identificado foi uma feira livre por sobre a pista de rolamento, disputando espaço com carros em movimento. Sugere-se que essa questão seja devidamente normatizada através de definição legal do poder executivo municipal sobre a exata localização dos ambulantes e suas respectivas barracas e bancas, retirando-os da rodovia, bem como é indicada a fiscalização frequente para impedir a burla da determinação.

Em relação ao conforto térmico da cidade, propõe-se que haja um plano intensivo de arborização urbana por parte do poder público também em parceria com os particulares através de campanhas e de efetivo plantio de árvores. Dentro desse mesmo problema, também se sugere que os bancos para sentar e descansar presentes na cidade sejam cobertos. À realização dessa cobertura, pode-se aplicar a mesma sistemática da implantação dos banheiros disposta acima, de modo que o particular financia a construção e a manutenção dessas instalações e em troca, ganha o direito de exploração visual através de propagandas nas laterais e fundos do abrigo construído.

Por outro lado, percebeu-se que vários problemas identificados são derivados de falta de conhecimento sobre o problema dos idosos. Sendo assim, propõe-se uma campanha de conscientização em massa dos frequentadores do ambiente pesquisado e da própria população pesquisada. Um dos passos sugeridos para informar a população a respeito das dificuldades enfrentadas pelos idosos no espaço público é a distribuição de cartilhas informativas, com objetivos de orientação. Sendo assim, realizou-se nesse trabalho a confecção de cartilhas de orientação, conforme Apêndices A e B, e sugere-se a distribuição das cartilhas em pontos estratégicos do centro da cidade de forma periódica.

Ademais, sugere-se a intensificação da fiscalização de maneira geral em relação ao cumprimento da legislação municipal, em especial no que se refere ao Código de Obras, ao Código de Posturas e à Lei Municipal de Acessibilidade. Por fim, insta ressaltar que o signatário deste trabalho buscará apresentar as propostas e minutas de lei aos representantes

políticos da cidade, para que a questão seja posta em pauta na Câmara de Vereadores e possam surgir avanços legislativos no sentido de tornar a cidade amiga dos idosos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo a urbanização e o envelhecimento emergidos como fenômenos prementes nas últimas sete décadas, fica evidente a necessidade de adaptar as estruturas urbanas para favorecerem o envelhecimento das pessoas. Nesse contexto, as cidades devem estar cada vez mais preparadas para lidar com as pessoas mais velhas.

Dentre as tipologias do envelhecimento, uma surgida no contexto político mundial, em âmbitos de OMS, foi a de envelhecimento ativo. Definido como um marco político, o envelhecimento ativo oportuniza a tomada de atitudes e a formatação de políticas e composições favoráveis aos idosos em nível local e regional e busca enfatizar a saúde e a qualidade de vida dos idosos.

Nesse sentido, buscou-se para orientar a ideia de envelhecimento ativo conhecer os fatores determinantes do envelhecimento, dado que a compreensão que se tem sobre os fatores que determinam o envelhecimento permite uma ótima elaboração de políticas.

Um desses determinantes do envelhecimento ativo refere-se ao ambiente físico que circunda as pessoas. Ambientes adequados à idade e ao envelhecimento, em geral, podem representar a diferença entre a dependência e a independência das pessoas. Por exemplo, pessoas idosas que moram em áreas com muitas barreiras físicas tendem a sair de casa com menor frequência. Por conseguinte, pessoas que saem menos de casa estão mais propensas ao isolamento, à depressão, menor preparo físico e maiores problemas de mobilidade, em geral (WHO, 2002).

Dessa forma, em razão dos altos níveis de urbanização do mundo e para aliar o contexto das cidades à ideia de envelhecimento ativo, a OMS formulou no início do século a ideia das cidades amigas dos idosos. Considerada como a cidade que adapta suas estruturas ao envelhecimento ativo, a ideia de cidade amiga do idoso traz iniciativas em oito áreas da vida urbana que facilitam a existência e a convivência dos idosos.

Uma destas áreas da vida urbana refere-se aos edifícios públicos e aos espaços exteriores, dado que esses exercem um impacto essencial na mobilidade, autonomia e qualidade de vida dos idosos (OMS, 2009). Em razão disso a pesquisa buscou investigar os ambientes e os prédios públicos da cidade com o escopo de verificar sua relação com o envelhecimento.

Para isso, a pesquisa empreendeu três etapas: pesquisa documental com a legislação municipal relacionada ao tema, observação direta nas principais avenidas e praças do centro da cidade e entrevista mediante grupo focal com a participação de vários idosos.

No que se refere ao arcabouço legislativo municipal, foi possível perceber preocupações normativas com a relação das pessoas com o meio urbano, principalmente aquelas que apresentem restrições físicas e/ou emocionais, tais como deficientes, gestantes e idosos.

Nesse sentido, a lei magna municipal – Lei Orgânica de Paulo Afonso informa que compete ao município amparar, de modo especial, os idosos e portadores de deficiência. Para isso, a política de desenvolvimento urbano da cidade deve ser consubstanciada com o Plano Diretor de Desenvolvimento da cidade e ter o objetivo de ordenar as funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes (PAULO AFONSO, 1990).

Ademais, a lei supracitada informa que o poder público municipal deverá adotar e providenciar o amparo e tratamento especial às pessoas idosas, assegurado a estas o respeito, o bem-estar e o direito à vida e ao trabalho, bem como sua participação na comunidade e nos centros de aposentados. Nesse diapasão, a cidade possui Lei Municipal de Acessibilidade, o que denota uma importância dada a tais questões. Nesta lei, em relação ao ambiente exterior público urbano, está disposto o seguinte:

Art. 24 O desenho universal de acessibilidade deve ser aplicado em todo o meio urbano e social das cidades, desde as edificações e mobiliário urbano, aos meios de transporte e comunicação, visando atender a maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população (PAULO AFONSO, 2010).

Da mesma forma, o Plano Diretor de Desenvolvimento de Paulo Afonso (Lei Municipal 905/200) tem por objetivo explícito elevar a qualidade do meio ambiente nos espaços exteriores do território municipal. Segundo o diploma em tela, a qualidade ambiental é essencial para a qualidade de vida e deve ser adotada como referência fundamental de toda a política de desenvolvimento urbano do município (PAULO AFONSO, 2000B).

Ressalte-se que a legislação municipal estabelece normas e diretrizes de cumprimento geral, abstrato, impessoal e obrigatório, tal como as demais leis, no sentido material. No entanto, a existência de normas sem fiscalização, por vezes, acaba sendo não tão relevante. Sendo assim, o Código de Obras de Paulo Afonso ordenou expressamente que houvesse a fiscalização, que será exercida através de servidores devida e legalmente autorizados e identificados (PAULO AFONSO, 2000).

Nesse sentido, o mesmo diploma normativo determinou que qualquer ação ou omissão que contrarie as disposições do referido código e dos demais atos regulamentares na área fosse considerada como infração. Além de tudo, previu penalidades para quem incorrer nas

infrações previstas, tais como multa, embargo de obra, interdição de edificação ou dependência e/ou demolição (PAULO AFONSO, 2000).

Dessa forma, percebe-se que embora careça de aperfeiçoamentos e apesar de não haver muitas referências diretas e explícitas aos idosos, a legislação de Paulo Afonso preocupa-se com a capacitação dos espaços públicos urbanos e com os edifícios públicos, de forma a permitir a completa fruição aos indivíduos mais velhos. Sendo assim, a legislação da cidade é o primeiro passo para a criação de um ambiente inclusivo e respeitador, característica das cidades amigas dos idosos (OMS, 2009).

Em relação ao grupo focal e à observação direta empreendida, percebeu-se que, de maneira geral, os idosos gostam de morar em Paulo Afonso e possuem um sentimento de carinho pela cidade, muito pelo parâmetro comparativo, ou seja, em razão de experiências negativas ao morarem em outras cidades.

Verificou-se na que a cidade é limpa e não há predomínio de cheiros prejudiciais em ambientes públicos. Embora haja leis de limitação de ruídos, essas nem sempre são cumpridas. Os espaços verdes são bem cuidados, no entanto, não transmitem total segurança aos idosos e não possuem instalações sanitárias públicas.

A observação verificou que nos parques e pontos de ônibus existem bancos para sentar abrigados do sol, no entanto, ao longo das principais avenidas da cidade a existência de árvores não é uma constante e os bancos existentes não possuem proteção contra o sol.

No entanto, considerado pelos idosos como o maior problema do espaço público da cidade, as calçadas demonstraram, durante a observação todos os problemas relatados pelos idosos no grupo focal foram confirmados: mudanças abruptas de níveis entre calçadas contíguas e calçadas com rampas de forma a ocasionar maiores desníveis.

Apesar de livres de obstáculos e de estado de conservação considerado bom, de forma geral, e suficientemente largos para passagem de cadeiras de roda, as calçadas foram consideradas um grande problema em razão da diferença de altura dos planos de calçadas contíguas com desníveis impeditivos de passagem aos idosos.

As rodovias, por sua vez, possuem faixas de pedestre e semáforos em número razoável e considerado suficiente pelos idosos. Os semáforos permitem a passagem dos pedestres em tempo suficiente que permita ao idoso atravessar a via integralmente. No entanto, em se tratando de trânsito da cidade, verificou-se nos relatos do grupo focal que os condutores de moto não respeitam integralmente as regras de trânsito e causam certo temor aos idosos.

No que se refere à segurança da cidade, os idosos consideram a cidade segura, mas se sentem receosos ao sair de casa em razão das notícias que acompanham. Verificou-se também a existência de um bom policiamento ostensivo na cidade e boa iluminação pública.

Entretanto, não existem banheiros públicos conforme reclamado pelos relatos do grupo focal. O único banheiro público encontrado se encontrava fechado. Há banheiros públicos em ocasiões de festas e de desfiles cívicos e aglomerações congêneres nas avenidas, no entanto, nesses casos, os banheiros ficam subutilizados, pois logo ficam sujos e com odor forte.

Os edifícios públicos pesquisados, por sua vez, são acessíveis e possuem rampas com corrimãos, sinalização, bancos para sentar quando da espera no atendimento e banheiros públicos, embora nem todos tenham padrões de acessibilidade e estejam no pavimento térreo, como exigido legalmente.

Não obstante a legislação da cidade ser relativamente avançada no sentido de proporcionar uma cidade amiga do idoso, em razão dos relatos dos idosos, percebeu-se que, apesar de prevista em lei, não há fiscalização hábil para o cumprimento dos requisitos previstos nos diplomas normativos do município.

Destarte, verificou-se ser Paulo Afonso uma cidade que age na direção para se tornar amiga dos idosos no que se refere aos edifícios públicos e espaços exteriores urbanos. Com algumas poucas ressalvas, as suas estruturas e condições são consideradas boas e acessíveis aos idosos, dado que na própria percepção dos indivíduos mais velhos poucos problemas são relatados. Entretanto, são necessários mais alguns progressos, tais como mais fiscalização, conscientização dos políticos e da sociedade, empoderamento dos idosos e avanços legislativos em relação ao tema.

Em relação aos objetivos da pesquisa, o objetivo geral era identificar até que ponto os prédios públicos e espaços exteriores do centro da cidade eram amigáveis aos idosos. Os três objetivos específicos, por sua vez, eram: identificar a percepção dos idosos sobre os espaços exteriores e edifícios públicos da cidade, verificar *in loco* se os edifícios públicos e espaços exteriores são construídos de maneira a permitir a completa fruição pelos idosos e verificar se a cidade de Paulo Afonso incorpora o ideário do envelhecimento ativo em sua legislação sobre espaços públicos urbanos e edifícios públicos.

Em relação ao primeiro objetivo específico, foi realizado o grupo focal e identificada uma boa percepção dos idosos sobre a cidade. O segundo objetivo específico, por sua vez, foi alcançado através das observações *in loco* das principais avenidas e praças do centro da

cidade, conforme disposto na metodologia. Por outro lado, relativamente ao terceiro objetivo específico, foi realizada a pesquisa documental nos diplomas normativos vigentes na cidade. Destarte, verificou-se que os edifícios públicos e espaços exteriores da cidade de Paulo Afonso são parcialmente amigáveis aos idosos. Desta forma, tem-se como atingido o objetivo geral da pesquisa.

Como sugestão de futuros estudos, recomenda-se que as outras áreas de uma cidade amiga das pessoas idosas sejam estudadas em Paulo Afonso, para completa verificação da cidade. Ademais, também é salutar estudar as características dos edifícios públicos e espaços exteriores em outros bairros populosos da cidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. F. Envelhecimento: activo? Bem sucedido? Saudável? Possíveis coordenadas de análise. In: **Forum Sociológico**. Série II. p. 17-24, 2007.
- AMARAL, I.; DANIEL, F. **Ageism and IT: social representations, exclusion and citizenship in the digital age**. In: International Conference on Human Aspects of IT for the Aged Population. Springer, Cham, 2016. p. 159-166.
- ANICA, A. et al. Envelhecimento ativo e educação. **Envelhecimento ativo e educação**. Algarve: Universidade do Algarve, 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. 148p.
- AZAMBUJA, M. I. R. et al. Saúde urbana, ambiente e desigualdades. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 6, n. 19, p. 110-115, 2011.
- BACKES, D. S. et al. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O mundo da saúde**, v. 35, n. 4, p. 438-42, 2011.
- BALTES, P. B. BALTES, M. M. et al. Psychological perspectives on successful aging: The model of selective, optimization with compensation. **Successful aging: Perspectives from the behavioral sciences**, v. 1, n. 1, p. 1-34, 1990.
- BALTES, P.B. Theoretical propositions of life-span developmental psychology: On the dynamics between growth and decline. **Developmental Psychology**, 5, 611-626, 1987.
- BANDEIRA, M. L. et al. **Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): Evolução e Perspectivas**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014.
- BARRETO, J. Envelhecimento e qualidade de vida: o desafio actual. Sociologia: **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 15, 2017.
- BÁRRIOS, M. J.; FERNANDES, A. A. A promoção do envelhecimento ativo ao nível local: análise de programas de intervenção autárquica. **Revista portuguesa de saúde pública**, v. 32, n. 2, p. 188-196, 2014.
- BOOTH, M. L., et al. Social, Cognitive and Perceived Environment Influences Associated with Physical Activity in Older Australians. **Preventive Medicine**, v. 31(1), n. 15, 2000.
- BOUDINY, K. 'Active ageing': From empty rhetoric to effective policy tool. **Ageing & Society**, v. 33, n. 6, p. 1077-1098, 2013.
- BOUDINY, K.; MORTELMANS, D. A critical perspective: towards a broader understanding of active ageing'. **E-Journal of Applied Psychology**, v. 7, n. 1, p. 8-14, 2011.

BRASIL. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nos 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nos 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transportes e Mobilidade Urbana. **Política Nacional de Mobilidade Urbana**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/cartilha_lei_12587.pdf>. Acesso em: 22 jun 2018.

CAMARANO, A. A. **Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos** – Região Nordeste. Brasília: IPEA, 2008.

CE – Comissão Europeia. **Conceito Europeu de Acessibilidade–CEA**. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, 2003.

CLOSS, V. E.; SCHWANKE, C. H. A. A evolução do índice de envelhecimento no Brasil, nas suas regiões e unidades federativas no período de 1970 a 2010. **Revista brasileira de geriatria e gerontologia**, v. 15, n. 3, p. 443-458, 2012.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

CRIMMINS, E. M. Trends in the health of the elderly. **Annual Review of Public Health**, v. 25, p. 79-98, 2004.

DAMASCENO, C. K. C. S; DE SOUSA, C. M. M. Análise sobre as políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. **Revista Interdisciplinar**, v. 9, n. 3, p. 185-190, 2017.

DANIEL, F.; ANTUNES, A.; AMARAL, I. Representações sociais da velhice. **Análise Psicológica**, v. 33, n. 3, p. 291-301, 2015.

DANIEL, F. et al. Representações sociais do envelhecimento ativo num olhar genderizado. **Análise Psicológica**, v. 34, n. 4, p. 353-364, 2016.

D'AQUINO OLIVEIRA TEIXEIRA, I. N.; GUARIENTO, M. E. Biologia do envelhecimento: teorias, mecanismos e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 6, 2010.

DOLL, J.; RAMOS, A. C.; BUAES, C. S. Foreword-Education and Ageing. **Educação & Realidade**, v. 40, n. 1, p. 9-15, 2015.

FECHINE, B. R. A.; TROMPIERI, N. O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. **InterSciencePlace**, v. 1, n. 20, 2015.

FERNÁNDEZ-BALLESTEROS, R. **Envejecimiento activo: Contribuciones de la psicología**. Spain: Pirámide, 2009.

FONTE, I. B. **Diretrizes internacionais para o envelhecimento e suas consequências no conceito de velhice**. Anais do XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP. 2002.

GARDNER, P. J. Envelhecimento saudável: uma revisão das pesquisas em Língua Inglesa. **Movimento**, v. 12, n. 2, 2006.

GIZIR, S. Focus Groups in Educational Studies. **University Journal of the Faculty of Education**, 3(1), 1-20, 2007.

GREEN, J. THOROGOOD, N. **Qualitative Methods for Health Research**. Londres: Sage. 3. ed. 2013.

HOLSTEIN, M. B.; MINKLER, M. Self, society, and the “new gerontology”. **The Gerontologist**, v. 43, n. 6, p. 787-796, 2003.

HOOYMAN, N.; KIYAK, H. **Social Gerontology. A Multidisciplinary Perspective**. 9. ed. Boston: Pearson, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: < //censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 de set. de 2017.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: Síntese de indicadores 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. **Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

_____. **Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação**. 2017a. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 20 dez. 2017.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2017b. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf >. Acesso em: 20 dez. 2017;

_____. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2016: Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil**. 2017c. Disponível em < ftp://ftp.ibge.gov.br/Tabuas_Completas_de_Mortalidade/Tabuas_Completas_de_Mortalidade_2016/tabua_de_mortalidade_2016_analise.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2018.

INOUYE K.; PEDRAZZANI E. S. Instruction, social economic status and evaluation of some dimensions of octogenarians' quality of life. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. 2007

INR – Instituto Nacional para a Reabilitação. **Desenho universal**. Disponível em: <http://www.inr.pt/content/1/5/desenho-universal>. Acesso em: 26 jan. 2018.

KAHANA, E. et al. Successful age in the face of chronic disease. In M. WIKLE, P. WHITEHOUSE & D. MORRIS (Org). **Successful Aging Through the Life Span**. NY: Springer, 2005.

KALACHE, A. Direitos adquiridos, envelhecimento ativo e resiliência: a importância desses conceitos ao longo da vida. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 20, n. 2, p. 159-160, 2017.

KALACHE, A. Coping with the longevity revolution. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 8, p. 3306-3306, 2014.

KOCH FILHO, H. R. et al. Envelhecimento humano e ancianismo: revisão. **Archives of Oral Research**, v. 6, n. 2, 2017.

KRUEGER, R. A. CASEY, M. A. **Focus Group: A Practical Guide for Applied Research**. 5. ed. California: Sage, 2015.

LAWTON, M. P. Environmental Proactivity in Older People. In: BENGTON, V. L.;

SCHAE, K. W. (Ed.). **The Course of Later Life**. New York: Springer Publisher, 1989.

LAWTON, M. P.; NAHEMOW, L. Ecology and the aging process. In: EISDORDER, C.;

LAWTON, M. P. (Ed.). **Psychology of adult development and aging**. Washington: American Psychological Association; 1973.

LIMA, P. A. T. **Envelhecimento bem-sucedido, competência na vida diária e recursos ecológicos: Um estudo em território mediantemente urbano do município de Viana do Castelo**. Dissertação (Mestrado em Gerontologia Social) – Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Viana do Castelo, 2017.

LLOYD-SHERLOCK, P.; AGRAWAL, S.; MINICUCI, N. **Fear of crime and older people in low-and middle-income countries**. *Ageing & Society*, v. 36, n. 5, p. 1083-1108, 2016.

MASORO, E. J. “Successful aging”–Useful or misleading concept? 2001.

MENDONÇA, J. M. B. **Políticas públicas para idosos no Brasil: análise à luz da influência da normativas internacionais**. 2015, 175f. Tese [Doutorado em Serviço Social] – Universidade de Brasília, 2015.

MICHAEL, Y. L., et al. Neighborhood design and active aging. **Health & place**, v. 12(4), n. 734, 2006.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: Conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. Londrina, Editora Mediograf, 4ª edição, 2006.

NÉRI, A. L. Atitudes e preconceitos em relação à velhice. In: NÉRI A. L. **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na Terceira Idade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2007. p. 33-46.

NETTO, M. P. História da velhice no século XX: Histórico, definição do campo e temas básicos. In: FREITAS, E.V.; PY, L. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p.1-12, 2002.

NOVAES, R. D; MIRANDA, A. S.; DOURADO, V Z. Velocidade usual da marcha em brasileiros de meia idade e idosos. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 15, n. 2, Apr. 2011.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde**. Genebra, Suíça: OMS, 2015.

_____. **Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

_____. **WHO Age-Friendly Cities Project Methodology: Vancouver Protocol**. Genebra: OMS, 2007.

ONU – Organização das Nações Unidas. Resolução 46 da Assembleia Geral das Nações Unidas. **Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas**. 16 de Dezembro de 1991.

_____. **World Cities Report 2016: emerging futures**. Nairobi: ONU-HABITAT, 2016.

PAÚL, C. Envelhecimento e ambiente. In SOCZKA, L. (Org.). **Contextos humanos e psicologia ambiental**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

PAÚL, C. Envelhecimento activo e redes de suporte social. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 15, 2017.

_____. Tendências atuais e desenvolvimentos futuros da gerontologia. In: PAÚL C., RIBEIRO O. (Org.). **Manual de gerontologia: aspetos biocomportamentais, psicológicos e sociais do envelhecimento**. Lisboa: Lidel; 2012. p. 1–17.

_____. **Percursos pela velhice: Uma perspectiva ecológica em psicogerontologia**. Tese (Doutorado em Ciências Biomédicas) – Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto. Porto, 1991.

PAÚL, C.; RIBEIRO, O.; TEIXEIRA, L. Active ageing: an empirical approach to the WHO model. **Current gerontology and geriatrics research**, v. 2012, 2012.

PAULO AFONSO. Prefeitura Municipal de Paulo Afonso. **História da Cidade**. 2014. Disponível em: <<http://www.pauloafonso.ba.gov.br/novo/?p=noticias&i=4004>>. Acesso em: 28 jun 2018.

_____. **Lei nº 905, de 29 de dezembro de 2000a**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Paulo Afonso e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cmpa.ba.gov.br/media/leis/aprovadas/2000/869.905.2000.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. **Lei nº 906, de 29 de dezembro de 2000b**. Institui o Código do Meio Ambiente de Paulo Afonso, dispõe sobre o Sistema Municipal de Gestão Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cmpa.ba.gov.br/arquivos/leis_sancionadas/2000/871.906.2000.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. **Lei nº 915, de 24 de maio de 2001.** Institui Posturas para o Município de Paulo Afonso e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.cmpa.ba.gov.br/media/leis/aprovadas/2001/878.915.2001.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. **Superintendência de Atenção à Saúde. Avaliação Multidimensional do Idoso.** 1. ed. Curitiba: SESA, 2017. Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Apostila_Idoso_2017.pdf>. Acesso em: 13 jul 2018.

PEDRO, J. O. **Definição e Avaliação da Qualidade Arquitectónica Habitacional.** Tese (Doutorado em Engenharia Civil). Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Universidade do Porto, 2000.

PHELAN, E. A. et al. Older adults' views of “successful aging”—how do they compare with researchers' definitions?. **Journal of the American Geriatrics Society**, v. 52, n. 2, p. 211-216, 2004.

PINHEIRO, F. A. **Índice de desempenho das cidades amigas do idoso:** proposta de modelo. Tese (Doutorado em Engenharia de Segurança e Higiene Ocupacionais) – Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto. Porto, 2014.

PFÜTZENREUTER, A. H.; ALVIM, A. T. B. O direito à cidade: as diretrizes políticas mundiais para o envelhecimento. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 3, n. 14, 2015.

RIBEIRO, O. O envelhecimento “ativo” e os constrangimentos da sua definição. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, n. 2, p. 33-52, 2012.

RIBEIRO, O; PAÚL, C. “Envelhecimento Activo”. In: RIBEIRO, O.; PAÚL, C. **Manual de Envelhecimento Activo.** Lisboa: Lidel Edições Técnicas. 2011. p. 1-12.

ROWE, J. W.; KAHN, R. L. Human aging: usual and successful. **Science**, v. 237, n. 4811, p. 143-149, 1987.

_____. Successful aging. **The gerontologist**, v. 37, n. 4, p. 433-440, 1997.

SAMPAIO, A. S. **Envelhecimento e proatividade adaptativa: Um estudo de base comunitária em Vila Verde.** 2017. Dissertação (Mestrado em Gerontologia Social) – Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Viana do Castelo, 2017.

SANTOS F. H.; ANDRADE V. M.; BUENO O. F. A. Envelhecimento: um processo multifatorial. **Psicologia em estudo.** [online]. 2009, vol.14, n.1, pp.3-10.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. **Conheça as Regras para Arrumar a sua Calçada.** Programa Passeio Livre, 2012. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/subprefeituras/calçadas/arquivo/cartilha_-_draft_10.pdf>. Acesso em: 28 maio 2018.

SCHAIE, K.; WILLIS, S. Desarrollo Intelectual. In K. SCHAIE, K.; WILLIS, S. **Psicología de la edad adulta y la vejez**. Madrid: Pearson, 2003.

SCHIMIDT, T.; CRISTINA, G.; SILVA, M. J. P. The perception and understanding of health professionals and undergraduate students regarding aging and the elderly. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 46, n. 3, p. 612-617, 2012.

SOARES, W. O policiamento ostensivo e a ação de presença. **O Alferes**, 2018.

TOMASINI, S. L. V. Envelhecimento e planejamento do ambiente construído: em busca de um enfoque interdisciplinar. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, v. 2, n. 1, 2006.

TOMASINI, S. L. V.; ALVES, S. Envelhecimento bem-sucedido e o ambiente das instituições de longa permanência. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, v. 4, n. 1, 2007.

UN – United Nations. **World population prospects: the 2012 revision**. Population division of the department of economic and social affairs of the United Nations Secretariat, New York, 2013.

UNFPA (United Nations Populations Fund). **Situação da População Mundial 2016**. New York, EUA: Fundo de Populações das Nações Unidas, 2016. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/swop2016.pdf>>. Acesso em: 20 de jun. 2017.

VASCONCELOS, A. M. N.; GOMES, M. M. F. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 21, n. 4, p. 539-548, 2012.

VICTOR, C. R. **Ageing, health and care**. Bristol: Policy Press, 2010.

WALKER A.; MALTBY T. Active ageing: A strategic policy solution to demographic ageing in the European Union. **International Journal Social Welfare**. 2012; n. 21. p. 117–30.

WHO - World Health Organization. **Active ageing: A policy framework**. Geneva: WHO, 2002.

_____. **Report on the 2nd WHO global forum on innovation for ageing populations**. Kobe, Japan: WHO, 2015. Disponível em: <http://www.who.int/kobe_centre/publications/gfiap2_interactive.pdf> Acesso em 06 de fev. de 2018.

WILES, J. L. et al. The meaning of “ageing in place” to older people. **The Gerontologist**, v. 52, n. 3, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Cartilha de orientação para os idosos

Cartilha para o Idoso

CIDADES AMIGAS DOS IDOSOS:

É a cidade que adapta suas estruturas para que estas sejam acessíveis e promovam a inclusão de todos os idosos.



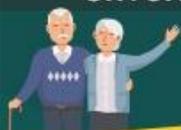
É PRECISO SABER ENVELHECER!

Saber envelhecer é um aprendizado que começa desde criança desenvolvendo hábitos saudáveis de vida que devem ser mantidos por toda a nossa existência.



Saber envelhecer é também uma luta de todo dia por fazer valer nossos direitos de cidadania. É participar ativamente na vida social.

As praças são excelentes lugares para interação social e encontro com os amigos para conversar ou para jogar dominó!! Participe de jogos que envolvam raciocínio.



Plante Árvores!



Exercícios físicos te deixam mais ágeis, e aumentam sua independência e qualidade de vida!



Saia de casa, mexa-se, exercite-se!

COBRE SEUS DIREITOS (TELEFONES UTEIS):

Em caso de muito barulho na vizinhança: **190** (Polícia Militar)

Em caso de incêndio: **193** (Corpo de Bombeiros)

Caso sinta-se sozinho e queira conversar: **188** (Centro de Valorização da Vida)

Em caso de queda: **192** (SAMU)



Devem ser dadas condições para que os idosos, pessoas com mobilidade reduzida, tenham garantida a sua participação na sociedade, com saúde, segurança e igualdade de condições e oportunidades, o que não se viabilizará em um ambiente inacessível, com barreiras a serem removidas.

QUALQUER VIOLAÇÃO AOS SEUS DIREITOS DE ACESSIBILIDADE, DENUNCIE À OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

A inclusão das pessoas idosas na sociedade implica que lhes sejam dadas condições de utilizar plenamente os ambientes urbanos e os edifícios públicos com autonomia, independência e segurança.

APÊNDICE B – Cartilha orientativa para a comunidade

Cartilha para a Comunidade

CIDADE AMIGA DO IDOSO:

É a cidade que adapta suas estruturas para que estas sejam acessíveis e promovam a inclusão de todos os idosos, maximizando a participação social, a saúde e a segurança do idoso.

  **Contribua para tornar a sua cidade amiga do idoso!!**

Plante árvores! Não suje e não polua o meio ambiente!

 Coloque rampas na sua calçada e não a deixe esburacada ou com obstáculos.

 **Desrespeitar os direitos dos idosos é infração punível com multa e discriminar pessoa idosa é crime.**

 **Motorista e motociclista pare na faixa de pedestre! Aguarde pacientemente o idoso atravessar!**



Não estacione seu carro na calçada! A prioridade é dos pedestres e estacionar carros na calçada é proibido por lei e constitui infração de trânsito.

Não provoque acidentes aos mais velhos! Faça sua calçada nivelada com a calçada do seu vizinho; Passeios desnivelados evitam que os idosos caminhem sobre a calçada ou ocasionam quedas.

Não incomode seu vizinho idoso com barulho ou som alto. A sensibilidade deles é maior e o excesso de barulho pode originar ou agravar problemas auditivos e do sistema nervoso.

**Incentive a atividade física!
Chame um idoso para caminhar!**

Agindo desta maneira e praticando os comportamentos e as condutas aqui elencadas, você estará ajudando a cidade de Paulo Afonso a se tornar amiga das pessoas idosas e consequentemente mais agradável a todos.

Por nossa Constituição Federal o Direito de ir e vir deve ser assegurado a todos, devendo ser eliminadas todas as barreiras físicas que impeçam o acesso dos idosos aos prédios públicos, aos estabelecimentos comerciais, de ensino, praças, parques, cinemas e tantos outros.



APÊNDICE C – Minuta de decreto “passeio livre”

DECRETO Nº XXX, DE XX DE XX DE 2018

REGULAMENTA O ARTIGO 36 DA LEI Nº 907, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000, NO QUE SE REFERE À PADRONIZAÇÃO DOS PASSEIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO.

XXX, Prefeito do Município de Paulo Afonso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, DECRETA:

Capítulo I

DOS PASSEIOS PÚBLICOS

Art. 1º Passeio público é a parte da via pública, normalmente segregada e em nível diferente, destinada à circulação de qualquer pessoa, independente de idade, estatura, limitação de mobilidade ou percepção, com autonomia e segurança, bem como à implantação de mobiliário urbano, equipamentos de infra-estrutura, vegetação, sinalização e outros fins previstos em leis específicas.

Capítulo II

DAS DEMAIS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins de aplicação deste decreto são adotadas as seguintes definições:

I - abrigo de ônibus: equipamento instalado em parada de ônibus, fora de terminal de embarque e desembarque, que propicia ao usuário proteção das intempéries;

II - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance, para a utilização com segurança e autonomia, de edificações, espaços, mobiliário e equipamentos urbanos;

III - acessível: característica do espaço, edifício, mobiliário, equipamento ou outro elemento que possa ser alcançado, visitado, compreendido e utilizado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com necessidades especiais;

IV - área de intervisibilidade: área delimitada pelas linhas que interligam os eixos das vias confluentes tangenciando o alinhamento dos imóveis perpendicularmente à bissetriz do ângulo formado por elas;

V - área de permanência e lazer: área destinada ao lazer, ócio e repouso, onde não ocorra fluxo constante de pedestres;

VI - barreira arquitetônica ou urbanística: qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a plena acessibilidade de rota, espaço, mobiliário ou equipamento urbano;

VII - calçadas verdes: faixas dentro do passeio que podem ser ajardinadas ou arborizadas;

VIII - canteiro central: obstáculo físico construído como separador das duas pistas de rolamento, eventualmente substituído por marcas viárias;

IX - cruzamento: local ou área onde 2 (duas) ou mais vias se cruzam em um mesmo nível;

X - corredores viários: vias ou conjunto de vias criadas para otimizar o desempenho do sistema de transporte urbano;

XI - drenagem pluvial: sistema de sarjetas, bocas-de-lobo e grelhas utilizadas para a coleta e destinação de água de chuva, desde as superfícies pavimentadas até as galerias, córregos e rios;

XII - equipamento urbano: todos os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do Poder Público em espaços públicos e privados;

XIII - escadaria: passeios implantados em colinas, ladeiras ou outras declividades, onde se executam escadas ou patamares destinados ao tráfego de pedestres, a fim de vencer acentuados ângulos de inclinação;

XIV - estacionamento: local destinado à parada de veículo por tempo superior ao necessário para embarque ou desembarque;

XV - estruturas: pontes, túneis, muros de arrimo ou qualquer obra de melhoria viária existente na cidade;

XVI - faixa livre: área do passeio, via ou rota destinada exclusivamente à circulação de pedestres, desobstruída de mobiliário urbano ou outras interferências;

XVII - faixa de serviço: área do passeio destinada à colocação de objetos, elementos, mobiliário urbano e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante a autorização do Poder Público;

XVIII - faixas de trânsito: qualquer uma das áreas longitudinais em que a pista pode ser subdividida, sinalizada ou não por marcas longitudinais, que tenha largura suficiente para permitir a circulação de veículos;

XIX - faixa de travessia de pedestres: demarcação transversal a pistas de rolamento de veículos, para ordenar e indicar os deslocamentos dos pedestres para a travessia da via, bem como advertir condutores de veículos sobre a necessidade de reduzir a velocidade de modo a garantir sua própria segurança e a dos demais usuários da via;

XX - faixa de rolamento ou tráfego: linha demarcatória localizada no limite da faixa carroçável, usada para designar as áreas de circulação de veículos;

XXI - fatores de impedância: elementos ou condições que podem interferir no fluxo de pedestres, tais como mobiliário urbano, entrada de edificações junto ao alinhamento, vitrines junto ao alinhamento, vegetação, postes de sinalização;

XXII - foco de pedestre: indicação luminosa de permissão ou impedimento de locomoção na faixa apropriada (definição adotada pela Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB);

XXIII - guia: borda ao longo de rua, rodovia ou limite de passeio, geralmente construída com concreto ou granito, que cria barreira física entre a via, a faixa e o passeio, propiciando ambiente mais seguro para os pedestres e facilidades para a drenagem da via;

XXIV - guia de balizamento: elemento edificado ou instalado junto dos limites laterais das superfícies de piso, destinado a definir claramente os limites da área de circulação de pedestres, de modo a serem perceptíveis por pessoas com deficiência visual;

XXV - iluminação dos passeios: iluminação voltada para o passeio com altura menor que a da iluminação da rua, assegurando boa visibilidade e legibilidade aos passeios;

XXVI - infraestrutura urbana: sistemas de drenagem, água e esgoto, comunicações e energia elétrica, entre outros, que provêm melhorias às vias públicas e edificações;

XXVII - interseção: todo cruzamento em nível, entroncamento ou bifurcação, incluindo as áreas formadas por tais cruzamentos, entroncamentos e bifurcações;

XXVIII - mobiliário urbano: todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados, mediante autorização do Poder Público, em espaços públicos e privados;

XXIX - paisagem urbana: característica visual determinada por elementos como estruturas, edificações, vegetação, vias de tráfego, espaços livres públicos, mobiliário urbano, dentre outros componentes naturais ou construídos pelo homem;

XXX - passeio público (definição adotada pela legislação federal e municipal relativa à matéria urbanística): parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins;

XXXI - passeio (definição adotada pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB): parte da calçada ou da pista de rolamento, separada, no último caso, por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas;

XXXII - pedestre: pessoa que anda ou está a pé, em cadeira de rodas ou conduzindo bicicleta na qual não esteja montada;

XXXIII - piso tátil: piso caracterizado pela diferenciação de cor e textura, destinado a constituir aviso ou guia perceptível por pessoas com deficiência visual;

XXXIV - pista ou leito carroçável: parte da via normalmente utilizada para a circulação de veículos, identificada por elementos separadores ou por diferença de nível em relação aos passeios, ilhas ou canteiros centrais;

XXXV - ponto de ônibus: trecho ao longo da via reservado ao embarque e desembarque de usuários do transporte coletivo;

XXXVI - poste: estruturas utilizadas para suportar cabos de infra-estrutura, tais como de eletricidade, telefonia, ônibus eletrificados, bem como para fixação de elementos de iluminação e sinalização;

XXXVII - rampa: inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido do fluxo de pedestres, com declividade igual entre a rua e uma área específica ou não trafegável;

XXXVIII - rampa de veículos: parte da rua ou passagem provida de rebaixamento de calçada e guia para acesso de veículos entre a rua e uma área específica ou não trafegável;

XXXIX - rebaixamento de calçada e guia: rampa construída ou instalada no passeio, destinada a promover a concordância de nível entre o passeio e o leito carroçável;

XL - rota acessível: trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado que conecta os elementos e espaços internos ou externos de um local e pode ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida, sendo que:

a) a rota acessível interna pode incorporar corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores entre outros;

b) a rota acessível externa pode incorporar estacionamentos, calçadas e guias rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, rampas, entre outros;

XLI - sarjeta: escoadouro para as águas das chuvas que, nas ruas e praças, beira o meio-fio dos passeios;

XLII - sinalização: conjunto de sinais e dispositivos de segurança colocados na via pública com o objetivo de orientar e garantir a utilização adequada da via pública por motoristas, pedestres e ciclistas;

XLIII - trânsito: movimentação e imobilização de veículos, pessoas e animais nas vias terrestres;

XLIV - uso público: espaços, salas ou elementos internos ou externos, disponibilizados para o público em geral, podendo ocorrer em edificações ou equipamentos de propriedade pública ou privada;

XLV - uso comum: espaços, salas ou elementos internos ou externos, disponibilizados para o uso de grupo específico de pessoas, tais como áreas ocupadas por funcionários, colaboradores e eventuais visitantes;

XLVI - uso restrito: espaços, salas ou elementos internos ou externos, disponibilizados estritamente para pessoas autorizadas;

XLVII - via pública: superfície por onde transitam veículos, pessoas e animais, compreendendo o passeio, a pista, o acostamento, a ilha, o canteiro central e similares, situada em áreas urbanas e caracterizadas principalmente por possuírem imóveis edificadas ao longo de sua extensão;

XLVIII - via de trânsito rápido: via caracterizada por acessos especiais com trânsito livre, sem interseções em nível, sem acessibilidade direta aos lotes lindeiros e sem travessia de pedestres em nível;

XLIX - via arterial: via caracterizada por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade;

L - via coletora: via destinada a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arteriais, possibilitando o trânsito dentro das regiões da cidade;

LI - via local: via caracterizada por interseções em nível não semaforizadas, destinada apenas ao acesso local ou a áreas restritas;

LII - vias e áreas de pedestres: vias ou conjuntos de vias destinadas à circulação prioritária de pedestres;

LIII - zona de carga e descarga: parte da via designada por sinalização vertical e horizontal, reservada exclusivamente para o uso de veículos comerciais portadores de licença ou credenciados provisoriamente.

Capítulo III

DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º A execução, manutenção e conservação dos passeios, bem como a instalação, nos passeios, de mobiliário urbano, equipamentos de infraestrutura, vegetação, sinalização, entre outros permitidos por lei, deverão seguir os seguintes princípios:

I - acessibilidade: garantia de mobilidade e acessibilidade para todos os usuários, assegurando o acesso, principalmente, de idosos e pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, possibilitando rotas acessíveis, concebidas de forma contínua e integrada por convenientes conexões entre destinos, incluindo as habitações, os equipamentos de serviços públicos, os espaços públicos, o comércio e o lazer, entre outros;

II - segurança: os passeios, caminhos e travessias deverão ser projetados e implantados de forma a não causar riscos de acidentes, minimizando-se as interferências decorrentes da instalação do mobiliário urbano, equipamentos de infraestrutura, vegetação, sinalização, publicidade, tráfego de veículos e edificações;

III - desenho adequado: o espaço dos passeios deverá ser projetado para o aproveitamento máximo dos benefícios, redução dos custos de implantação e manutenção, respeitando as

especificações das normas técnicas pertinentes e do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, garantindo um desenho adequado da via que privilegie o trânsito de pedestres e observando os aspectos estéticos e harmônicos de seu entorno, além da fachada das edificações lindeiras; deverá, também, caracterizar o entorno e o conjunto de vias com identidade e qualidade no espaço, contribuindo na qualificação do ambiente urbano e na adequada geometria do sistema viário;

IV - continuidade e utilidade: o passeio deverá servir como rota acessível ao usuário, contínua e facilmente perceptível, objetivando a segurança e qualidade estética, garantindo que a via e o espaço público sejam projetados de forma a estimular sua utilização, bem como facilitar os destinos;

V - nível de serviço e conforto: define a qualidade no caminhar que o espaço oferece, mediante a escolha da velocidade de deslocamento dos pedestres e a generosidade das dimensões projetadas.

Capítulo IV

DOS COMPONENTES

Art. 4º O passeio, organizado em 3 (três) faixas, na conformidade dos Desenhos I e II do Anexo II integrante deste decreto, é composto pelos seguintes elementos:

I - faixa de serviço;

II - faixa livre;

III - faixa de acesso;

IV – esquina.

Seção I – Da faixa de serviço

Art. 5º A faixa de serviço, localizada em posição adjacente à guia, deverá ter, no mínimo, 70cm (setenta centímetros) e ser destinada à instalação de equipamentos e mobiliário urbano, à vegetação e a outras interferências existentes nos passeios, tais como tampas de inspeção, grelhas de exaustão e de drenagem das concessionárias de infra-estrutura, lixeiras, postes de sinalização, iluminação pública e eletricidade.

Parágrafo único. O rebaixamento de guia para fins de acesso de veículos em edificações, postos de combustíveis e similares localiza-se na faixa de serviço.

Art. 6º Os equipamentos e sua implantação na faixa de serviço deverão seguir as disposições constantes do Capítulo VIII deste decreto.

Seção II – Da faixa livre

Art. 7º A faixa livre é a área destinada exclusivamente à livre circulação de pedestres, desprovida de obstáculos, equipamentos urbanos ou de infra-estrutura, mobiliário, vegetação,

floreiras, rebaixamento de guias para acesso de veículos ou qualquer outro tipo de interferência permanente ou temporária, devendo atender às seguintes características:

- I - possuir superfície regular, firme, contínua e antiderrapante sob qualquer condição;
- II - ter inclinação longitudinal acompanhando o gride da rua;
- III - ter inclinação transversal constante, não superior a 2% (dois por cento);
- IV - possuir largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros);
- V - ser livre de qualquer interferência ou barreira arquitetônica;
- VI - destacar-se visualmente no passeio por meio de cores, texturas, juntas de dilatação ou materiais em relação às outras faixas do passeio;
- VII - em alargamentos de passeios, nas esquinas, a rota acessível proposta pela faixa livre deverá ser preservada por meio de uma área de acomodação;
- VIII - ser livre de emendas ou reparos de pavimento, devendo ser recomposta em toda sua largura, dentro da modulação original, em caso de interferências.

Seção III – Da faixa de acesso

Art. 8º Faixa de acesso é a área destinada à acomodação das interferências resultantes da implantação, do uso e da ocupação das edificações existentes na via pública, autorizados pelo órgão competente, de forma a não interferir na faixa livre, sendo recomendável para passeios com mais de 2m (dois metros).

Art. 9º A faixa de acesso do lote poderá conter:

- I - áreas de permeabilidade e vegetação, as quais poderão ser instaladas na faixa de acesso, desde que atendam aos critérios de implementação constantes da legislação relativa às calçadas verdes;
- II - a implantação de estacionamento em recuo frontal, desde que respeitada a faixa de transição entre os veículos e a faixa de livre circulação;
- III - elementos de mobiliário temporário, os quais poderão ficar nessa área, tais como mesas, cadeiras e toldos;

Seção IV – Das esquinas

Art. 10 A esquina constitui o trecho do passeio formado pela área de confluência de 2 (duas) vias.

Art. 11 As esquinas deverão ser constituídas de modo a:

- I - facilitar a passagem de pessoas com mobilidade reduzida;

II - permitir a melhor acomodação de pedestres;

III - permitir boa visibilidade e livre passagem das faixas de travessia de pedestres nos cruzamentos.

Art. 12 Para garantir a segurança do pedestre nas travessias e do condutor do automóvel nas conversões, as esquinas deverão estar livres de interferências visuais ou físicas até a distância de 5m (cinco metros) a partir do bordo do alinhamento da via transversal.

Art. 13 Todos os equipamentos ou mobiliários colocados na proximidade de esquinas deverão seguir critérios de localização de acordo com o tamanho e a influência na obstrução da visibilidade, conforme os critérios estabelecidos no Código de Trânsito Brasileiro - CTB e na NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou norma técnica oficial superveniente que a substitua.

Capítulo V

DO ACESSO DE VEÍCULOS

Art. 14 O rebaixamento de guia para acesso aos veículos deverá:

I - localizar-se dentro da faixa de serviço junto à guia ou dentro da faixa de acesso junto aos imóveis, não obstruindo a faixa de livre circulação;

II - conter abas de acomodação lateral para os rebaixamentos de guia e implantação de rampas destinadas ao acesso de veículos quando eles intervierem, no sentido longitudinal, em áreas de circulação ou travessia de pedestres;

III - não interferir na inclinação transversal da faixa de livre circulação de pedestres;

IV - nas áreas de acesso aos veículos, a concordância ente o nível do passeio e o nível do leito carroçável na rua, decorrente do rebaixamento das guias, deverá ocorrer na faixa de serviço não ocupando mais que 1/3 (um terço) da largura do passeio, respeitando o mínimo de 50cm (cinquenta centímetros) e o máximo de 1,00m (um metro), não devendo interferir na inclinação transversal da faixa de livre circulação.

Parágrafo único. Os locais destinados a postos de gasolina, oficinas, estacionamentos ou garagens de uso coletivo deverão ter suas entradas e saídas devidamente identificadas e sinalizadas.

Capítulo VI

DOS DISPOSITIVOS ESPECÍFICOS DE ACESSIBILIDADE

Art. 15 Os passeios devem incorporar dispositivos de acessibilidade nas condições especificadas na NBR 9050 da ABNT ou norma técnica oficial superveniente que a substitua, bem como nas resoluções municipais específicas.

Art. 16 Nas vias públicas situadas em topografias com declive acentuado ou em áreas de acidentes naturais, onde não seja possível a adoção dos parâmetros determinados neste decreto, o responsável pelos passeios deverá consultar a Prefeitura do Município de Paulo Afonso para que, mediante estudo do caso particular e de acordo com o procedimento previsto neste decreto, forneça critérios específicos para a construção, com vistas a serem atendidos os princípios consagrados por este decreto.

Capítulo VII

DAS TÉCNICAS CONSTRUTIVAS E MATERIAIS

Seção I - Do desempenho dos materiais dos passeios

Art. 17 Os pavimentos dos passeios deverão estar em harmonia com seu entorno, não apresentar desníveis, ser construídos, reconstruídos ou reparados com materiais e padrões apropriados ao tráfego de pessoas e constituir uma rota acessível aos pedestres que neles caminhem, com superfície regular, firme, antiderrapante e sem obstáculos.

Art. 18 Os passeios deverão ser contínuos, sem mudança abrupta de níveis ou inclinações que dificultem o trânsito seguro de pedestres, observados os níveis imediatos dos passeios vizinhos quando executados de acordo com este decreto.

Art. 19 Os materiais empregados na construção, reconstrução ou reparo dos passeios, especialmente do pavimento, entendido este como um sistema composto de base, sub-base e revestimento, da faixa livre, deverão apresentar as seguintes características:

I - garantir superfície firme, regular, estável e não escorregadia sob qualquer condição;

II - evitar vibrações de qualquer natureza que prejudiquem a livre circulação, principalmente de pessoas usuárias de cadeira de rodas;

III - ter durabilidade garantida ou mínima de 5 (cinco) anos;

IV - possuir resistência à carga de veículos quando os materiais forem utilizados na faixa de acesso de garagens e estacionamentos e no rebaixamento de guia para veículos;

Parágrafo Único. Para os efeitos do disposto neste artigo, consideram-se aprovados para o pavimento dos passeios:

I - concreto pré-moldado ou moldado "in loco", com juntas ou em placas, acabamento desempenado, texturado ou estampado, desde que seja observado o inciso II do "caput" deste artigo;

II - bloco de concreto intertravado;

III - ladrilho hidráulico;

IV - concreto asfáltico.

Art. 20 A Prefeitura do Município de Paulo Afonso poderá aprovar, mediante o procedimento previsto no artigo 24 deste decreto, em projetos-pilotos, a utilização de outras tecnologias ou materiais de pavimentação dos passeios, desde que atendidos os critérios técnicos estabelecidos neste decreto.

Seção II – Dos critérios de instalação

Art. 21 A execução do pavimento dos passeios deverá respeitar a recomendação específica das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou as Normas Técnicas Oficiais - NTO referentes aos respectivos materiais e sistemas construtivos, inclusive os seus instrumentos de controle de qualidade e garantia.

Parágrafo único. Quando não houver referências sobre os critérios de instalação e execução, deverão ser obedecidas as instruções normativas editadas pelos órgãos municipais competentes.

Art. 22 Quanto aos assuntos pertinentes ao trânsito, deverão ser observadas as orientações expedidas pelo órgão competente, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 23 Nas faixas livres, os passeios deverão atender às seguintes especificações:

I - inclinação longitudinal acompanhando o gride da rua não superior a 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento), exceto para os locais em que a declividade do terreno não permitir, caso em que deverá ser formulada consulta à Prefeitura do Município de Paulo Afonso nos termos no artigo 24 deste decreto, para o estabelecimento da solução adequada;

II - inclinação transversal da superfície máxima de 2% (dois por cento);

III - altura mínima, livre de interferências, de 2,10m (dois metros e dez centímetros).

Seção III - Das situações atípicas de instalação

Art. 24 No caso de áreas com declividade acentuada, o responsável deverá, antes da execução do passeio, formalizar consulta à Prefeitura do Município de Paulo Afonso, instruída com croqui do passeio, fotografias do local e proposta de execução que atenda aos seguintes critérios:

I - nas situações em que os passeios apresentem declividade superior a 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento), poderão eles apresentar, no sentido longitudinal, degraus ou desníveis, ressalvado o estabelecido neste decreto;

II - os passeios das vias com declividade superior a 12% (doze por cento) deverão ser subdivididos longitudinalmente em trechos com declividade máxima de 12% (doze por cento) e a interligação entre as subdivisões poderá ser executada em degraus, com altura máxima de 17,5cm (dezesete centímetros e meio) e largura mínima de 28cm (vinte e oito centímetros);

III - conforme a declividade da via e a conseqüente impossibilidade de total atendimento ao disposto no inciso II deste artigo, o passeio poderá apresentar, também, escadaria, cujos

degraus deverão ter altura máxima de 17,5cm (dezessete centímetros e meio) e largura mínima de 28cm (vinte e oito centímetros);

IV - nas hipóteses dos incisos II e III deste artigo, as rampas ou degraus projetados não poderão apresentar, junto às guias, altura a elas superior, devendo haver acomodação no sentido transversal do passeio, para concordância vertical das alturas, dentro da faixa correspondente a 1/3 (um terço) da largura do passeio, respeitado o máximo de 1,00m (um metro) e o mínimo de 50cm (cinquenta centímetros);

V - a faixa de serviço e a de acesso a edificações poderão ter inclinações superiores em situações topográficas atípicas, desde que a faixa livre se mantenha com, no máximo, 2% (dois por cento) de inclinação transversal;

VI - degraus e rampas serão permitidos quando a declividade do logradouro exigir, observadas as disposições legais;

VII - desníveis de qualquer natureza deverão ser evitados em rotas acessíveis;

VIII - eventuais desníveis no piso de até 5mm (cinco milímetros) não demandam tratamento especial e quando superiores a essa medida até 15mm (quinze milímetros) deverão ser tratados em forma de rampa, com inclinação máxima de 1:2 (um por dois) ou 50% (cinquenta por cento).

Art. 25 Em condições excepcionais, que deverão ser objeto de consulta nos termos no artigo 24 deste decreto, a Prefeitura do Município de Paulo Afonso poderá autorizar inclinações maiores, até o máximo de 5% (cinco por cento) no sentido transversal à guia para as faixas de serviço e acesso, desde que se garanta a regularidade da faixa livre.

Art. 26 Poderá haver, em situações especiais, que deverão ser objeto de aprovação do órgão competente da Prefeitura do Município de Paulo Afonso, a ampliação do passeio sobre o leito carroçável, em razão da dificuldade de acomodação dos pedestres.

Art. 27 Para as demais situações em que se caracterize a impossibilidade de cumprimento das exigências deste decreto, deverá o munícipe ou o responsável pela execução do passeio consultar a Prefeitura do Município de Paulo Afonso, por meio do procedimento descrito no artigo 24 deste decreto.

Capítulo VIII

DA COMPOSIÇÃO E LOCALIZAÇÃO DE INTERFERÊNCIAS E MOBILIÁRIO

Seção I – Das disposições gerais

Art. 28 Nenhum equipamento ou interferência poderá estar localizado na área reservada à faixa livre.

Art. 29 Os equipamentos aflorados, quiosques e lixeiras, papelarias, caixas de correio, bancos, dispositivos de ventilação, câmaras enterradas, sinalização de trânsito e dispositivos

controladores de trânsito, postes da rede de energia elétrica e abrigos de ônibus deverão ser instalados exclusivamente na faixa de serviço.

Art. 30 As interferências temporárias, tais como anúncios, mesas, cadeiras, deverão se localizar na faixa de acesso.

Art. 31 Os postes de iluminação pública, telefones públicos, bancas de jornal, armários elevados, transformadores semienterrados, tampas de inspeção, grelhas e mobiliário urbano poderão ser instalados na faixa de serviço ou na faixa de acesso.

Capítulo IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32 A Prefeitura do Município de Paulo Afonso promoverá a orientação e divulgação das normas estabelecidas neste decreto.

Art. 33 Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO, aos XX de XX de 2018.

XX, PREFEITO

APÊNDICE D – Minuta de lei sobre a instalação de banheiros públicos em parceria com a iniciativa privada

LEI XX de XX de XX de 2018 – Autoriza a implantação de banheiros públicos no mobiliário urbano do município em parceria com a iniciativa privada.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO aprova:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Público Municipal a implementar Banheiros Públicos no mobiliário urbano do município de Paulo Afonso em parceria com a iniciativa privada.

Art. 2º - A implementação dos Banheiros Públicos no mobiliário urbano tem como objetivo proporcionar maior conforto, higiene e acessibilidade a todos os cidadãos, sem distinção, no atendimento de suas necessidades fisiológicas nos espaços públicos da cidade.

Art. 3º Os locais para a instalação dos banheiros serão indicados pelo Poder Público Municipal, sendo preferencialmente:

I – Praças situadas em áreas de comércio ou com grande fluxo de pedestres;

II – Parques e demais espaços reservados ao lazer;

III – Próximo a pontos turísticos;

Art. 4º - Os banheiros públicos em questão consistirão em cabines individuais, com acessibilidade, masculino e feminino e pessoas com deficiência.

Artigo 5º - A instalação, limpeza, segurança e manutenção desses banheiros públicos devem ser realizados pela iniciativa privada.

Artigo 6º - Os banheiros serão padronizados e poderão conter publicidade de empresas, nos termos a serem determinados pelo executivo.

Parágrafo único – Os banheiros serão de uso individual.

Artigo 7º - Poderá ser cobrado um preço público pelo uso do banheiro público, cujo valor será definido pelo executivo municipal.

§ 1º O pagamento pelo uso dos sanitários deverá ser em dinheiro.

§ 2º fica assegurada a gratuidade nos banheiros públicos para os maiores de 60 (sessenta) anos e pessoas com deficiência.

Artigo 8º - A regulamentação desta Lei ficará a cargo do Poder Executivo Municipal, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da publicação.

Artigo 9º - As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 10º - Esta Lei entra em vigor no dia da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA DE VEREADORES DE PAULO AFONSO, aos XX de XX de 2018.

APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF
COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PROFIAP
Av. Antônio Carlos Magalhães, s/n – Santo Antônio – CEP 48.902-300 – Juazeiro – BA
Telefone: (74) 2102-7664 -<http://portais.univasf.edu.br/profiap> - e-mail:
profiap@univasf.edu.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da Pesquisa: As políticas públicas na promoção do envelhecimento ativo: o caso dos espaços exteriores e edifícios públicos amigos dos idosos na cidade de Paulo Afonso-BA.

CAEE Nº: 85017418.6.0000.5196

Pesquisador responsável: Daniel Borges Santana, discente do Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal do Vale do São Francisco (ProfiAP/Univasf).

Orientador: Prof. Dr. Francisco Alves Pinheiro

Você está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa, que tem como finalidade investigar os principais edifícios públicos do Centro de Paulo Afonso e espaços exteriores adjacentes com o escopo de verificar suas características favoráveis aos idosos.

Sua participação é importante, porém, você não deve aceitar participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça, se desejar, qualquer pergunta para esclarecimento.

Envolvimento na pesquisa: A pesquisa será realizada por meio de grupo focal aplicado presencialmente, com idosos residentes no Centro de Paulo Afonso.

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde.

Riscos, desconfortos e benefícios: a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas. Nesse sentido, os riscos envolvidos na pesquisa são riscos mínimos de danos materiais, imateriais ou físicos aos participantes envolvidos na pesquisa, dado que apenas participarão de uma sessão de discussão de tópicos de conhecimento amplo e comum seguindo a metodologia de grupo focal.

Dessa forma, os riscos se resumem a constrangimentos pelo não entendimento dos tópicos abordados e desconforto em razão da duração temporal da sessão. No entanto, a forma de abordagem dos tópicos será de forma branda, clara e precisa e acontecerá após explicações do

moderador e buscará não adentrar em temas polêmicos e que desvirtuem o grupo focal. Além disso, o grupo focal será estruturado para durar aproximadamente uma hora, de forma a não ocasionar cansaço ou desconforto mental nos participantes.

Embora a pesquisa não acarrete benefícios diretos aos seus participantes, além da inerente contribuição à ciência, a partir do resultado obtido, qual seja, a percepção dos idosos residentes no Centro de Paulo Afonso sobre os principais prédios públicos do centro da cidade, bem como dos espaços exteriores, de forma a verificar de sua adequabilidade ao usufruto pleno e eficaz das instalações públicas e urbanas para essa crescente e relevante parte da população.

Este estudo lhe oferece o benefício de poder opinar sobre um tema socialmente relevante, contribuindo assim para a formulação de políticas públicas e ações por gestores públicos da cidade de Paulo Afonso no sentido de tornar a cidade amiga das pessoas idosas.

Garantias éticas: Ademais, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (2016), os participantes serão indenizados diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, previstos ou não neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sejam de natureza física, material ou moral, inclusive relacionados à quebra de sigilo ainda que involuntária e não intencional. Todas as despesas que venham a ocorrer com a pesquisa também serão ressarcidas. Você tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Confidencialidade: é garantida a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa, mesmo após o término da pesquisa. Somente a pesquisador terá conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados. É garantido, ainda, que você terá acesso aos resultados com o pesquisador. Sempre que quiser, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa com o pesquisador do projeto e, para quaisquer dúvidas éticas, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa. Os contatos estão descritos no final deste termo.

É direito do participante da pesquisa receber assistência gratuita, imediata, integral e pelo tempo que se fizer necessário, no caso de danos decorrentes de sua participação nesta.

Após esses esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Confirme que recebeu uma via deste documento e autorize a execução da pesquisa.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Paulo Afonso, 02 de fevereiro de 2018

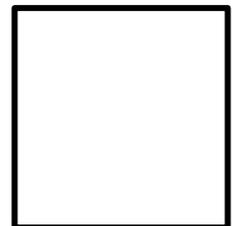
Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável pela aplicação do TCLE

Pesquisador Responsável: Daniel Borges Santana. Endereço: Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 216, Bairro Jardim Bahia, Paulo Afonso - BA. E-mail: danielsantana.cp@hotmail.com. Telefone: (71) 991669239

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIVASF
Av. José de Sá Maniçoba, S/N – Centro - Petrolina/PE – Prédio da Reitoria – 2º andar
Telefone do Comitê: 87 2101-6896 - E-mail: cep@univasf.edu.br
O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UNIVASF) é um órgão colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que visa defender e proteger o bem-estar dos indivíduos que participam de pesquisas científicas.

Obs: No caso de impossibilidade de assinatura do participante, este deverá registrar a digital do polegar direito no espaço ao lado:



APÊNDICE F – Roteiro de perguntas do grupo focal

Vamos falar sobre espaços abertos e estabelecimentos...

Gostaria de ouvir sobre experiências positivas, negativas e ideias para melhoria.

1. Como é sair de casa para tomar um ar fresco, fazer tarefas ou mesmo fazer uma visita?
2. Como é sair de casa para ir a lojas, ao médico ou a outros estabelecimentos?
3. Como são as calçadas e guias (meio-fio)?
4. Os sinais de trânsito nos cruzamentos e as faixas de pedestres nas ruas são suficientes?
5. Há muito barulho no bairro?
6. O tráfego de veículo é muito intenso?
7. Como é o clima da cidade?
8. Existem áreas verdes e áreas de passeios no bairro? Como elas são?
9. As ruas são iluminadas? É suficiente?
10. Há no bairro alguma proteção de sol, chuva ou vento?
11. Existem bancos públicos para sentar no bairro ou outras áreas de descanso? Como elas são?
12. Os moradores do bairro sentem-se seguros?
13. Como são os prédios públicos da cidade?
 - a. Como são as escadas, as portas, os elevadores, os corredores, o piso, a iluminação, os banheiros e as áreas de descanso/espera?

APÊNDICE G – Roteiro de observação nas avenidas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF
COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PROFIAP
 Av. Antônio Carlos Magalhães, s/n – Santo Antônio – CEP 48.902-300 – Juazeiro – BA
 Telefone: (74) 2102-7664 -<http://portais.univasf.edu.br/profiap> - e-mail:
profiap@univasf.edu.br

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO – AVENIDAS

Título da Pesquisa: As políticas públicas na promoção do envelhecimento ativo: o caso dos espaços exteriores e edifícios públicos amigos dos idosos na cidade de Paulo Afonso-BA.

Pesquisador responsável: Daniel Borges Santana, discente do Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal do Vale do São Francisco (ProfiAP/Univasf).

Orientador: Prof. Dr. Francisco Alves Pinheiro

Data:

Local:

Hora Início:

Hora Término:

AVENIDAS
Limpeza e agradabilidade do ambiente:
<input type="checkbox"/> O ambiente é limpo?
<input type="checkbox"/> Os níveis de ruído são toleráveis?
Local para descansar:
<input type="checkbox"/> Há zonas de descanso/locais para sentar?
<ul style="list-style-type: none"> • Os bancos possuem encosto para as costas?
Passeios/Calçadas:
<input type="checkbox"/> Largura (deve ser suficiente para a circulação de cadeiras de rodas):
<input type="checkbox"/> Altura da guia da calçada:
<input type="checkbox"/> Superfície lisa e nivelada (qualidade do piso):
<input type="checkbox"/> Superfície antiderrapante:
<input type="checkbox"/> Integridade (possui rachaduras ou buracos?):
<input type="checkbox"/> Presença de obstáculos:
<input type="checkbox"/> Rampas de acesso:

Faixas de pedestre e semáforos:
<input type="checkbox"/> Há semáforos nas faixas?
<input type="checkbox"/> Os semáforos possuem contadores visuais?
<ul style="list-style-type: none"> • Quantos segundos, o semáforo permite a passagem dos pedestres pela faixa (por quantos segundos o sinal fica vermelho?)?
Acessibilidade:
<input type="checkbox"/> Há suficientes pontos de acesso para cadeiras de rodas?
Segurança do ambiente:
<input type="checkbox"/> Há iluminação pública?
<input type="checkbox"/> Há câmeras de vigilância?
<input type="checkbox"/> Há moradores de rua?
<input type="checkbox"/> Há policiamento ostensivo?
Vias para os pedestres e ciclovias:
<input type="checkbox"/> Há vias pedonais?
<input type="checkbox"/> Há ciclovias?
Banheiros públicos:
<input type="checkbox"/> Há banheiros públicos?
<ul style="list-style-type: none"> o Caso positivo: <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> São limpos? <input type="checkbox"/> São sinalizados?
<ul style="list-style-type: none"> ▪ São acessíveis a pessoas com deficiência?

APÊNDICE H – Roteiro de observação das praças e espaços verdes

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF
COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PROFIAP**

Telefone: (74) 2102-7664 -<http://portais.univasf.edu.br/profiap> - e-mail:
profiap@univasf.edu.br

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO – PRAÇAS E ESPAÇOS VERDES

Título da Pesquisa: As políticas públicas na promoção do envelhecimento ativo: o caso dos espaços exteriores e edifícios públicos amigos dos idosos na cidade de Paulo Afonso-BA.

Pesquisador responsável: Daniel Borges Santana, discente do Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal do Vale do São Francisco (ProfiAP/Univasf).

Orientador: Prof. Dr. Francisco Alves Pinheiro

Data:

Local:

Hora Início:

Hora Término:

PRAÇAS E ESPAÇOS VERDES:	
<input type="checkbox"/>	Espaços verdes são bem cuidados?
<input type="checkbox"/>	O espaço verde é seguro (viu-se algum policial ou guarda durante a observação)?
<input type="checkbox"/>	Há banheiros públicos?
<input type="checkbox"/>	Há bancos para descanso?
<input type="checkbox"/>	O acesso é restrito ou partilhado?

APÊNDICE I - Roteiro de observação dos edifícios públicos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF
 COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PROFIAP
 Telefone: (74) 2102-7664 -http://portais.univasf.edu.br/profiap - e-mail:
 profiap@univasf.edu.br

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO – EDIFÍCIOS PÚBLICOS

Título da Pesquisa: As políticas públicas na promoção do envelhecimento ativo: o caso dos espaços exteriores e edifícios públicos amigos dos idosos na cidade de Paulo Afonso-BA.

Pesquisador responsável: Daniel Borges Santana, discente do Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal do Vale do São Francisco (ProfiAP/Univasf).

Orientador: Prof. Dr. Francisco Alves Pinheiro

Data:

Local:

Hora Início:

Hora Término:

Edifícios públicos:	
<input type="checkbox"/>	Possui elevadores?
<input type="checkbox"/>	Possui escadas rolantes?
<input type="checkbox"/>	Rampas?
<input type="checkbox"/>	Possui portas e passagens largas?
<input type="checkbox"/>	Possui escadas adequadas (não demasiado altas nem íngremes), com corrimãos?
<input type="checkbox"/>	Possui pavimentos antiderrapantes?
<input type="checkbox"/>	Possui zonas de descanso com bancos confortáveis?
<input type="checkbox"/>	Possui sinalização adequada?
<input type="checkbox"/>	Possui banheiros com acessibilidade?